

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
NÚCLEO DE PESQUISA TRABALHO, ORGANIZAÇÃO  
SOCIAL E COMUNITÁRIA**

## **Tradições traduzidas**

Um estudo psicossocial sobre as memórias sociais dos moradores  
da comunidade do Marujá – Parque Estadual da Ilha do Cardoso

Natalia Kerche Alvaides

Rosemeire A. Scopinho (orientadora)

São Carlos  
Fevereiro de 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
NÚCLEO DE PESQUISA TRABALHO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E  
COMUNITÁRIA**

## **Tradições traduzidas**

Um estudo psicossocial sobre as memórias sociais dos moradores da comunidade do Marujá – Parque Estadual da Ilha do Cardoso

Defesa de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos.

Projeto financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Natalia Kerche Alvaides

Rosemeire A. Scopinho (orientadora)

São Carlos  
Fevereiro de 2013

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

A472tt

Alvaides, Natalia Kerche.

Tradições traduzidas : um estudo psicossocial sobre as memórias sociais dos moradores da comunidade do Marujá – Parque Estadual da Ilha do Cardoso / Natalia Kerche Alvaides. -- São Carlos : UFSCar, 2013.  
178 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

1. Psicologia. 2. Memória social. 3. Identidade. 4. Comunidade. 5. Plano de manejo - planejamento ambiental.  
I. Título.

CDD: 150 (20<sup>a</sup>)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

COMISSÃO JULGADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Natalia Kerche Alvaides

São Carlos, 18/02/2013

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemeire Aparecida Scopinho (Orientadora e Presidente)  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Soraia Ansara  
Universidade de São Paulo/USP

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Norma Felicidade Lopes da Silva Valêncio  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Submetida à defesa em sessão pública  
realizada às 09h no dia 18/02/2013.

Comissão Julgadora:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemeire Aparecida Scopinho

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Soraia Ansara

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Norma Felicidade Lopes da Silva  
Valêncio

Homologada pela CPG-PPGpsi na

\_\_\_\_<sup>a</sup> Reunião no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Azair Liane Matos do Canto de Souza  
Coordenadora do PPGpsi

Dedico esta dissertação aos moradores da comunidade  
do Marujá – Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

## AGRADECIMENTOS

À profa. dra. Rosemeire A. Scopinho, amiga e orientadora, pela oportunidade de desenvolver este trabalho no Núcleo De Pesquisa Trabalho, Organização Social e Comunitária – NUESTRA;

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPG-Psi, pelo auxílio na realização do trabalho;

À funcionária do PPG-Psi, Marinéia, por me ajudar nas burocracias necessárias;

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – pela bolsa concedida no período de março de 2011 a março de 2013;

À profa. dra. Norma Valêncio e à profa. dra. Soraia Ansara por participarem e contribuírem na construção dessa dissertação;

Aos colegas e amigos do NUESTRA, em especial à Mariana e à Elisabete, pela amizade e ajuda em diversos momentos;

À Fundação Florestal, em especial ao Thiago Conforti e Jeannette Geenen, pela acessibilidade e atenção dispensada;

Aos entrevistados, sem eles este trabalho não seria possível;

Ao meu querido Lucas, pelo seu companheirismo, por apoiar-me, acreditar em mim e divertir-me e confortar-me, mesmo quando isso parecia impossível;

À minha família, na figura da minha mãe, Maria de Lourdes, meu pai, José Antônio e avó, Aparecida, pelo incentivo desde o início da minha paixão por Psicologia Social.

## **Resumo**

A desconsideração da existência das comunidades tradicionais na implantação das Unidades de Conservação tem gerado graves problemas sociais, causando a reorganização dos seus modos de vida e, conseqüentemente, alterações na identidade dos moradores. O objetivo geral desta pesquisa é, a partir da relação existente entre memória e identidade, analisar como elementos da memória social dos moradores da comunidade de Marujá – Parque Estadual da Ilha do Cardoso dialogam com as diretrizes político administrativas no processo de reconstrução de suas identidades. Especificamente pretende-se identificar as mudanças nas diretrizes político administrativas, comparando as diferentes edições do plano de manejo, bem como analisando a atuação do comitê de apoio à gestão; reconstruir as memórias sociais da comunidade e as expectativas vividas atualmente; identificar a influência de experiências passadas sobre determinadas esferas culturais e econômicas da vida do sujeito cotidianas; e, analisar a relação que se estabelece entre a memória social da população local e as diretrizes político-administrativas propostas atualmente. As informações foram obtidas por meio de análise bibliográfica e documental, observação direta, de pré-entrevistas e de entrevistas que combinaram relatos orais de histórias de vida e perguntas exploratórias. As informações foram gravadas, transcritas e analisadas de modo a eleger as categorias: memórias de lugar, memórias de trabalho e memórias de resistência; que permitiram compreender a relação entre memória, diretrizes político-administrativas e identidade existente na comunidade da Unidade de Conservação mencionada. A partir dessa análise, concluímos que a memória social serve como instrumento de interpretação do presente, produzindo o ‘novo’ e o ligando ao passado e relaciona-se com as diretrizes político administrativas na medida em que os moradores participem democraticamente da gestão do PEIC e tenham sua permanência assegurada pela recategorização de algumas manchas territoriais da Unidade de Conservação nas quais habitam e desenvolvem suas atividades econômicas. Nestas condições, as Unidades de Conservação tornar-se-iam também lugares onde a identidade tradicional possa viver e aceitar o novo e, assim, traduzir-se.

**Palavras-chaves:** Psicologia Social, memória social, identidades, unidade de conservação, diretrizes político administrativas, comunidade caiçara.

## **Abstract**

The failure to consider the existence of traditional communities in the implementation of protected areas has created serious social problems, causing the reorganization of their lifestyles and therefore change in the identity of the residents. The general objective of this research is based on the relationship between memory and identity, to analyze how elements of social memory of the residents of the community of Marujá – State Park of Ilha do Cardoso – São Paulo – Brazil dialogue with the political and administrative guidelines in the process of reconstructing their identities. Our intention is to identify changes in administrative policy guidelines, comparing the different editions of the management plan, as well as analyzing the performance of the committee to support management; rebuild community social memories and expectations experienced today; identify the influence of experiences passed on certain cultural and economic spheres of everyday life of the subject, and to analyze the relationship that is established between the social memory of the local population and the political-administrative guidelines currently proposed. Information was obtained through bibliographical and documental analysis, pre-interviews and interviews which combined oral reports of life histories and exploratory questions. The information was recorded, transcribed and analyzed to constitute categories: memories of place, memories of work and memories of resistance that allowed us to understand the relation between relationship between memory, political and administrative guidelines and identity in the community of the conservation area mentioned. From this analysis, we conclude that social memory serve as an instrument for interpretation of present, producing the 'new' and linking it to the past and relates to the political administrative guidelines to the extent that residents participate democratically in PEIC 's management and have ensured their permanence by recategorization of some patches of land conservation area in which they live and develop their economic activities. Accordingly, the protected areas would become also places where traditional identity can live and accept the new and thus translate themselves.

**Key-words:** Social Psychology, social memory, identity, conservation area, political and administrative guidelines, *caiçara* community.



## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1:</b> Reuniões do comitê de apoio à gestão durante a vigência do PGA do PEIC no período de 03/1998 a 07/2000 .....	82
<b>Tabela 2:</b> Conselheiros e participantes das reuniões do PGA do PEIC no período de 03/1998 a 07/2000 .....	84
<b>Tabela 3:</b> Temas discutidos nas reuniões do comitê de apoio à gestão durante a vigência do PGA do PEIC no período de 03/1998 a 07/2000.....	87
<b>Tabela 4:</b> Reuniões do comitê de apoio à gestão durante a vigência do plano de manejo – fase 2 do PEIC no período de 08/2000 a 12/2011 .....	100
<b>Tabela 5:</b> Conselheiros das reuniões do plano de manejo 2001 do PEIC no período de 08/2000 a 12/2011 .....	102
<b>Tabela 6:</b> Participantes das reuniões do plano de manejo 2001 do PEIC no período de 08/2000 a 12/2011 .....	103
<b>Tabela 7:</b> Temas discutidos nas reuniões do comitê de apoio à gestão durante a vigência do plano de manejo 2001 .....	107

## **Lista de quadros**

<b>Quadro 1:</b> Zoneamento do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, segundo o plano de manejo - 1974 .....	62
<b>Quadro 2:</b> Zoneamento do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, segundo o plano de gestão ambiental de 1998 .....	79
<b>Quadro 3:</b> Zoneamento do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, segundo o plano de manejo 2001 .....	96

## **Lista de ilustrações**

<b>Figura 1:</b> Mapa da Ilha do Cardoso.....	16
<b>Figura 2:</b> Etapas de elaboração do plano de gestão ambiental.....	72
<b>Figura 3:</b> Carta de zoneamento, Plano de Gestão Ambiental, 1998.....	78
<b>Figura 4:</b> Etapas de elaboração do plano de manejo – fase 2.....	91
<b>Figura 5:</b> Carta de Zoneamento, Plano de Manejo - fase 2, 2001 .....	95

## **Lista de siglas**

**ACEC** – Associação Comercial e Empresarial de Cananéia

**ADEIC** – Associação de Defesa Ecológica da Ilha do Cardoso

**AMOAMCA** – Associação dos Monitores Ambientais de Cananéia

**AMOMAR** – Associação dos Moradores do Marujá

**CONSEMA** – Conselho Estadual do Meio Ambiente

**COTEC** – Comitê Técnico Científico

**DRPE** – Divisão Regional dos Parques Estaduais

**FAO** – Food and Agriculture Organization

**FF** – Fundação Florestal

**FUNAI** – Fundação Nacional do Índio

**IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

**IBt** – Instituto Brasileiro dos Turismólogos

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**IF** – Instituto Florestal

**KfW** – Kreditanstalt für Wiederaufbau

**PEIC** – Parque Estadual da Ilha do Cardoso

**PGA** – Plano de Gestão Ambiental

**PPMA** – Programa de Preservação da Mata Atlântica

**ProBio/SP** – Programa Estadual de Conservação da Biodiversidade

**SMA** – Secretaria do Meio Ambiente

**SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

**UC** – Unidade de Conservação

**ZOPP** - Ziel Orientierte Projekt Planung (planejamento de projetos orientado por objetivos – tradução própria)

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	<b>13</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>1.1. Problema e justificativa</b> .....	<b>22</b>
<b>1.2 Objetivos, procedimentos metodológicos e formas de análise</b> .....	<b>25</b>
<b>2. MEMÓRIA SOCIAL E IDENTIDADE: A CONSTRUÇÕES DOS SUJEITOS</b>	<b>31</b>
<b>2. 1 Memória: um conceito e fenômeno psicossocial?</b> .....	<b>32</b>
2.1.1 Halbwachs: A influência social e os quadros sociais da memória .....	33
2.1.2 Bartlett: A influência de aspectos psicossociais e a convencionalização.....	36
2.1.3 A memória enquanto construção do sujeito social.....	40
<b>2.2 Memórias da tradição, identidades traduzidas</b> .....	<b>43</b>
<b>3. AS DIRETRIZES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS E A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE</b> .....	<b>50</b>
<b>3.1 Aspectos históricos e sociais dos moradores e os desdobramentos da criação do Parque Estadual</b> .....	<b>51</b>
<b>3.2 Plano de manejo 1974</b> .....	<b>57</b>
3.1.1 Equipe, objetivos e método .....	57
3.1.2 Os moradores.....	59
3.1.3 Zoneamento .....	60
3.1.4 Programa de gestão .....	63
<b>3. 3 A revisão do plano de manejo</b> .....	<b>65</b>
3.2.1 O plano de gestão ambiental – 1998 .....	68
3.2.1.1 Equipe, objetivos e método .....	68
3.2.2.2 Os moradores.....	73
3.2.1.4 Programas de manejo .....	80

3.2.1.4 A criação e funcionamento do comitê de apoio à gestão .....	81
3.2.2 O plano de manejo fase 2 .....	88
3.2.2.1 Equipe, objetivos e método .....	89
3.2.2.2 A presença humana .....	91
3.3.2.2 Os moradores.....	92
3.3.2.3 Zoneamento .....	94
3.3.2.4 Programas de manejo .....	97
3.3.2.5 O funcionamento e consolidação do comitê de apoio à gestão.....	99
<b>3.3 Os quatro momentos políticos administrativos do PEIC e a comunidade ..</b>	<b>109</b>
<b>4. HISTÓRIAS A SEREM OUVIDAS: AS MEMÓRIAS SOCIAIS DOS MORADORES DO MARUJÁ – PEIC.....</b>	<b>114</b>
4.1 Memórias de lugar .....	116
4.2 Memórias de trabalho .....	128
4.3 Memórias de resistência .....	143
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>152</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>159</b>
<b>7. ANEXO.....</b>	<b>166</b>
<b>8.APÊNDICES .....</b>	<b>170</b>

## **Apresentação**

Decidi cursar a graduação em Psicologia motivada pelo interesse em compreender e em atuar com grupos, organizações e/ou instituições que contribuíssem para minimizar as relações de poder e dominação na sociedade na qual vivemos e, desta forma, sair das margens e assumir uma posição igualitária na estrutura social. Minha paixão pela Psicologia Social, em especial pela Psicologia Social Comunitária, foi imediata, pois encontrei nesta vertente a aplicação da teoria Psicologia Social para resolução dos problemas sociais nas comunidades.

A Psicologia Social Comunitária se caracteriza por trabalhar com sujeitos sociais em condições ambientais específicas, atento às suas respectivas psiques ou individualidades. Seus objetivos se referem a melhoria das relações entre os sujeitos e entre estes e a natureza e instituições sociais ou o seu empoderamento. Nesta perspectiva está todo o esforço para a mobilização das comunidades na busca de melhores condições de vida (FREITAS, 1996a; 1996b; 1998; GONÇALVES, 2002; GOIS, s/d).

Nas palavras de Freitas (1996, p.73), esta vertente é

Uma área da Psicologia Social que estuda a atividade do psiquismo decorrente do modo de vida do lugar/comunidade; estuda o sistema de relações/representações, identidade, níveis de consciência, identificação e pertinência dos indivíduos ao lugar/comunidade e aos grupos comunitários. Visa o desenvolvimento da consciência dos moradores como sujeitos históricos e comunitários, através de um esforço interdisciplinar que perpassa o desenvolvimento dos grupos e da comunidade.

Seu problema central é a transformação do indivíduo em SUJEITOS.

Amparada por este referencial teórico e prático, durante minha graduação realizei uma pesquisa de iniciação científica intitulada “De sem-terra a Sem Terra: memórias e identidades de um trabalhador assentado” motivada pela importância de melhor compreender como os princípios organizativos propostos por um movimento social de luta pela terra, o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – dialogam com a memória e a subjetividade dos trabalhadores rurais, inseridos na luta social pela reforma agrária, no sentido de construir sua identidade Sem Terra. Esta pesquisa pretendeu, portanto, adentrar o universo simbólico do trabalhador rural assentado considerando como as transformações econômicas, culturais e sociais das últimas décadas influenciaram o seu modo de vida (ALVAIDES, 2009).

No decorrer da pesquisa, ocorreu uma feliz coincidência. A orientadora passou a fazer parte de uma Proposta de Cooperação Acadêmica que foi aprovada pela CAPES no âmbito do PROCAD (Edital 2007), através do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar e surgiu a possibilidade de realizar um intercâmbio de um mês na Universidade Federal do Acre – UFAC. Devido à realização desta pesquisa, tive a oportunidade de ser indicada para participar deste Programa e realizar o intercâmbio para melhor conhecer um dos cenários em que o sujeito da pesquisa de iniciação científica construiu a sua identidade. Pude conhecer a realidade vivida nos seringais acreanos, entrar em contato com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, especialmente, o de Xapuri e conhecer e vivenciar a realidade das Reservas Extrativistas – RESEXs – acreanas.



Fascinou-me ver como através de mobilizações sociais, os seringueiros conseguiram assegurar legalmente demarcações territoriais para que pudessem tanto garantir sua sobrevivência material quanto subjetiva.

Paralelamente a isso, frequentava o Parque Estadual da Ilha do Cardoso desde 2007, motivada por conhecer um destino turístico afastado de centros urbanos e com intenso contato com a natureza. Nestas visitas pude perceber os impactos da criação de uma Unidade de Conservação na vida dos moradores tradicionais: as moradias proibidas, as demolições das casas dos ocupantes não tradicionais, os empecilhos ao extrativismo, a ênfase no ecoturismo e, ao mesmo tempo, a mobilização comunitária frente a estes impactos.

Haveria nestes espaços de conservação iniciativas similares às RESEX que eu havia conhecido? Novamente, eu me perguntava quais seriam os impactos dessas mudanças legais e administrativas na vida subjetiva dos moradores? Estes foram a questão e o contexto que motivaram a pesquisa de mestrado “Tradições traduzidas: um estudo psicossocial das memórias sociais da comunidade do Marujá – Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

## Capítulo 1

# INTRODUÇÃO



**Vista do trapiche principal no canal do Ararapira da comunidade do Marujá – PEIC, 2012**

**Fonte: acervo pessoal**

A Ilha do Cardoso pertence ao município de Cananéia e localiza-se no extremo sul do estado de São Paulo, no complexo estuarino-lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, área que se estende de Peruíbe – SP até a cidade de Paranaguá – PR; e subdivide-se em seis comunidades principais: Marujá, Enseada da Baleia, Pontal do Leste, Itacuruçá, Cambriú e Foles.



**Figura 1: Mapa da Ilha do Cardoso**  
Fonte: Internet

A região do Vale do Ribeira, onde a Ilha está situada, destaca-se por apresentar os mais baixos indicadores sociais do estado, com IDH médio de 0,729, e por abrigar o maior contínuo de Mata Atlântica do Brasil. Destacam-se, então, dois aspectos da realidade da região, em boa medida contraditórios: a pobreza econômica e a riqueza ambiental.

O Parque Estadual da Ilha do Cardoso – PEIC – foi criado em 3 de julho de 1962 pelo Decreto Estadual nº 40.319/62 e abrange uma área de 13.500 ha. Segundo

Gadelha (2008), Cardoso (2004) e Mendonça (2000), a decretação e implantação inicial do Parque desconsideraram os vínculos socioculturais e históricos da população local e do entorno com o território. O procedimento seguiu de acordo com as teorias preservacionistas norte americanas e com a Convenção sobre a Diversidade Biológica, que reforçavam o argumento de que a biodiversidade é um produto natural e que a preservação de determinadas áreas pressupõe a ausência – e, no caso, a transferência compulsória – das populações tradicionais. Dentro destes pressupostos, a população tradicional local, em seus diferentes modos de vida, deveria estar fora das áreas protegidas (DIEGUES, ARRUDA, 2001; DIEGUES, 2004).

O território da Ilha do Cardoso foi transformado em Unidade de Conservação de Proteção Integral na categoria Parque Estadual, o que, legalmente, não permite a presença da população humana no seu interior. Unidade de Conservação é uma porção do território nacional ou de suas águas marinhas que é instituída pelo poder público, como área sob regime especial de administração. Isso se dá pelo reconhecimento desta área possuir características naturais relevantes, à qual se aplicam medidas de garantia de proteção de seus atributos ambientais. As Unidades de Proteção Integral têm como objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, com exceção dos casos previstos na própria lei. A categoria de Parque Estadual tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000). Podemos observar que nestas definições não é mencionada a presença humana.

Também não podemos negligenciar o contexto socioeconômico no qual estas UCs se inserem. Enrique Leff (2003) aponta que estas zonas de reservas naturais fazem

parte de um projeto do capital moderno ambivalente, ou seja, ao mesmo tempo em que grande parte do território global é devastada pelo avanço industrial e tecnológico, reservam-se áreas como uma valorização da biodiversidade por sua riqueza genética, por seus recursos de ecoturismo e por sua função de sumidouro de carbono. Estes espaços tornam-se reservas ambientais e reservas do capitalismo, criados com um objetivo e uma noção do espaço divergente daquele elaborado pelos grupos sociais tradicionais que o habitam há gerações e ali produziram o seu lugar e território.

A criação de Unidades de Conservação – UC – é benéfica na medida em que colabora na conservação do meio ambiente, pois prevê o fim da especulação imobiliária e a atenção e o reparo ao bioma local. Por outro lado, embora haja na legislação de criação das UCs a menção sobre a importância da cultura local, prevalece a aplicação de leis restritivas quanto ao uso de recursos naturais, fato que repercute sobre as formas tradicionais de uso dos mesmos. Temos, portanto, a combinação de impactos positivos e negativos na vida da comunidade que habita estes territórios por gerações; porém, o que prevalece no panorama nacional é a invisibilidade destas.

De acordo com Diegues (2000), a concepção de preservação ambiental em Parques e Reservas desabitadas não é compatível com a realidade dos países onde a grande maioria das Unidades de Conservação é habitada por comunidades tradicionais. O autor não questiona a importância da implantação físico-territorial dessas Unidades, mas, sim, a concepção da relação entre sociedade e natureza em que se enfatiza que a natureza só será preservada se for afastada da sociedade.

Esta concepção dos espaços protegidos repercute em suas estratégias de gestão. Para administrar as UCs, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA – e o Instituto Florestal – IF – estabeleceram um instrumento de zoneamento e planificação ambiental pelo qual se pretende disciplinar o uso do solo e

dos recursos naturais, denominado plano de manejo, o qual deve ser revisto e reelaborado de cinco em cinco anos. Assim definido pelo artigo 2 da Lei 9985, de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC:

XVII - plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, estabelece-se o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000).

Podemos nos perguntar se este instrumento técnico engloba as necessidades, modos de vida e subjetividade dos moradores deste espaço? Neste sentido, Diegues (1993) defende a necessidade de reelaboração periódica não só destes instrumentos, mas da proposta que os guia, de forma a incluir e incentivar a participação das comunidades tradicionais em sua elaboração. Assim, estes instrumentos teriam, de fato, uma utilidade na vivência cotidiana e cultural delas, não servindo somente como instrumentos de repressão, proibição e restrição ao modo de vida tradicional; evitando-se que sejam elaborados de maneira tecnocrata e sem consulta à população e assim tornando o território possível de reafirmar os modos de vida ao invés de negá-los.

Bailey (1992) aponta que é impossível pensar na conservação da biodiversidade sem considerar a sociodiversidade ou a diversidade cultural. Para o autor, os planos de manejo, além de incorporar o saber e formas de gestão tradicionais, devem considerar suas tecnologias, mitos, imaginários e aspirações. Assim sendo, defende que os Planos

devem ser elaborados por uma equipe interdisciplinar composta por biólogos, ecólogos, geógrafos, antropólogos, economistas, entre outros, consultando, incorporando e valorizando o saber tradicional.

Em complemento, Diegues & Noraga (2005) sugerem que as próprias comunidades locais devam participar da elaboração destes instrumentos de gestão. Ressaltam que não basta somente a incorporação do saber tradicional: é também necessária a transformação do plano de manejo em um instrumento democrático de gestão do espaço, recursos naturais e cotidiano. E esta gestão democrática deve incorporar elementos da ciência moderna aos interesses de conservação, sendo esses últimos expressos não somente pela conservação dos ecossistemas, mas, principalmente, pelas aspirações locais e modos de vida e a contribuição histórica das populações tradicionais para a conservação ambiental.

Dentro deste panorama, em 1974, foi instituído o primeiro plano de manejo do PEIC. Com caráter preservacionista e ênfase exclusiva a exploração turística, foram proibidas as atividades de subsistência das comunidades locais, fato este que teve como consequência a expulsão e migração de muitas famílias residentes na Ilha do Cardoso para bairros periféricos da cidade de Cananéia – SP (GADELHA, 2008; CARDOSO, 2004).

Muitos moradores foram expulsos e/ou migraram, sem receber qualquer forma de indenização ou realocação em outras terras. E os que lá permaneceram adaptaram-se a uma série de drásticas mudanças sociais como a diminuição das atividades agrícolas, o abandono gradativo da lavoura, aumento da atividade pesqueira e, principalmente, o incremento do fluxo e da renda gerada pelo turismo.

Vinte e um anos depois, em 1997, iniciou-se a revisão do plano de manejo do PEIC. Em 1998, foi elaborada a primeira fase denominada plano de gestão ambiental –

PGA. Em 2000, foi elaborada a segunda fase, a qual foi aprovada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA – em 2001. A partir de então, o Parque passou a representar tanto uma exceção entre as UCs geridas no Brasil quanto um avanço na gestão dos recursos naturais da Ilha, pois durante a elaboração e, posteriormente, para sua implantação e fiscalização, o Plano objetivou compatibilizar os anseios da comunidade caiçara que habitavam o interior e entorno da Unidade e os interesses de conservação, buscando alternativas para o desenvolvimento sustentável. Para tanto, foi criado, em 1998, o Comitê de Apoio à Gestão, que possui caráter consultivo e representação paritária<sup>1</sup>; que foi composto, inicialmente, por 14 membros: um representante de cada comunidade do Parque, cinco representantes de instituições governamentais e de quatro representantes de entidades não-governamentais (CARDOSO, 2004; FURLAN, 2002; MENDONÇA, 2000). O Comitê está em funcionamento até hoje.

Iniciativas como essas ganham importância no cenário nacional, pois a desconsideração da existência das comunidades tradicionais na implantação das UCs tem gerado graves problemas sociais. Principalmente, por desvincular a comunidade de seus recursos e formas produtivas originais, fato que impacta os modos de vida e a subjetividade destas comunidades.

Furlan (1997) pontua alguns destes aspectos como a perda da parceria na conservação, o uso abusivo de áreas impróprias para a agricultura e o aumento do

---

<sup>1</sup> Ressaltamos que com a Lei 9985 de 18/07/2000 – ou seja, dois anos depois – esse tipo de Conselho tornou-se obrigatório. Em seu artigo 29 consta que “*Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgios de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no §2 do art. 42 [até que sejam realocadas], das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade*”. Porém, infelizmente, na maioria das UCs, o Conselho Consultivo ou não foi instaurado ou não funciona plenamente.



extrativismo clandestino. Outros importantes fatores imateriais merecem ser destacados: primeiramente, o conhecimento tradicional pode perder-se, isto porque, diferentemente do conhecimento científico moderno que se utiliza da escrita para perdurar, o conhecimento tradicional utiliza a oralidade e este pode ser interpretado somente dentro do contexto da cultura em que é produzido (BALÉE, 1993).

E em segundo lugar, e foco desta dissertação, a memória da comunidade pode não encontrar mais condições sociais e materiais para sua expressão. O grupo pode não mais se auto-reconhecer e assim desconstruir sua identidade.

### **1.1. Problema e justificativa**

As transformações em práticas produtivas e no sistema cultural podem ocasionar a perda do conhecimento e de práticas tradicionais, criando um conflito entre a conservação da natureza e as referências histórico-sociais, econômicas e culturais. O tempo de antigamente pode não mais encontrar ressonância no presente.

Valêncio *et al* (2012) já nos alertaram para o inerente conflito social desta situação entre atores sociais e o Estado. Ao mesmo tempo em que diferentes atores, em diversas arenas institucionais e fora destas, exprimem suas forças para tornar legal o seu acesso à terra e aos recursos naturais ali contidos ou contíguos; o Estado avança em escassas práticas em torno da proteção de direitos a estes grupos mais vulneráveis e retrocede ao instrumentalizar, através de políticas de maior controle territorial, um projeto socialmente excludente no espaço geográfico nacional. Deste modo, problematizando os horizontes da luta política em torno do direito universal à terra e, em termos identitários, ao lugar seja em contextos urbanos, rurais e em Unidades de Conservação, os autores concluem que políticas assistencialistas baseadas em um discurso que sob o rótulo da sustentabilidade reservam o território para a funcionalidade

do capital cada vez mais submetem os atores a diferentes formas de dominação e violência simbólica.

Podemos observar esta realidade no PEIC. Primeiramente, a comunidade tradicional local sofreu com os impactos de um plano de manejo tecnocrata e restritivo quanto à ocupação humana; posteriormente, através da organização comunitária e da revisão e elaboração do plano de manejo, os saberes, cotidiano e aspirações da comunidade foram sendo, gradativamente, considerados. A comunidade ainda constrói, mensalmente, a sua participação na gestão do PEIC (através do Comitê de apoio à gestão) e reivindica o direito de permanência no local.

Vemos que os moradores sofreram com o impacto da criação do PEIC e tiveram que se adaptar para lá existirem, subjetiva e materialmente. A Ilha do Cardoso passou a caracterizar-se como balneário turístico e por ter uma pequena produção pesqueira em detrimento da produção agrícola encontrada antes da implantação do Parque. Com as restrições legais impostas à população, proibiu-se a caça, o roçado, a criação de animais e outras atividades de usufruto de recursos e bens naturais.

Segundo Gadelha (2008) surgiu, então, uma ruptura entre o tempo de antigamente e o tempo atual. Neste contexto e diante da importância que hoje assume o enfrentamento dos problemas relacionados à natureza e a conservação ambiental, justifica-se a necessidade de melhor compreender como as diretrizes organizativas propostas pelo plano de manejo dialogam com os símbolos, crenças e valores construídos e reconstruídos pelas comunidades, no sentido de contribuir para a (re)construção das identidades dos seus moradores.

Tendo como pressuposto que a memória social é o processo psicossocial capaz de reviver o passado tradicional e transmutá-lo em vivências traduzidas, a hipótese

defendida é que a memória social serve como sistema de significação dos modos de vida atuais, tornando-se elemento central na reorganização da cultura da comunidade e consequentemente nas (re)construções identitárias.

Assim, na medida em que as memórias sociais forem não só consideradas mas também ressignificadas na elaboração das diretrizes político administrativas e na implantação destas, a UC torna-se, também, um lugar de memória, ou seja, um lugar onde não só se preserva os recursos naturais, mas também os modos de vida no qual espaço físico (material) serve como suporte para a formação de uma memória social (imaterial). Segundo Nora (1993), lugares de memória buscam conciliar o apelo ao passado à vontade de uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e renovação resguardando as particularidades e cotidianos locais, tornando-se “(...) sinais de reconhecimento e de pertencimento de um grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos” (p.13). Tornar-se-ia um elo entre o passado e o presente que confere a identidade ao local.

Portanto, defendemos que, neste movimento, guardam-se as tradições, mas não de forma estática, e sim abrindo margem para as transformações inerentes à comunidade neste território. Exatamente por expressar o conflito social entre a comunidade tradicional e a lógica e legalidade administrativa não-tradicional; conflito esse que ora se traduz em subordinação e ora se traduz em transgressão.

E mais, mesmo sob estas condições conflituosas, as UCs podem se tornar lugares de defesa das minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e guardados em um contraponto à história universalizante.

Esta pesquisa torna-se social e cientificamente relevante por assumir o compromisso de estudar essa importante faceta da realidade brasileira no atual momento: as unidades de conservação ambiental e as comunidades que nelas residem.

As comunidades caiçaras têm sido foco de estudos por parte de pesquisadores e de órgãos governamentais em virtude não só das ameaças que estão colocadas para a sua sobrevivência material e cultural como também pela contribuição que elas podem dar para a conservação da biodiversidade pelo conhecimento que possuem da fauna e da flora e pelos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais.

Pretendemos, portanto, contribuir com a literatura especializada ao analisar os processos identitários de uma população que participou da construção e implantação do plano de manejo da Unidade de Conservação em que vive e das implicações para o cotidiano da comunidade. Além de ser uma temática atual na literatura, acreditamos que a realização da pesquisa terá valor também para a própria comunidade, seja nas reflexões apresentadas e socializadas ao final da pesquisa aos órgãos públicos competentes e à própria comunidade, seja no processo de reflexão individual de cada entrevistado (GONZALES-REY, 2002).

## **1.2 Objetivos, procedimentos metodológicos e formas de análise**

O objetivo geral da pesquisa é, a partir do pressuposto da relação existente entre memória e identidade, analisar como elementos da memória social dos moradores da comunidade do Marujá – PEIC dialogam com as diretrizes político administrativas no processo de reconstrução de suas identidades.

Especificamente pretende-se:

- Identificar as mudanças nas diretrizes político administrativas, comparando as diferentes edições do plano de manejo, bem como analisando a atuação do comitê de apoio à gestão;

- Reconstruir as memórias sociais da comunidade e as expectativas vividas atualmente;

- Identificar a influência de experiências passadas sobre determinadas esferas culturais e econômicas da vida do sujeito cotidianas;

- Analisar a relação que se estabelece entre a memória social da população local e as diretrizes político-administrativas propostas atualmente.

Os objetivos foram atingidos por meio de três procedimentos metodológicos, utilizados conforme as necessidades postas para o entendimento do objeto da pesquisa, a saber: a análise bibliográfica e documental, observação direta das reuniões do comitê de apoio à gestão e da vida cotidiana no PEIC, e entrevistas que reconstruíram a trajetória de vida de sete moradores da comunidade de Marujá<sup>2</sup>.

A análise de documentos abrangeu aqueles produzidos pela comunidade local e pelos órgãos de proteção ambiental, compreendendo o primeiro plano de manejo – 1974, e suas revisões, o plano de gestão ambiental – 1998 e plano de manejo fase 2 - 2000; as atas das reuniões do comitê de apoio à gestão desde a sua fundação em 25/03/1998, totalizando 156 atas; bem como a legislação sobre a temática ambiental. A revisão da literatura acadêmica centrou-se nos temas de proteção ambiental, unidades de conservação, comunidades caiçaras, comunidades tradicionais, memória social, identidade e participação popular.

As observações diretas das reuniões mensais do Comitê de apoio à gestão ocorreram durante o período de um ano, entre fevereiro de 2011 e de 2012. Durante esta etapa da pesquisa, o funcionamento do Comitê mostrou-se uma peça fundamental para a compreensão das diretrizes político administrativas, da participação da comunidade na gestão do PEIC e de sua influência na construção da memória social e da identidade da comunidade.

---

<sup>2</sup> O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Seres Humanos (CAAE 00822712.9.0000.5504) e pelo Comitê Técnico Científico – Instituto Florestal (processo n. 260108-005.400/2011)

A comunidade de Marujá foi, intencionalmente, escolhida para a realização da pesquisa empírica por ser a de maior expressividade populacional e também por apresentar uma organização de moradores bem estruturada e com efetiva participação na gestão do Parque, gerada, principalmente, pela forte influência do turismo.

A seleção dos entrevistados foi feita de modo intencional, levando em consideração, principalmente, a faixa etária pois, segundo Bosi (2004; 2007), são os mais velhos, exatamente pelo seu acúmulo de experiências, fontes ricas no estudo da memória social. Devido às particularidades do campo empírico, selecionamos moradores na faixa etária de 60 a 80 anos, em média, e adotamos também o critério da moradia no local<sup>3</sup>. Não houve restrição a sexo, gênero, cor, estado de saúde e grupo social.

Assim sendo, foram colhidas sete histórias de vida. A história de Edson<sup>4</sup>, 72 anos, casado, líder comunitário e participante do comitê de apoio à gestão que trabalhou na lavoura e como agente comunitário de saúde e que ainda trabalha na pesca e no turismo. A de Bernardo, 58 anos, casado, presidente da Associação dos Moradores do Marujá – AMOMAR<sup>5</sup>, membro do Comitê e que sempre trabalhou com o comércio e, atualmente, é um dos comerciantes de maior expressividade. A do casal Ana, 75 anos e Geraldo, 85 anos, casados, moradores da praia da Laje que migraram para a comunidade do Marujá em 1959, ambos foram agricultores, sendo que Geraldo trabalhou também como pedreiro e pescador, e Ana, como caseira e do lar. A de José, 59 anos, casado, participante das reuniões do Comitê, pescador artesanal e que aluga quartos e barracas. A de Aparecida, 84 anos, viúva, conhecida como a ‘mulher mais velha do Marujá’, trabalhou como costureira, na pesca, na agricultura, na confecção de farinha de

---

<sup>3</sup> Selecionamos os nascidos e/ou criados na Ilha do Cardoso e que lá construíram seus modos de vida e memórias, mesmo que tenham passados curtos períodos de tempo em outras localidades.

<sup>4</sup> O nome de todos os participantes foram alterados, a fim de preservar o anonimato.

<sup>5</sup> No início de 2012, atualmente a AMOMAR está com uma nova gestão.

mandioca, e que, atualmente, ainda ajuda a família com os afazeres domésticos. E, por fim, A de Soraia, 46 anos, dona de casa e dona de pousada que tem expressiva liderança religiosa na comunidade.

Segundo o método de pesquisa em memória social proposto por Bosi (2004), foram realizadas pré-entrevistas com os moradores selecionados com o objetivo de investigar o seu interesse em participar da pesquisa, enquadramento nos critérios de seleção e verificar se as temáticas propostas para a reconstrução das suas trajetórias de vida eram compatíveis com a realidade de cada um.

Depois desta verificação, por meio de entrevistas, tantas quantas se mostraram necessárias, foram colhidos relatos orais de trajetórias de vida, considerando que os relatos autobiográficos são mais do que o testemunho histórico e representam a própria trajetória do sujeito no tempo. Para evitar um corte transversal na vida dos entrevistados, buscamos compreender como eles se construíram historicamente, por meio da lembrança dos fatos e momentos que os conduziram ao seu estado e situação atual. Portanto, buscamos relatos da experiência de vida, procurando perceber as memórias sociais acerca das origens, das atividades produtivas e econômicas, dos impactos vividos com a implantação do Parque Estadual, bem como dos impactos decorrentes da construção das diferentes edições do plano de manejo, entre outras lembranças, além de reflexões sobre a forma de vida e expectativas atuais.

Nas entrevistas, utilizamos a técnica da exploração aberta, que combina o procedimento de relatos orais de história de vida e perguntas exploratórias, de forma a deixar o entrevistado encadear e compor, à sua vontade, os momentos do seu passado (BOSI, 2004). Seguindo este procedimento, levamos os sujeitos a fazerem sua autobiografia, pois a narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de se lembrar: “(...) é a *sua memória*” (BOSI, 2007, p.68).

Neste trabalho, a memória não é concebida como um ato passivo de invocação do sujeito, mas como ato organizador do pensamento e das lembranças, o que justifica a importância do respeito aos caminhos que os próprios memorialistas constroem para evocar o seu passado. Bosi (2007) aborda tanto a importância deste tipo de estudo quanto o fenômeno da memória em si. Como o movimento da memória é sinuoso e perpassa múltiplos caminhos, não esperávamos uma história linear, nem a ausência de contradição entre o que diz a historiografia e o que foi narrado na autobiografia.

Portanto, destacamos que não buscávamos a historiografia da comunidade, mas, exatamente, dar ouvidos e visibilidade às memórias sociais da comunidade. Isto evitou um olhar externo e alheio ao fenômeno em questão e contribuiu para acessar o mundo interno dos sujeitos, suas impressões acerca de suas redes de socialização, relação com os recursos naturais, suas experiências sobre a implantação do Parque, e a relação com os gestores e diretrizes político administrativas do Parque e o momento atual vivido. Pois, quem melhor expressa a memória e a influência desta sobre a sua vida atual do que o próprio sujeito? Segundo Thonsom (2002, p. 345), citando Benmayor & Skotnes (1994) “(...) *o testemunho pessoal permite entender como as matrizes em movimento das forças sociais impactam e moldam os indivíduos, e como os indivíduos, por sua vez, respondem, agem e produzem mudanças na área social mais ampla.*” E ainda mais, considerando as histórias de vida dos sujeitos dentro de um contexto social, histórico e cultural, o uso da memória social torna-se um agente político, pois não há somente o relato, mas a participação ativa do sujeito na construção da identidade, por meio da quebra de silêncios e estereótipos da história “oficial” e por proporcionar sobrevivência e reconstrução de uma cultura e de uma identidade.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e avaliadas de modo a eleger as categorias analíticas que expressassem os objetivos da pesquisa: memórias de lugar,



memórias de resistência e memórias de trabalho. As observações diretas realizadas no período de trabalho de campo foram registradas em diários de campo, e as informações obtidas pela análise das atas e dos planos de manejo foram divididas nos períodos de vigência de cada plano, quantificadas e aglutinadas em quadros e tabelas e analisadas. Por fim, o conjunto de informações foi triangulado e analisado qualitativamente.

Esta dissertação está estruturada em mais quatro capítulos, além desta introdução. O segundo capítulo procura construir o quadro teórico dos conceitos de memória social e identidade enquanto processos psicossociais. O terceiro capítulo é dedicado a descrever o contexto político administrativo ao qual o PEIC esteve submetido, através da análise dos planos de manejo e o funcionamento do comitê de apoio à gestão. O quarto capítulo traz a sistematização das histórias de vida colhidas, bem como a análise destas memórias sociais. Por fim, o quinto capítulo aponta as considerações finais decorrentes desta pesquisa.

## Capítulo 2

# MEMÓRIA SOCIAL E IDENTIDADE: A CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS



Trajeto pelo canal do Ararapira até a comunidade do Marujá –PEIC, 2012

Fonte: Acervo pessoal

O objetivo deste capítulo é resgatar as principais ideias acerca do estudo da memória, sob a ótica das ciências humanas, e sugerir o estudo do fenômeno mnêmico enquanto processo psicossocial. A partir disso, defendemos que a memória social torna-se um importante elemento nas rearticulações identitárias da comunidade, pois ao mesmo tempo em que possibilita a vinculação ao tempo e transformações do presente, liga os sujeitos ao passado.

## **2.1 Memória: um conceito e fenômeno psicossocial?**

A memória é objeto de estudo de diversas áreas das Ciências Humanas, não somente da Psicologia. Muito embora estas disciplinas tenham caminhado em sentidos opostos por algum tempo, tendo a Psicologia atribuído um caráter puramente individual e interno ao fenômeno mnêmico, considerando-o somente enquanto processo psicológico básico e disciplinas, como a Sociologia e História, um caráter exclusivamente social e externo, vemos no atual estado da arte uma aproximação entre estas áreas do saber. Aproximação esta que não só contribui para uma nova compreensão do fenômeno mnêmico, mas também para a consolidação do saber sobre os fenômenos humanos complexos.

Jodelet (2004) aponta que esta recente atenção às manifestações mnêmicas guiam-se, entre outros fatores, pela consideração da memória como espaço social onde as sociedades lutam para terem poder de sobrevivência. Em sociedades marcadas pela mudança social, a memória longe de ser o resgate de um passado, passa a expressar a questão do poder e a busca pela legitimação e valorização do pertencimento social.

Encontramos uma grande quantidade e diversidade de perspectivas teórico-conceituais sobre a memória, tornando o conceito multidisciplinar e multifenômico. Como a Psicologia Social, na sua especificidade porém sem isolamento epistemológico,

aborda estas questões? Na constante (re)construção do sujeito humano mediado pelo trabalho social e a linguagem, qual é a influência da memória?

Sá (2007) e Bosi (2007) defendem que para tentarmos compreender estas questões devemos examinar diferentes formulações sobre a memória e construções teóricas afins a partir de sua especial pertinência para a reconstrução psicossocial. Concordando com os autores, recorreremos ao sociólogo francês Maurice Halbwachs (2006), ao psicólogo social britânico Frederick C. Bartlett (1932), por considerar que o conceito de memória social, da forma como vem sendo utilizado na atualidade, funda nestes autores a sua teorização (DOS SANTOS, 1998; JODELET, 2004; BOSI, 2004, 2007; SÁ, 2005, 2007; NAIF, 2008).

### **2.1.1 Halbwachs: A influência social e os quadros sociais da memória**

Halbwachs (2006), sociólogo francês e discípulo de E. Durkheim, enfatizou caráter social da memória, afirmando que tudo que lembramos do passado é influenciado por construções coletivas do presente. Compôs o conceito de *memória coletiva* que expressa que as lembranças relacionam-se com um quadro social amplificado atual, ou seja, o passado só se revela como uma releitura de um mundo social anterior a partir de estruturas ou configurações sociais do presente. E este teórico tornou-se uma figura central na compreensão de como o fenômeno da memória vem se conceituando epistemologicamente, pois ofereceu importantes considerações sobre como fenômenos sociais influenciam os fenômenos mnêmicos.

Halbwachs (2006) não reserva à memória a condição de depositária de um passado conservado em sua inteireza. Defende que o conjunto de lembranças é formado a partir de uma relação por meio da qual, ao mesmo tempo em que nossas percepções atuais buscam referências em nossas lembranças antigas, estas lembranças adaptam-se ao conjunto de nossas percepções do presente. Assim, um estímulo perceptivo atual nos

ajudaria a recompor, reconstruir e resignificar um quadro de acontecimentos passados. O autor cunha a primazia dos *quadros sociais da memória* neste processo reconstrutivo e relacional da memória. Conceito central na teoria halbwachiana, os quadros sociais da memória seriam estruturas mnêmicas anteriores e determinantes sobre as memórias individuais, pois “(...) *quaisquer as lembranças do passado que possamos ter – por mais que pareçam resultado de sentimentos, pensamento e experiências exclusivamente pessoais – elas só podem existir a partir dos quadros sociais da memória*” (p.XVI).

Exploremos mais esta premissa. Seguindo a teoria durkheimiana, Halbwachs (2006) defende que as representações coletivas, enquanto estruturas externas ao sujeito e organizadoras do conhecimento, determinam o estar no meio social e, por consequência, a organização do conteúdo mnêmico, sendo, portanto elementos construtores da memória. Em suas próprias palavras:

Existe uma lógica da percepção que se impõe ao grupo e o ajuda a compreender e combinar todas as noções que lhe chegam do mundo exterior (...). Cada vez que percebemos, nós conformamos a esta lógica; ou seja, lemos os objetos segundo essas leis que a sociedade nos ensina e nos impõe. É também esta lógica, são essas leis que explicam as nossas lembranças desenrolam em nosso pensamento a mesma sequência de associações, pois no mesmo momento em que estamos mais em contato material encontramos no referencial do pensamento coletivo os meios de evocar a sequência e seu encadeamento.

(p.61)

Desta forma, a memória, longe de ser um puro fenômeno cognitivo e individual, tornar-se-ia fenômeno social, construído coletiva e historicamente, tendo como precursores fatos e grupos sociais presentes na vida dos sujeitos. Regras jurídicas, morais, dogmas religiosos, sistemas financeiros e costumes seriam dotadas de um poder coercitivo e tornar-se-iam determinantes na formação de suas lembranças de forma a criar uma relação de causalidade entre as leis da percepção coletiva e a recordação de uma série de lembranças que se referem ao mundo exterior.

Assim, o autor rompeu com vertentes que, recorrendo ao método da introspecção, esforçavam-se para dar à memória um estatuto mais espiritual, resultante da plena conservação do passado no espírito humano. Deslocou o eixo da investigação: da psique, do espírito e da conservação pura do passado para o estudo das funções coercitivas que as representações coletivas exercem no interior do grupo e da sociedade em geral e como estas (re)construiriam a memória humana (BOSI, 2007).

Não existiria mais uma memória individual. Poderíamos, então, falar de memória coletiva, pois “(...) *nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se tratando de acontecimentos nos quais só estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós*” (HALBWACHS, 2006, p. 26).

Halbwachs (2006) afirmava que os indivíduos lembram determinado conteúdo porque pertencem a um grupo social, usam referências determinadas pela sociedade e têm a tendência de utilizar as memórias de outras pessoas para reforçar e complementar suas próprias, baseando-se em uma estrutura de linguagem e comunicação na construção de suas lembranças.

Porém, para Halbwachs (2006) esta premissa não significa que, por serem todas as memórias coletivas, o conteúdo mnemônico dos membros de determinado grupo

social sejam idênticos. A memória individual diferiria da coletiva apenas em grau, sendo a primeira um ponto de vista sobre a segunda, sendo que este ponto de vista é influenciado pelo pertencimento ao grupo social que construiu a memória coletiva. Vários desses pontos de vista, vividos em grupos diferentes, gerariam o aspecto individual da memória. Ressalta que a memória individual não é possível sem o uso de outras lembranças, de pontos de referência que existem fora do sujeito, determinadas pela sociedade e do uso da linguagem social.

Vemos que Halbwachs (2006) revolucionou o modo de se conceber o fenômeno mnêmico exatamente pela importância dada ao contexto social em que o sujeito insere-se. O sociólogo francês influenciou diversas áreas do saber com sua teoria sobre a memória coletiva e os quadros sociais da memória, inclusive a Psicologia. Vejamos como se deu essa apropriação de sua teoria.

### **2.1.2 Bartlett: A influência de aspectos psicossociais e a convencionalização**

Especificamente na Psicologia Social, o fenômeno da memória em relação ao social ganhou destaque na década de trinta com o psicólogo social britânico Frederick C. Bartlett. O autor teceu um modelo inovador de entendimento dos processos psicossociais envolvidos na atividade mnemônica humana ao considerar a influência das convenções sociais na elaboração do passado, expondo-as por meio da obra *Remembering: a study in experimental and social psychology* (BARTLETT, 1932).

Johnston (2001) mostra a evolução do pensamento de Bartlett no caminho de conferir à memória o caráter social e construtivo. O autor aponta que, primeiramente, Bartlett destaca o conceito de *schema*, o qual expressa a compreensão da memória não através de registro e recuperação de traços/imagens, mas pela organização de experiências passadas marcada por atitudes, interesses, crenças, valores, sentimentos

que garantiriam à ela um caráter dinâmico. Posteriormente, a ênfase é na influência de aspectos socioculturais na sua reconstrução. Exploreemos esta evolução.

O objeto da Psicologia no estudo dos fenômenos mnêmicos, para o Bartlett (1932), é como os sujeitos utilizam a memória, ou seja, como as experiências do passado são resgatadas e utilizadas para o agir no presente. O autor denunciou a ineficácia de estudos neurológicos e laboratoriais que não consideram o social, defendendo que a memória deve ser estudada a partir da interação dos indivíduos nos diversos contextos da vida cotidiana. Realizou tanto investigações experimentais pioneiras acerca da influência da memória no microcosmo da vida cotidiana, como em seu estudo clássico sobre os esquemas e reconstrução da memória que consistia nos participantes tentarem lembrar um conto folclórico dos índios norte-americanos – intitulado “The war of the ghosts” (A batalha dos fantasmas), após trinta minutos da leitura do texto e, oportunamente, dois anos após (BARTLETT, 1932; KELLOG, 2007); como também realizou pesquisa etnográfica com crianças e agricultores na tribo swazi destacando a importância do contexto social no conteúdo mnêmico (BARTLETT, 1932; BOSI, 2007).

Contrariando explicações da época que defendiam o lembrar como a simples re-excitação de traços/imagens que foram armazenados fidedignamente como a experiência vivida, Bartlett (1932) questionou não só o caráter de pura reprodução destes traços armazenados, mas também seu caráter individual e específico. Nesta teoria, a memória, com forte influência do seu contemporâneo Halbwachs, longe de ser simplesmente a reprodução exata e fixa do passado, passa a ser considerada uma recriação do passado (BOSI, 2007; NAIF *et al*, 2008).



Temos, portanto, a defesa da memória como construção assim como Halbwachs (2006) postulou, mas com as particularidades decorrentes da revolução cognitiva que acontecia na época.

A grande inovação desta teoria foi trazer para o campo da Psicologia a recusa da noção da lembrança como traços/imagens imutáveis e individuais e a proposta de uma explicação diferente, que postula que toda mudança cognoscível na estrutura social entra na consciência já carregada com a sua relação com algo que tenha acontecido antes.

Bartlett (1932) buscou operacionalizar como se dava esta função entre passado e presente e para tanto valeu-se do conceito de *schema*, enquanto elemento de estruturação da memória. *Schema* seria um esquema plástico de representações mentais no qual seria gravado cada nova atitude bem como o conjunto de sensações evocados por esta. Desta forma a impressão produzida por um estímulo perceptivo seria armazenada e modificada de tal forma que a sensação final fosse impregnada com relação de alguma coisa que tenha acontecido previamente. A Psicologia Social passou a defender a tese das influências do passado no presente.

Logo, *schema* refere-se a uma organização ativa de reações anteriores ou de experiências passadas. Assim sendo, a complexa estrutura de *schemas – schemata* – é constantemente desenvolvida e afetada por toda a informação do *input* da experiência sensorial, o que acaba com a ideia da memória como um simples depósito destes *inputs*. Esta estrutura mental ativa e organizada determinaria o conteúdo mnêmico e é exatamente esta relação de determinação que expressa a maneira pela qual podemos ser influenciados por reações e experiências que ocorreram em algum momento no passado.

A partir destas formulações fundamentais na elaboração psicossocial da memória, Bartlett (1932) crê que a nitidez da memória não deva ser avaliada

isoladamente, mas em relação com toda a experiência social do grupo. O conteúdo da lembrança estaria condicionado ao interesse social que o fato lembrado tem para o sujeito.

Para tanto, utilizou-se do conceito de *convencionalização*, cunhado pelo antropólogo W. H. R. Rivers, o qual afirma que imagens e ideias recebidos por determinado grupo social ganham formas de expressão condizentes com as convenções verbais já existentes no grupo. Transpondo o conceito para a Psicologia Social, Bartlett (1932) defende que a gênese da recordação não reside em estado puro na linguagem de quem se lembra, mas é elaborada pelo ponto de vista cultural e ideológico de grupo ao qual o sujeito pertence e dos possíveis conflitos existentes (BOSI, 2007).

A convencionalização, portanto, expressa o processo de aceitação e de ajuste de um novo sistema cultural, ou de elementos deste sistema, por um grupo social através da memória, ou seja, o processo de “modelagem” que a situação a ser evocada sofre no contexto atual das ideias e valores que a evocam.

Segundo Epelboin (2004) são estes os procedimentos – os *schemas* e a convencionalização - que revelam o trabalho de construção social da memória, uma vez que os *schemas* de narração e interpretação existentes nos grupos implicariam na elaboração de versões próprias, porém sociais e coletivas, frente ao conteúdo recebido, ou seja, na convencionalização.

Por fim, podemos inferir que Bartlett (1932) empenhou-se em demonstrar como as estruturas sociais são apropriadas e atuam tanto no lembrar como na construção de conhecimento do mundo, por meio da atribuição de significado. O sentido da memória estaria embutido nos códigos sociais construídos pela interação social entre os indivíduos.

### **2.1.3 A memória enquanto construção do sujeito social**

Ao invés de contrapor a teoria da Memória Coletiva cunhada por Halbwachs que dá primazia aos quadros sociais da memória ao processo psicossocial enfatizado por Bartlett, preferimos adotar a heterodoxia interpretativa. Assim, evitamos o centramento nas diferenças e optamos em observar os aspectos em comum e em como estas diferenças convergiram para a melhor compreensão do fenômeno mnêmico. Segundo Elpeboin (2004) a diversidade existente, seja na esfera conceitual, metodológica ou aplicada, é a principal mola propulsora de adequadas discussões e avanços na compreensão do fenômeno mnêmico.

Ponto comum que salta aos olhos na leitura destes dois teóricos é o caráter construtivo da memória, ou seja, as lembranças são reconstruções de um passado orientadas pelo presente. Exploremos esta premissa. O conteúdo da memória nunca é uma reprodução do passado e sim uma atualização construída a partir deste. Podemos considerar que o social possa ser apropriado e inter-relacionado às abordagens psicossociais que partem da investigação dos processos subjetivos e interativos de produção de memórias coletivas por sujeitos sociais.

Segundo Sá (2007) o fenômeno da memória social transita entre alguns fenômenos unificadores básicos: caráter construtivo, natureza simultaneamente social e psicológica, dependência direta com comunicação e interação social, imbricação com o pensamento social, dinâmico e afetivo. Esses elementos expressam-se de forma dinâmica e, algumas vezes, encoberta. Evidenciá-los, articulá-los e explorar suas implicações na pesquisa da memória social seriam algumas das tarefas da análise psicossocial. Esta afirmação enfatiza tanto o caráter construtivo da memória, que é operacionalizado pela apropriação por parte do sujeito da realidade social, quanto a importância de um sujeito social e de uma subjetividade que influencia o lembrar.

Enquanto Halbwachs (2006) procurou mostrar que a busca do sentido das construções coletivas deveria localizar-se na investigação dos quadros sociais da memória, estruturas estáveis e externas; Bartlett (1932) postulou que o sentido orientador da construção mnêmica residiria nos códigos sociais internalizados nos *schemas* e processados pela convencionalização, sendo estes construídos por meio da interação social. Então, como então os quadros sociais da memória se relacionam com a subjetividade individual dos sujeitos?

Dos Santos (1998) explora o caráter social e interativo do fenômeno mnêmico na obra do sociólogo francês. Questionando sobre a relação que confere anterioridade à estrutura social ao conteúdo da memória, defende que a individualidade é construção social e, se assim pensada, não se contrapõe aos quadros sociais da memória. Ou seja, memória pode ser tomada como construção do sujeito, se considerarmos este enquanto membro de um grupo social determinado, que se utiliza das convenções sociais disponíveis.

Ainda de acordo com dos Santos (1998), a memória não é, e não pode ser, considerada como exterior e anterior ao sujeito, pois ela não se constrói “do nada” e sim a partir da apropriação da estrutura social. A partir da apropriação das lembranças de um grupo como sua, o ser humano constrói a memória e se constrói enquanto sujeito, há, portanto, um processo de apropriação das representações coletivas por parte do indivíduo em relação com outros indivíduos. Não podemos considerar construções coletivas como autônomas, pois eliminaríamos a importância do sujeito social ao reconstruir o seu passado. Não há memória coletiva capaz de impor-se ao conjunto de sujeitos arbitrariamente, tampouco memórias que sejam construídas independentemente do social.

Logo, a memória social pode ser concebida como capaz de reunir aspectos coletivos e individuais, uma vez que envolve recursos da ordem cognitiva, emocional e comportamental de sujeitos que estão inseridos em contextos sociais.

A partir do exposto, podemos apontar como interface da teoria de Bartlett e Halbwachs a consideração da memória social enquanto um sistema de atribuição de sentido às práticas sociais atuais, através da interação social. Sentido este que busca compatibilizar as mudanças sociais atuais com as vivências passadas do grupo social – daí o seu caráter construtivo – , contribuindo para a pertença e manutenção do grupo, sem negar as transformações que toda sociedade e cultura estão submetidas.

Defendemos que o fenômeno da memória social acontece na relação que se estabelece entre a estrutura social e o indivíduo, de forma a construir o sujeito. Isto por considerar que a Psicologia Social tem como objeto a relação dialética entre o psiquismo humano e as relações e estruturas sociais em que se insere. Isto por considerar que o sujeito entra em contato com a estrutura social, que está em contínuo movimento e re-estruturação, e mais que este sujeito reflete as múltiplas apropriações das tensões e conflitos inerentes à sociedade, bem como as constrói. E, especificamente, por considerar que a memória social de uma comunidade ao mesmo tempo em que diz respeito à vida privada de cada um dos sujeitos, é também social porque se reporta às crenças, significados, discursos e vivências comuns à toda comunidade. E através do seu estudo podemos perceber “(...) *seu caráter construtivo, sua constituição simultaneamente social e individual, sua dependência da comunicação e interação social, sua imbricação com o pensamento social e sua dinâmica afetiva*” (NAIF et al, 2008, p.83).

Desta forma, a memória social, ao mesmo tempo em que liga o sujeito ao passado, reflete o tempo presente e pode fornecer tanto elementos para a compreensão

das matizes sociais influentes em determinado momento histórico como também para compreender o devir dos sujeitos na história. A memória social nos permite compreender o processo de construção do sujeito social.

## **2.2 Memórias da tradição, identidades traduzidas**

O caiçara da comunidade do Marujá – PEIC– vivenciou modificações na estrutura social na qual se insere tanto ao ser submetido às restrições relativas a implantação do Parque Estadual, quanto ao se organizar para reestruturar seu modo de vida por meio da revisão do plano de manejo e do comitê de apoio à gestão. Os sujeitos sociais do PEIC tiveram que se reconstruir, suas identidades entraram em movimento.

*A memória social* torna-se relevante no processo de construção de identidade no contexto do PEIC pois, primeiramente, a comunidade vivenciou dois momentos do projeto de proteção ambiental que tiveram metodologia e implicações distintas tendo entre elas o intervalo de trinta e quatro anos.

Segundo Bosi (2004, p.16) “(...) *do vínculo com o passado se extrai a força para a formação de identidade (...)*”, pois a memória de experiências passadas tanto expressa as história de vida dos memorialistas quanto a relação que eles possuem com o presente. A questão que colocamos é como ocorre o conflito entre o passado e o presente, entre a tradição e a novidade em uma comunidade na qual o plano de manejo configurou novos significados para a identidade cultural local?

Conforme foi dito anteriormente, o objetivo geral da pesquisa é analisar, a partir da relação existente entre memória e identidade, como elementos da memória social dos moradores da comunidade do Marujá – PEIC dialogam com as diretrizes político-administrativas no processo de reconstrução de suas identidades. Sobretudo, não pretendemos advogar o fim das tradições e do passado; mas sim explorar como a

tradição atua de forma primordial na construção das experiências culturais e identidades atuais.

Como será abordado mais a frente, o critério da tradicionalidade é requisito na luta de permanência no território do PEIC e a discussão aqui travada, mais que a defesa da permanência destas comunidades, é uma nova conceitualização de identidade cultural através da memória. Desta forma, trazemos contra-argumentos à definição essencialista da identidade, que sugere a existência de um conjunto cristalizado, unificado, universal e inalterável ao longo do tempo, e propor uma alternativa conceitual de identidade que seja contingente à relação entre memória social e as diretrizes político administrativas (WODDWARD, 2000).

A noção de comunidade tradicional tem sido usada, em uma concepção essencialista, para definir grupos humanos diferenciados do ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente o seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. No contexto sociopolítico, esta caracterização legitima uma identidade diferenciada e fundamenta reivindicações por direitos territoriais e culturais específicos. Entretanto, esta noção pode assumir um caráter ambíguo pois se, por um lado, a fidelidade a “traços socioculturais” fornece o direito/poder de negociação com o Estado, por outro, veda o caminho para transformações socioculturais posteriores, inviabilizando o *devir* como sociedade e cultura (DIEGUES, ARRUDA 2001; DIEGUES, 2004).

Somado a isso, Escosteguy (2003) nos alerta para o atual alargamento do campo da cultura. Para a autora, o estudo da cultura enquanto estudo do passado transmitido, das tradições cede lugar ao estudo dos sentidos produzidos pela atividade humana. E mais, a cultura seria construída pela relação entre formas de vida e das práticas sociais que permeiam estas. Deste modo as práticas culturais não envolveriam somente a

reprodução de tradições, mas, principalmente, a ação do sujeito sobre elas pois a cultura seria exatamente o processo dinâmico que produz práticas, comportamentos e significados da nossa existência social. Cria-se uma nova definição para a noção de cultura, que

(...) não significa simplesmente sabedoria recebida e experiência passiva, mas um grande número de intervenções ativas – expressas mais notavelmente através do discurso e da representação – que podem tanto mudar a história quanto transmitir o passado (AGGER, 1992, citado por ESCOSTEGUY, 2003, p.89).

A cultura, nesta vertente epistemológica, remete a forma como nos tornamos algo ou alguém, e é a partir deste referencial que discutiremos a identidade cultural dos moradores do Marujá –PEIC. Escosteguy (2003) pontua que esta determinação da cultura não se refere aos papéis sociais e sim à interpelação, no sentido de recrutar sujeitos ou grupos sociais a ocuparem determinadas posições, a se identificarem com determinados discursos de forma a se sujeitarem a determinadas significações que os tornam quem são.

Portanto, pretendemos nesta dissertação contra argumentar a questão da identidade tradicional caiçara como substância eternamente igual a si e como essência naturalmente dada, ou seja, defendemos que o sujeito é construído pela relação estabelecida entre aspectos individuais e sociais, de forma que as relações sociais contemporâneas afetam as ações sociais do sujeito na medida em que resgatam e



significam um passado construído pela memória social e esta relação influenciará as identidades culturais atuais deste sujeito.

Neste sentido, segundo Rodrigues (2001):

(...) pouco se sabe a respeito do mundo simbólico de culturas tradicionais não indígenas **que mantêm**, até hoje, relações estreitas com a Mata Atlântica, mas que, ao mesmo tempo, **articulam-se**, periodicamente, ao modo de vida e às formas do pensamento que prevalecem na sociedade urbana contemporânea – caso dos caiçaras que vivem no interior ou entorno das florestas, há gerações (p.204).

Hall (2000a) defende no mundo contemporâneo as identidades passaram a ser construídas pelas interações sociais e razões políticas, mediadas e significadas pela memória social, tornando-se, portanto, construções políticas e sociais. O autor também defende que não existem mais identidades puras e estáticas devido aos fenômenos que hibridizam a cultura e transformam as estruturas sociais. As velhas identidades estão em declínio e surgem novas identidades que fragmentam o sujeito visto, até então, como unificado. Esta “crise de identidade” insere-se num processo mais amplo de mudanças e *“(...) desloca as estruturas e processos centrais das sociedades modernas abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (p.7).*

O autor pontua que o sujeito que antes era visto como tendo uma identidade unificada e estável, torna-se fragmentado, composto não somente por uma única identidade, mas de várias, algumas vezes contraditórias e não resolvidas. A identidade

torna-se uma celebração móvel, formada e transformada continuamente pelas formas como somos representados ou interpelados pelos sistemas culturais que nos rodeiam.

Segundo Hall (2000a), a ideia de sociedades periféricas como lugares etnicamente puros, culturalmente tradicionais e intocados pelas rupturas impostas pela modernidade não passa de uma fantasia ocidental que tende a gostar de seus nativos como “puros” e os lugares como “exóticos” e “intocáveis”. Os confortos da Tradição são desafiados pelo imperativo de forjar-se uma nova autointerpelação, baseada nas responsabilidades da Tradução cultural.

Neste contexto das UCs habitadas por comunidades tradicionais, Rodrigues (2001) complementa:

O caiçara encontra-se, hoje, numa zona intermediária entre o modo de vida tradicional e o contemporâneo. Circula entre estes dois universos, articulando-se intensamente em certos períodos com o ‘mundo externo’, o das grandes cidades, com desenvoltura supreendente. No entanto, mantém vínculos estreitos com sua cultura particular, com sua identidade, que parece reconstruir sob certas condições particulares. (p.97)

Hall (2000a, 2000b) ainda mostra que os fenômenos pós-modernos têm o efeito de contestar e deslocar identidades centradas e fechadas de determinada cultura, de forma a tornar estas identidades mais posicionais, políticas, plurais e diversas. Porém, o autor aponta a contradição deste efeito: enquanto algumas identidades gravitam ao redor da “Tradição” tentando recuperar sua pureza anterior e certezas perdidas, outras aceitam que as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da

diferença, aceitando que não serão outra vez “puras” e unitárias e passam a gravitar ao redor da “Tradução”.

O conceito de Tradução descreve, portanto, as transformações de identidade que atravessaram e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que vivenciaram a ruptura de estruturas sociais antigas. Essas pessoas, embora possam manter vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, não mantêm a ilusão de um retorno ao passado; pois elas têm que negociar nas novas culturas ou estruturas sociais na qual se inserem, atualmente, de forma a não perder completamente a identidade e serem assimiladas culturalmente. Elas carregam traços da cultura, das tradições, das linguagens e das histórias particulares, mas não se unificam somente a isto. Criam-se homens traduzidos, aqueles que transferem, que transportam entre fronteiras, que pertencem a dois mundos ao mesmo tempo. *“Eles devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas”* (Hall, 2000a, p.89).

No caso da presente pesquisa, consideramos uma comunidade tradicional que passou por transformações sociais, políticas e econômicas que reestruturam o seu estar no mundo e como estas transformações refletem na sua identidade. Este auto reconhecimento da comunidade é uma *identidade traduzida*? Como resultado de processos de contatos cada vez mais conflituosos com a sociedade urbano-industrial – no caso do PEIC, a forte influência do turismo, adequação da produção pesqueira aos moldes do mercado capitalista, entre outros – e com as formulações político ideológicas criadas por esta – a implantação do PEIC. Surge, portanto, um novo conceito para se pensar em a identidade dos moradores do Parque.

Buscamos nesta pesquisa compreender as identidades existentes na comunidade, valendo-nos do fenômeno da memória social. Temos como hipótese que a memória

social serve como sistema de significação dos modos de vida atuais, tornando-se elemento central na reorganização da cultura da comunidade e conseqüentemente nas (re)construções identitárias e considerando que memória é o processo capaz de reviver o passado tradicional e transmutá-lo em vivências traduzidas, ou seja, o passado dos moradores da Ilha é refletido, elaborado, resgatado e passa a ser inspiração para iniciativas originais. Portanto, nesta pesquisa buscamos entender as mudanças nos processos identitários da comunidade do PEIC por meio da relação que se estabelece entre a memória social e as diretrizes político administrativas que regulam o seu modo de vida.

Feita esta construção teórica, passaremos agora para a reconstrução e análise das diretrizes político administrativas que o PEIC esteve e está submetido.

### Capítulo 3

## AS DIRETRIZES POLÍTICO- ADMINISTRATIVAS E A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE



**Vista da comunidade do Marujá –PEIC ao desembarque no trapiche central, 2012**

**Fonte: acervo pessoal**

**P**ara melhor compreender como a memória social atua como processo psicossocial na construção da identidade temos que resgatar o histórico sobre as condições históricas, econômicas e políticas que atuaram na construção social das comunidades residentes da Ilha do Cardoso.

Compreendemos tanto a evolução da presença humana no interior da Ilha quanto os desdobramentos da criação do Parque, principalmente pela exposição dos planos de manejo em sua primeira versão de 1974 e em sua revisão, ou seja, o plano de gestão ambiental de 1998 e o plano de manejo-fase 2, de 2001; bem como uma análise da consolidação e atuação do comitê de apoio à gestão. Começaremos pelo histórico da presença humana no interior da Ilha do Cardoso.

### **3.1 Aspectos históricos e sociais dos moradores e os desdobramentos da criação do Parque Estadual**

Partindo da barca pública da Ilha de Cananéia –SP, cruza-se inicialmente a baía de Trapandé e, em seguida, entra-se no canal do Ararapira, que separa a Ilha do Cardoso do continente. Ao longo deste caminho sinuoso pelas águas do canal do Ararapira, podemos observar as belezas e contornos da Ilha do Cardoso, os cercos de pesca (armadilhas para peixes em forma de espiral feita de taquaras fixadas no fundo do canal e próximas ao mangue), além dos diversos tipos de outras embarcações como lanchas, escunas e voadeiras e a rica fauna local. A Ilha tem, aproximadamente, 30 km de um pontal ao outro e largura máxima de 10 km e é uma ilha continental, ou seja, que esteve, outrora ligada ao continente, assim as suas montanhas fazem parte da Serra do Mar. Depois de, aproximadamente, três horas de viagem, chega-se em Marujá.

Chegando ao trapiche (porto de desembarque) da comunidade podemos ler a placa “Parque Estadual da Ilha do Cardoso – Núcleo Marujá”. Marujá é um conjunto de

casas coloridas e espaçadas, e de algumas pousadas e restaurantes dispostos em duas ruas ‘principais’ de terra batida paralelas ao canal do Ararapira e em vias menores transversais que rumam em direção ao mar. Do canal até a rua mais próxima, são respeitados os trinta metros exigidos pela Marinha brasileira em terrenos de litoral e é nesta rua que encontramos a maior parte do comércio de Marujá e os barracões de pesca voltados para o canal.

A praia do Marujá é extensa e ampla, marcada por um paredão rochoso ao norte (o Morro da Tapera) que a separa da praia da Laje e, à direita, podemos avistar a praia da Enseada da Baleia. Em períodos de temporada, entre as casas podemos ver barracas de campistas armadas e movimentação nos espaços de convivência dos restaurantes; na extensão da praia, estes grupos de turistas se perdem e avistamos, à distância, pequenos grupos envolvidos em caminhadas ou em banho de mar. Na época da baixa temporada, esta paisagem muda. O número de turistas cai drasticamente e eles são, em sua maioria, grupos escolares ou pescadores amadores.

Além das casas, pousadas e restaurantes, Marujá possui uma escola, uma capela, um campo de futebol, um posto de saúde rural e comunitário, um posto de telefonia público, diversas casas adaptadas para receber turistas com quartos extras para locação, espaços para camping, uma base administrativa do PEIC chamada de ‘centro dos visitantes’ e um centro comunitário. Fotografias deste cenário narrado podem ser consultadas no apêndice 01 – “Álbum de retratos”. Porém este percurso e cenário encobre o histórico da existência humana na região.

Há indícios da existência da presença humana na Ilha do Cardoso desde períodos anteriores à colonização portuguesa, dadas pela existência de sítios arqueológicos – sambaquis – em quase toda a faixa litorânea, que misturam restos de fogueiras e esqueletos de animais e também esqueletos humanos em posição de sepultamento,

datados de 6000 a.C. Há também indícios da presença indígena em, pelo menos, duas regiões da ilha: no planalto, a etnia guaianás e, ao sul, os carijós (MENDONÇA, 2000).

O monumento de pedra com quinas de Portugal marca a passagem de Martim Afonso de Souza em Itacuruçá, no período colonial em 1531. Ainda no século XVI, a Ilha foi palco das primeiras investidas dos colonizadores portugueses que objetivavam demarcar as fronteiras do Tratado de Tordesilhas. Deste encontro de indígenas e portugueses, iniciou-se o processo de “povoamento” da Ilha.

Entre os séculos XVII e XVIII intensificou-se o desenvolvimento da região, principalmente por meio das atividades produtivas e econômicas decorrentes da mineração, construção naval e do cultivo de arroz. O cultivo de arroz e de mandioca atingiu seu auge nos séculos XVIII e XIX, sendo a principal atividade econômica desenvolvida em pequenos sítios espalhados até o sul da Ilha. Este fator, somado com a abundância de peixes e água potável, riqueza da fauna e flora contribuíram para que a Ilha se tornasse o local mais povoado da região no período. Porém, no final do século XIX e início do XX, a região enfrentou a descapitalização de sua economia, principalmente devido ao auge do cultivo do café, ao desenvolvimento da malha férrea, ao assoreamento da barra do Icapara e ao fechamento do Porto de Iguape.

Com o declínio das práticas agrícolas, a atividade pesqueira desenvolveu-se e, gradativamente, os agricultores voltaram-se para a pesca. Esta era feita nos moldes da pequena produção mercantil objetivando a produção dos meios de subsistência, seja para o consumo imediato ou para a pequena comercialização. Junto com a pesca, havia também a extração da caixeta (*Tabebuia cassinoides*) e do palmito (*Euterpe edulis*). Assim, como pontua o plano de gestão ambiental (SÃO PAULO, 1998, p.11), “(...) *uma das características da economia familiar destes descendentes de portugueses, índios e*



*negros, comumente denominados 'caiçaras', foi sua adaptação aos diferentes ciclos econômicos''.*

Outra característica importante da Ilha do Cardoso é que os núcleos familiares, formados por gerações, mantiveram características similares às famílias camponesas nas quais os ciclos agrícolas firmam as relações de reciprocidade com outros núcleos familiares de cooperação e os padrões de ajuda mútua.

Na década de 1950, a Ilha tornou-se alvo de especuladores imobiliários e empresas extrativista devido, principalmente, à (relativa) baixa densidade populacional, à falta de regularização fundiária dos moradores tradicionais e à construção da BR 116. A soma destes fatores contribuiu para que todos os ambientes planos da Ilha (a praia do Pereirinha e Marujá) estivessem divididos em loteamentos neste período.

Com estas ameaças ao ambiente natural e o incremento de iniciativas nacionais de delineamento de áreas de preservação ambiental controlados e administrados pelo Estado, ocorreu o pedido do professor Paulo Duarte para a transformação do território da Ilha do Cardoso em área protegida. E para que a proteção compreendesse tanto as florestas quanto os sambaquis e a fauna, houve a proposição da categoria Parque Estadual. A justificativa apresentada pelo proponente foi conter as ações e os empreendimentos imobiliários iniciados na Ilha, paralisar a exploração dos sambaquis, da fauna e da flora, criar um parque natural, estabelecer uma base de estudos da comissão pré-história e implantar uma estação de pesquisa do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo – USP (MENDONÇA, 2000).

O Parque Estadual da Ilha do Cardoso foi criado, então, pelo Decreto Estadual no. 40.319/62. Entretanto, com a ausência de responsabilidade do Governo Federal, a guarda do Parque ficou com o Serviço Florestal da época, durante o estudo da situação

dominal das terras. E, em 1986, o PEIC foi incluído no regulamento dos Parques Estaduais Paulistas pelo Decreto Estadual no. 25.341/86.

Com a criação do PEIC, ocorreram também impasses sobre a situação fundiária dos moradores. Os moradores tradicionais foram distinguidos em três tipos de “ocupantes”<sup>6</sup>: proprietários recentes, proprietários de pequenas fazendas e pequenos posseiros. Segundo Mendonça (2000), os defensores da criação do Parque advogavam que as terras da Ilha eram de domínio da União, sugerindo que o Estado impetrasse a ação discriminatória em trabalho conjunto com a União e também que o Estado solicitasse à União a cessão da Ilha, pois assim poderia impetrar a discriminatória optando entre via administrativa ou judicial. Este impasse legal referente às ações discriminatórias, estenderam-se por um longo período, pois ao mesmo tempo em que nenhum morador possuía título legítimo ou concedido, ou aforamento das terras de sua moradia, Estado e União disputavam a quem cabia reconhecer ou não títulos de domínio de particulares, bem como a indenização do domínio.

Em 1981, quase vinte anos após a criação do Parque, a sua situação ainda não havia sido definida perante a União, que se mostrava oposta às ações discriminatórias feitas pelo Estado. Em 1992, o Supremo Tribunal Federal reconheceu o PEIC como bem imóvel da União. Em 1994, a portaria ministerial 139/94 autorizou a Fazenda Nacional ceder as terras da Ilha do Cardoso para a Fazenda do Estado, porém, esta foi cancelada no mesmo ano. Estes impasses demonstram o quão imprecisa e conflituosa foi a criação do PEIC e quão restritivas foram as políticas impostas (SILVA e PEREIRA, 2011).

---

<sup>6</sup> O termo ocupante remeta a que ocupa, apodera-se de alguma coisa; já o termo morador a quem reside, habita, faz do lugar seu lar. Neste trabalho, irei me referir aos moradores tradicionais como aquele que habitam a Ilha há gerações e aos ocupantes não tradicionais, como aqueles que vieram com a especulação imobiliária, não possuindo vínculos com o local.

Com a criação do PEIC, processo que ocorreu sem nenhuma consulta aos moradores locais, iniciaram-se uma série de restrições ambientais severas como resposta à especulação imobiliária e às práticas extrativistas desenfreadas, as quais culminaram na alteração do território vivido pelos moradores. Uma das primeiras intervenções foi a proibição de qualquer atividade econômica, o que imobilizou as comunidades tradicionais pois, além da proibição, não houve qualquer indenização ou proposição de novas áreas onde pudessem manter os modos de vida.

Assim, em 1962, houve um novo marco na atividade econômica da Ilha. Tanto a extração do palmito e da caixeta como também as práticas agrícolas remanescentes tornaram-se proibidas quanto houve o declínio da captura de ostras nos manguezais. Com isto a pesca tornou-se a principal atividade econômica, mesmo que com escasso retorno financeiro. Na década de 1970, iniciaram-se ações discriminatórias e desapropriação de moradores. Ocorreu, portanto, intenso êxodo na região. Segundo Silva e Pereira (2011), antes da criação do Parque Estadual a população da Ilha era de 420 famílias, atualmente elas não ultrapassam 120.

Os remanescentes sofreram com o aumento da dificuldade para o desenvolvimento de suas atividades tradicionais. As principais consequências foram a desestruturação parcial do sistema produtivo caíçara e pauperização da população; entrada efetiva de outras formas de ocupação ilegais e clandestinas, ligadas a atividades empresariais ou ainda a especulação imobiliária; os moradores tradicionais remanescentes sucumbiram às demandas externas de maior retorno financeiro, agindo de forma clandestina como forma de obter renda para a compra de mercadorias básicas que antes eram produzidas nas próprias comunidades; por fim, houve o desenvolvimento de um turismo desordenado nas vilas do Marujá e Enseada da Baleia.

Em 1974, foi publicado o primeiro plano de manejo do PEIC que teve irrisório impacto no cotidiano das comunidades, sendo revisado no período entre 1998 e 2000. Silva e Pereira (2011) destacam a delicadeza em se aplicar a legislação vigente dentro de uma UC e de se criar formas de gestão que respondam às necessidades dos moradores locais de forma ao se considerar não somente questões ambientais mas a complexidade de relações sociais e territoriais. Ressaltam que essa dificuldade resulta na potencialização dos conflitos decorrentes destas relações sociais e territoriais contraditórias em detrimento a sua resolução.

Um plano de manejo é elaborado e composto por três elementos básicos: *diagnóstico* do meio físico, biótico, socioeconômico e fundiário da área da Unidade e seu entorno; *zoneamento*, que define a normatização do território da UC; e os *programas de manejo* que definem e normatizam as atividades vinculadas ao zoneamento territorial. Passamos agora a análise destes instrumentos de gestão, expressos pelos diferentes Planos.

## **3.2 Plano de manejo 1974**

### **3.1.1 Equipe, objetivos e método**

Este plano de manejo foi executado por uma equipe composta por seis especialistas do IF, Instituto de Pesca – IsP e da Food and Agriculture Organization – FAO: dois engenheiros agrônomos, um engenheiro florestal, um biólogo e dois técnicos.

Tomando como pressuposto que a função dos planos de manejo fosse a “(...) *conservação de ecossistemas, sítios históricos, belezas cênicas de inestimável valor cultural e científico*” ( s/p., SÃO PAULO, 1974), o instrumento teve como objetivo nortear a utilização do Parque para atividades de pesquisa, educação e recreação de

forma que o patrimônio biológico fosse preservado, destacando o fortalecimento da demanda de visitação por turistas destas áreas de conservação. Nota-se que este não trazia qualquer consideração das perspectivas, anseios e interesses das comunidades locais e objetivava transformar a Ilha em um refúgio natural intocado.

O trabalho de campo durou seis dias. A equipe procurou contextualizar geograficamente a região do PEIC, relacionado-a com as praias da Ilha Comprida, com Cananéia – onde novas estradas estavam sendo abertas – e, por fim, com o trecho litorâneo compreendido entre Santos e Peruíbe, o qual se encontrava em intenso desenvolvimento. Tendo em vista o desenvolvimento turístico, observaram-se, sobretudo, os tipos de construção, os meios de acesso, de recreação e os recursos disponíveis para atividades turísticas.

Considerando a possibilidade do aumento da demanda turística, visto às melhorias no sistema de transporte e a conseqüente proposta de desenvolvimento de infraestrutura necessária para recebê-los no PEIC, a equipe de planejamento acordou que a alternativa de manejo mais benéfica para o Estado seria aquela que visasse à proteção da vida selvagem e vegetação, desenvolvendo a área para recreação e educação ambiental de modo que não fossem causados danos ao meio ambiente natural. Segundo o documento:

A Ilha do Cardoso, com suas matas e extensas praias, representa a última oportunidade de manter uma área, onde as pessoas podem desfrutar as diferentes possibilidades recreativas e participar de atividades de recreação, num cenário natural e semi-selvagem, onde cenas e sons, comuns a vida urbana seriam raríssimos (p.16).

A partir disso, o documento disciplinou e normatizou ações, procedimentos e posturas visando à manutenção dos animais selvagens num ambiente natural, a proteção das fontes de água doce e manutenção ou aumento da vegetação natural. Propôs também o desenvolvimento máximo da educação ambiental e das oportunidades de recreação para o público em geral, compatível com o objetivo supracitado e visando ao aumento da economia da região de Cananéia.

Vemos, portanto, que uma pequena equipe técnica, de formação exclusivamente ligada às ciências biológicas, percorreu por um curto período de tempo o território do PEIC atentando para a exclusiva caracterização do meio ambiente – da geologia, dos solos, do relevo, do clima, das águas, da vegetação, da fauna e da flora. A caracterização da região em torno centralizou-se no recente desenvolvimento da malha de transportes, de forma a indicar a possibilidade de exploração eco turística do local. Mas (como) o instrumento considerou os moradores do PEIC?

### 3.1.2 Os moradores

O plano de manejo de 1974 reconheceu vestígios da presença humana de longa data na Ilha como ruínas de edificações e antigas plantações. Apontou também aspectos negativos do desenvolvimento desordenado e ilegal do local como a extração clandestino de madeira de lei, a criação de uma infraestrutura para a recuperação de navios e a exploração de alguns sambaquis.

O documento ressaltou que, apesar das ilhas pertencerem à União, “(...) o território da Ilha do Cardoso está distribuído entre particulares, que dele se **apossaram** desde os tempos coloniais e que de certo tempo para cá, vêm pagando o *laudêmio* ou taxa de ocupação nos termos da lei em vigor” (SÃO PAULO, 1974, p.1 – grifo nosso). Além de impor restrições imediatas como a proibição da reocupação do local, o disciplinamento do uso de roças e quintais, a proibição da caça e da pesca com rede ou

retirada de qualquer material em desacordo com a lei e regulamentos e a autorização de criação de animais domésticos mediante confinamento; o documento ressaltou que o governo da época já estava efetivando as desapropriações previstas pelo Decreto Estadual no. 40.319/62,

A única presença humana legalizada e destacada no instrumento é a dos turistas. O documento pontua que não havia fluxo turístico significativo, sendo que parcela significativa dos turistas era proveniente de Cananéia e cidades vizinhas e limitava-se a pessoas que conheciam previamente a região. A recreação baseava-se em atividades de pesca na área marginal a lagunar e ao uso das praias para banho e, eventualmente, era desenvolvida a pesca submarina. Ao sul da ilha “(...) *em um loteamento iniciado e denominado Marujá*” (SÃO PAULO, 1974, p.12) era o local de reunião regular de associações e pessoas interessadas nas atividades pesqueiras.

Podemos observar que, paralela e incoerentemente à ênfase da desapropriação dos moradores, foi apontado o aproveitamento gradativo destes em atividades ligada ao turismo – vigilância, guia, pesca e artesanato. Os moradores da Ilha do Cardoso, em vez de serem vistos como sujeitos de direitos, foram visto como ‘sujeitos de deveres’: eles não podem mais morar na Ilha, mas devem realizar e adequar-se aos objetivos do Plano. Demandou-se um novo uso social para o território.

E mais, a Ilha do Cardoso foi transformada em Parque Estadual em 1962 (e já abordamos o quão conflituosa foi a atribuição do território para o Estado ou para a União), porém neste plano de manejo, os moradores são acusados de se apossarem do território desde os tempos coloniais. Podemos nos indagar se os moradores se apossaram do território da Ilha do Cardoso ou se o Estado se apossou do território dos moradores.

### **3.1.3 Zoneamento**

A Ilha foi dividida em quatro zonas de manejo: zona primitiva, zona de uso extensivo, zona de uso intensivo e zona de serviço. Cada uma delas abrangia áreas específicas no que diz respeito à topografia, à vegetação, à utilização dos recursos naturais, ao potencial turístico e aos objetivos e possibilidades de manejo.

As quatro zonas de proteção foram regidas por normas de uso geral, orientadas para a preservação do meio ambiente. Destacamos: proibição do corte de árvores, exceto à critério da administração; a coleta de material científico somente mediante autorização; levantamento, localização e proteção de áreas históricas; sinalização sobre perigos em potencial; proibição de depósitos de lixo, exceto na zona de serviço; controle da população dos animais silvestres; controle do banho nos rios para evitar a poluição; limite da construção de estradas; proibição de veículos particulares e controle animais domésticos de visitantes.

Porém, cada uma das quatro zonas tem seus objetivos, áreas de abrangência e normatizações e particularidades no manejo. As quais podem ser consultadas no quadro 01 abaixo:



**Quadro 1: Zoneamento do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, segundo o plano de manejo - 1974**

	<b>Objetivos</b>	<b>Áreas de abrangência</b>	<b>Normatizações e particularidades no manejo</b>
<b>Zona primitiva</b>	Manutenção total de ambiente natural	Abrangendo cerca de 80% do território, inclui praticamente todo sistema montanhoso, mangues e faixa oceânica que vai da praia de Ipanema a praia da Laje. Compreendia a casa de muitos moradores tradicionais, principalmente nas praias de Cambriú e Foles.	Normatizou o desenvolvimento turístico e abertura de trilhas e caminhos e colocação de placas. Proibiu o uso de equipamentos motorizados e permitiu a construção de banheiros, se “encobertos” pela vegetação, acampamentos – exigindo-se somente a retirada do lixo pelo usuário, aproveitamento de uma queda de água para o uso do Centro de Pesquisa.
<b>Zona de uso extensivo</b>	Manutenção do ambiente natural, proporcionado melhoramentos do seu uso com vistas à recreação e a educação ambiental.	Compreendia a maior parte na área norte da Ilha, abrangendo faixas de 10 m ao lado de trilhas que percorrem a zona primitiva, locais de acampamentos, mirantes, acesso a locais históricos, morro da tapera e área de acesso a praia da Laje e área ao sul da restinga. Não abrangia nenhuma praia a mar aberto, exceto aquela junto ao rio Trapandé.	Normatizou a disposição da infraestrutura e locais de camping, clareira para acampamentos, uso de barcos a motor, corte de árvores. Permitiu a abertura de trilhas de acesso, uso de material nativo para reflorestamento de outras (exigindo reflorestamento posterior), construção de pontes rústicas, placas, construção de sanitários (condicionadas às concentrações de público). E proibiu estradas e acúmulo de lixo, mesas e uso de veículos motorizados na área de restinga.
<b>Zona de uso intensivo</b>	Instalação de meios de atendimento ao público.	Abrange áreas litorâneas tanto do lado do oceano como trechos do mar interno, como as praias de Itacuruçá, Ipanema, Laje, Sítio Grande, Sítio Santa Cruz e a Vila do Marujá.	Prevê a abertura de duas estradas. Normatiza a infraestrutura para turismo, aponta para a criação de um “tema rústico” para dirigir o plano e localização das estruturas do turismo, estradas de acesso, reaproveitamentos de caminhos já existentes, uso de geradores, construção de aterros e localização de sanitário. Exigia a proteção da vegetação em praias abertas ao público.
<b>Zona de serviço</b>	Instalações de pesquisa e administração.	Prevê a construção do Núcleo Perequê, a margem do rio Perequê,	Não seria acessível ao público.

Fonte: São Paulo, 1974.

### 3.1.4 Programa de gestão

Tendo como proposta de gestão o incremento do turismo e proteção ambiental, e considerando as potencialidades do PEIC – cenários e oportunidades para a recreação e educação – e os limites – localização e transporte que exigem em determinados locais, estrutura para a pernoite, alimentação e outras assistências –, o plano de manejo indicou os caminhos para o desenvolvimento do PEIC em duas direções, a recreação e a educação e interpretação voltada para o meio ambiente.

A proposta para desenvolver as **atividades de recreação** indicou o desenvolvimento de infraestrutura de acampamento e de acomodações para pernoite, para os turistas que estariam na Ilha por “(...) *um longo fim de semana ou férias*” (p.27, SÃO PAULO, 1974). Permitia e sugeria a construção de hotéis com restaurantes e cabanas com empregadas domésticas, variando entre os de estrutura rústica aos de maior conforto. Indicava também o uso dos recursos naturais como meios de recreação tais como a pesca, passeios a pé e piqueniques, previa a existência de quiosques de informações e a construção de um centro de visitantes para a orientação dos turistas.

Como diretriz para as **atividades de educação e interpretação sobre o meio ambiente** propunha o uso de trilhas naturais, passeios orientados, sinais interpretativos, mostruários ao lado das trilhas, programas vespertinos, excursões a barco, história viva, educação sobre o meio ambiente com o intuito de educar sobre a história natural, flora, fauna, ecologia, vida marítima, geologia e geomorfologia e influência do homem na área do PEIC.

Vemos, a partir destas considerações que o plano de manejo, atribuí ao PEIC a função de um refúgio natural para turistas dos meios urbanos. Neste sentido, reforça o que Diegues (2004) denominou de neo-mito na natureza intocada o qual expressa a ideia da natureza e riqueza ambiental separada de forma dicotômica da presença

humana. A comunidade do Marujá foi indicada como o ponto principal de chegada e centro das operações e concessões para a Ilha, onde estariam localizados os hotéis e restaurantes, armazéns e lojas de serviços essenciais e também local de serviços de guias e aluguel de equipamentos. Além disso, verificamos que o instrumento em seu diagnóstico, zoneamento e programas de gestão visava unicamente as aspirações e o benefício do Estado. Os moradores e o cotidiano deveriam adequar-se ao programa de desenvolvimento e gestão do turismo proposto.

Como os demais planos de manejo desenvolvidos na época, este privilegia uma caracterização técnica do meio ambiente e instrumentiza um manejo voltado exclusivamente para a manutenção/recuperação dos ecossistemas e da infraestrutura e pessoal necessário para a administração e serviços técnicos. Não se considerou as reais características ecológicas e socioeconômicas, tampouco forneceu orientações efetivas para a administração da área.

As atividades econômicas e sociais desenvolvidas até o momento, quando consideradas, foram proibidas. O passado dos moradores e os próprios moradores foram negligenciados, tornando-os membros de apoio do projeto de desenvolvimento criado por uma equipe tecnocrata e criando, assim, uma relação de dominação. Há também uma contradição e uma dupla forma de dominação: eles não puderam mais viver na Ilha, considerando que eles se apossaram de um patrimônio da União, mas eles deveriam apoiar o desenvolvimento de um território que já não mais lhes pertencia legalmente.

Neste contexto, as diretrizes administrativas do Parque tinham função exclusiva de prover os objetivos do manejo de forma unilateral e prover o efetivo uso público dos programas planejados. Os programas de desenvolvimento e gestão tinham três eixos de atuação: a manutenção, a proteção ambiental e a assistência aos visitantes. Porém, estas

funções não aparecia a função do resgate/manutenção/consideração da história e cotidiano social e cultural daqueles que fazem da Ilha do Cardoso o seu lar há gerações.

### **3.3 A revisão do plano de manejo**

Após mais de vinte anos da elaboração do primeiro plano manejo do PEIC e uma série de mudanças estruturais e legislativas no planejamento e na gestão ambiental, iniciou-se a revisão deste<sup>7</sup>. O Governo do Estado tornou-se responsável pelo estabelecimento e implantação das políticas de conservação das áreas remanescentes da Mata Atlântica, incluindo a implantação e administração dos espaços territoriais protegidos, através da SMA. O Instituto Florestal ficou responsável pela administração da maior parte das UCs de proteção integral, entre elas os Parques Estaduais. E, em 2007 esta responsabilidade passou ser da Fundação Florestal – FF.

Incorporando alguns elementos das críticas ao modelo vigente, as políticas de conservação ambiental avançaram sutilmente no sentido de instrumentalizar a aplicação de novos conceitos na gestão de UCs, buscando o estabelecimento de parcerias com outras instituições, governamentais ou de caráter privado, visando a sustentabilidade de cada Unidade e a tentativa de fomentar a participação dos setores envolvidos no planejamento e implementação destas.

Rodrigues (2001) aponta uma tendência mundial na implantação de estratégias voltadas para a criação e implantação de espaços de participação civil na melhoria da qualidade de vida. No contexto brasileiro de conservação das áreas protegidas, este discurso ganhou destaque com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio

---

<sup>7</sup> No contexto do Programa Estadual de Conservação da Biodiversidade (ProBio/SP), programa da Secretaria do Meio Ambiente – SMA que atuava, principalmente, na identificação de prioridades de proteção dos ecossistemas; na revisão da legislação; na relação entre as comunidades locais e “tradicionalis” e áreas protegidas; na preservação de espécies em extinção e nas diretrizes de planejamento e gestão de UCs.

Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e também na política de descentralização administrativa pregada pela constituição de 1988, assim a ampliação dos espaços de participação da sociedade civil tornou-se uma das diretrizes fundamentais em projetos de desenvolvimento sustentável e de conservação ambiental.

Estas novas diretrizes refletiram-se nas mudanças de concepção e execução dos planos de manejo das Unidades de Conservação. Estes passaram a ser coordenados pela Divisão de Reservas e Parques Estaduais do Instituto Florestal – DRPE– e do IF e, posteriormente, da FF, e a serem desenvolvidas com apoio de demais órgãos da SMA. E em algumas UCs, a sua elaboração e implantação passaram a ser abertas para a participação da prefeitura e comunidades envolvidas, assim como outras instituições governamentais ou não, como universidades, organizações internacionais, entre outros.

Esta abertura parcial visava promover o envolvimento das partes interessadas bem como integração das UCs nos processos socioeconômicos locais, buscando romper com o isolamento e compartilhamento de responsabilidades. Não podemos negligenciar que estas novas diretrizes são parte de um discurso oficial, e a sua aplicação não foi hegemônica e sua prática não está livre de conflitos.

Também não podemos esquecer, como Rodrigues (2001) pontua, que as estratégias participativas começaram a fazer parte da agenda desenvolvimentistas também por se demonstrarem mais econômicas e eficientes. A autora atribui o ‘renascimento da participação’ na década de noventa ao fracasso de modelos desenvolvimentistas prontos e executados ‘de cima para baixo’, ao barateamento de investimentos necessário para implantação e execução e pressão de parcela significativa dos profissionais envolvidos, que simpatizavam com a ideologia participativa.

Neste contexto, a revisão do plano de manejo do PEIC contou com recursos do Projeto de Preservação da Mata Atlântica – PPMA. Resultado da parceria técnica e

financeira, o PPMA foi realizado pela cooperação financeira Alemanha/Brasil, através do banco Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW e do Governo do Estado de São Paulo. Dentre seus objetivos estavam, além do desenvolvimento regional, o aprimoramento de planejamento e gestão por objetivos, estabelecidos em conjunto com as comunidades. Assim, o principal diferencial destes trabalhos desenvolvidos no âmbito do PPMA foi o financiamento internacional e a exigência da participação da comunidade durante a elaboração na tentativa de democratizar discussões e decisões e buscar apoio social, político e econômico à conservação ambiental.

Em relação à sua execução, os planos de manejo que antes eram realizados em um único momento foram desmembrados em dois. A fase 1, denominada plano de gestão ambiental, que objetivava a realização do diagnóstico e análise da UC. Nesta etapa procurava, de forma participativa (a qual discutiremos mais a diante), a identificação e hierarquização das necessidades, a definição de estratégias adequadas para a minimização de conflitos e propostas de solução. Compreendia também uma proposta de um zoneamento preliminar e de diretrizes para o gerenciamento. A fase seguinte, plano de manejo – fase 2, buscava trilhar uma programação para a superação das lacunas e necessidades diagnosticadas neste primeiro momento (o PGA).

Portanto, a revisão enquadrava-se em um contexto estadual e mundial voltado para o incremento de medidas de conservação ambiental e da inserção de técnicas participativas, que objetivavam melhorar a gestão das UCs, avaliar impactos possíveis de qualquer intervenção, utilizar a Unidade para fins educativos e ecoturismo, elaborar o zoneamento e registrar as decisões para a normatização de uso dos recursos naturais e estruturas. Tinha por características a elaboração participativa e em fases e a preocupação com aspectos mais próximos da gestão, ou seja, da administração prática.

### 3.2.1 O plano de gestão ambiental – 1998

#### 3.2.1.1 Equipe, objetivos e método

A elaboração do PGA contou com a participação de cinquenta e três pessoas, divididas entre a equipe do PEIC, a equipe de coordenação dos PGAs, a equipe técnica de apoio, o apoio administrativo, os consultores externos, a moderadora do método Ziel Orientierte Projekt Planung – ZOPP<sup>8</sup>, o parecerista técnico e o grupo executivo de coordenação do PPMA, este último subdividido em coordenação, assessoria técnica/executiva, supervisão administrativa/financeira, supervisão técnica, assessoria técnica e consultoria independente.

Com o desafio de compatibilizar a dimensão da conservação ambiental ao processo de desenvolvimento, estimular a participação dos atores sociais regionais envolvidos e garantir a viabilidade econômica da UC; o plano de gestão ambiental buscou a aplicação de uma nova proposta de elaboração destes instrumentos e de gerenciamento. Para tanto, esta nova proposta teve como base a tentativa de estreitamento de relações do PEIC com seu entorno e, principalmente, com a população tradicional, buscando a parcerias no planejamento, o esclarecimento da comunidade sobre a função de uma UC com o conseqüente apoio social e político.

O trabalho envolveu três tipos de levantamento: o diagnóstico técnico, o autodiagnóstico e o diagnóstico participativo, para atingir a estrutura final de um plano de manejo (o diagnóstico, o zoneamento e os programas de manejo e gestão).

O *diagnóstico técnico* do meio-ambiente do PEIC foi baseado em informações bibliográficas e cartográficas, complementado por interpretações de fotografias aéreas e

---

<sup>8</sup> Método alemão voltado para o planejamento de projetos orientado por objetivos, o qual discutiremos adiante.

imagens de satélites – quando necessário e disponível. Houve a categorização do meio físico e socioeconômico (também denominado antrópico).

O *autodiagnóstico institucional* buscou resgatar o histórico da unidade administrativa, a sua situação e capacidade atual. Para tanto, valeu-se de levantamentos da estrutura instalada, da reflexão participativa interna e da consulta aos antigos administradores.

O *diagnóstico participativo*, elaborado segundo o método ZOOP, foi considerado o fio condutor da elaboração do PGA, pois por meio dele estabeleceu-se a participação da comunidade. O diagnóstico participativo subdividiu-se nas reuniões de lançamento e reuniões preparatórias. Nas primeiras, foi realizada a apresentação do PPMA, do método genérico dos PGAs, apresentação da UC e programação dos trabalhos. Já nas reuniões preparatórias ocorreu a formação dos grupos de trabalho sobre as temáticas gestão, ecoturismo, educação ambiental, pesquisa, proteção e interação socioambiental, comunidades e questão fundiária. Nestes grupos de trabalhos buscou-se a identificação dos principais problemas, a discussão e escolha de representantes e atores sociais para seguir participando na elaboração do PGA.

A partir destes três diagnósticos foram elaboradas cartas sínteses, propostas de programas de manejo e proposta prévia de zoneamento.

O próximo passo foi a realização das oficinas de planejamento com o objetivo de elaborar a base para o plano de trabalho correspondente, ou seja, o plano de manejo fase 2, bem como trazer a proposta de criação de um comitê de apoio à gestão, além da discussão do zoneamento preliminar e critérios para a permanência das comunidades no interior do Parque. Estas oficinas contaram com a participação não só dos representantes escolhidos na etapa anterior, mas também de técnicos da SMA e Instituto Brasileiro de Turismólogos – Ibt.

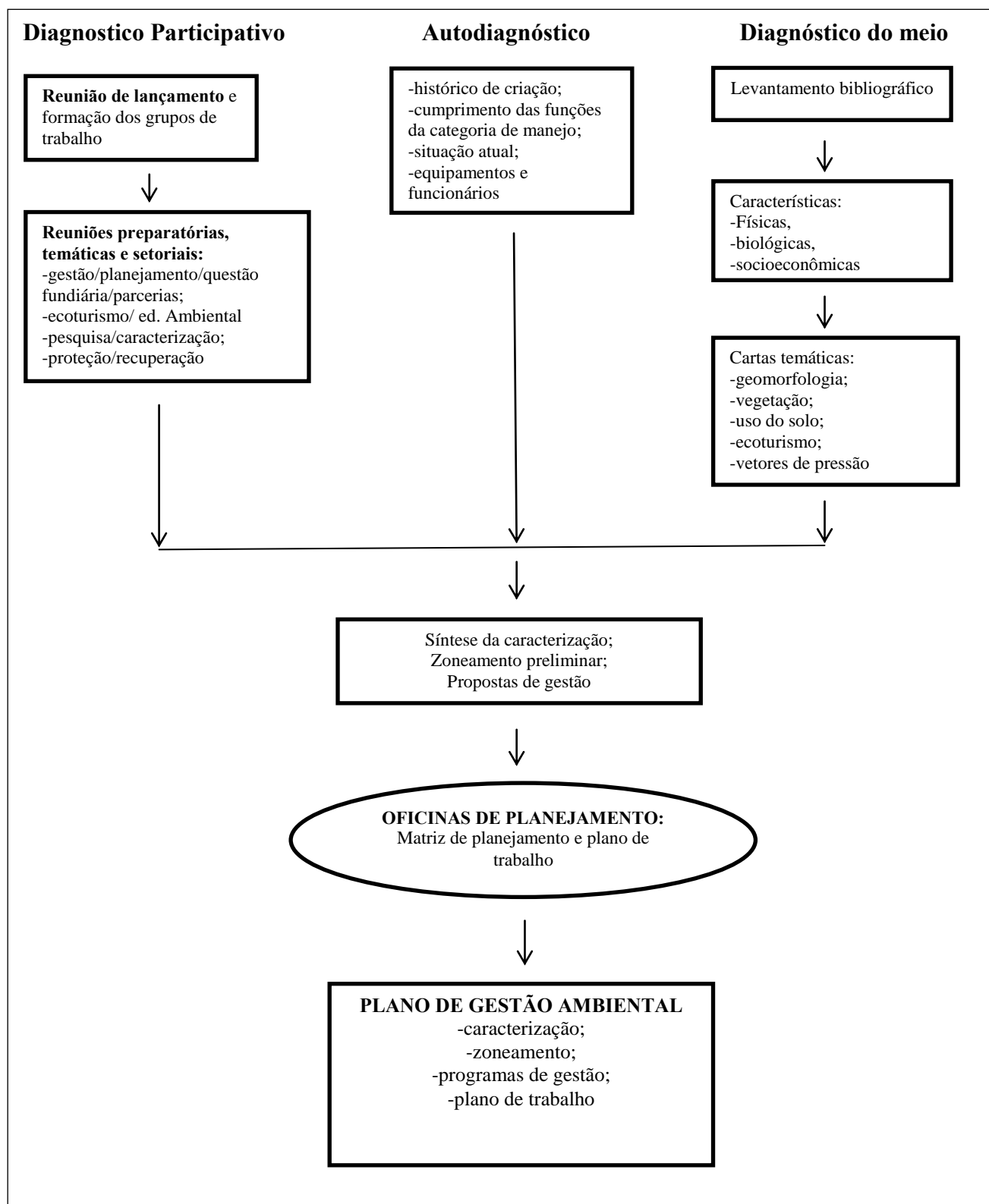


O método participativo utilizado foi o ZOPP que busca consensuar um agrupamento de ideias e opiniões divergentes. Parte do princípio que o consenso é obtido pela objetivação, ou seja, de uma visão racionalista do que se espera dos participantes. Neste método, elaboram-se tarjetas com opiniões/ideias e o mediador organiza estas em uma matriz de planejamento, esta matriz é dividida em diversos painéis, segundo as etapas do planejamento. Rodrigues (2001) notou que a maioria dos participantes teve dificuldades em entender a matriz de planejamento (independente do nível de escolaridade, profissão ou identidade sociocultural) pois, além de uma alta atenção por um longo período de tempo, exigiu-se uma alta abstração intelectual dos participantes durante todo o processo de planejamento. Podemos inferir que essa dificuldade ocorreu pois tratava-se de dois mundos simbólicos divergentes, o que elaborou o método alemão e os que estavam na oficina (moradores tradicionais, funcionários da administração do Parque, pesquisadores, entre outros); esse conflito e adequação entre mundos simbólicos distintos pôde corroborar a relação de dominação que estava perpetuava-se no PEIC.

Por fim, através destes levantamentos documentais e *in loco* foram identificados e selecionados parâmetros que serviram para avaliar as pressões exercidas pela presença humana e que serviram com o subsídio para a elaboração do zoneamento. São eles: a agricultura de subsistência, a aldeia indígena, as principais atividades econômicas como a pesca, o extrativismo aquático desenvolvido tanto no canal e como em mar aberto, extrativismo terrestre (caça, palmito, bromélia, orquídea, cipó, entre outros), serviços gerais, atividades econômicas de igual participação, funcionários públicos do PEIC, uso esporádico da caça, pesca e turismo, trilhas, loteamentos imobiliários, turismo e extrativismo animal e vegetal ilegal.

Para a elaboração do zoneamento considerou-se também o cruzamento de sete cartas (croquis temáticos): geomorfológica, de vegetação; distribuição e espécies da fauna com relevante interesse para a conservação, uso e pressões antrópicas, recursos pesqueiros, atividades turísticas e educação ambiental. Ressalta-se que o PGA através de seu método participativo objetivava não só o zoneamento, mas também a caracterização do PEIC e seu entorno, programas de gestão e plano de trabalho. E apesar das críticas sobre a participação ser motivada mais por um cenário político maior à organização da comunidade e do método participativo empregado, o PGA traz avanços significativos na integração dos anseios da comunidade na sua elaboração.

As etapas detalhadas acima podem ser sintetizadas na figura 2:



**Figura 2: Etapas de elaboração do plano de gestão ambiental**

Fonte: SÃO PAULO, 1998

### 3.2.2.2 Os moradores

Os técnicos responsáveis pela elaboração do documento levantaram informações sobre o tipo de ocupação do território, as formas de apropriação do espaço e dos recursos naturais, e algumas características sobre as atividades de subsistência tais como pesca, extrativismo e agricultura. Buscou-se também informações a respeito da situação fundiária, pedidos de loteamento, desmatamento, manejo florestal entre outros. Somado a isto, investigou-se sobre o desenvolvimento de atividades diretamente relacionadas com o PEIC como o ecoturismo e a educação ambiental. Na correlação destes aspectos inferiu-se sobre a tendência dos usos humanos conflitantes com a conservação.

O PGA reconheceu de forma parcial a riqueza da cultura caiçara, atentando-se a aspectos históricos, demográficos e aos conflitos resultantes da criação do PEIC. Muito embora estas considerações sejam um enorme avanço ao Plano anterior e necessárias para a evolução da consideração da cultura local, elas ainda consideram a cultura como práticas estáticas e quantitativas. E esta consideração tem impacto para os moradores, pois considera-se a materialidade da cultura, mas não as práticas, costumes e valores; esvaziando de significado estes lugares e os preenchendo com outro significado distinto.

O diagnóstico participativo trouxe para o PGA discussões sobre o uso e ocupação do solo pelas comunidades, critérios de definição dos moradores tradicionais, a busca por alternativas de renda fincada nos atributos ambientais e sociais da região, seja no ecoturismo ou em outras técnicas de manejar os recursos naturais da região. E, mais importante, buscou construir critérios de defesa da permanência dos moradores tradicionais legitimado pelo poder público e pela sociedade civil organizada.

Foi realizado um levantamento sobre o número de famílias, localização das edificações domiciliares e principais fontes de renda e uso dos recursos naturais. Constatou-se que as moradias distribuíam-se de maneira irregular, sendo as planícies as

áreas mais densamente povoadas e a comunidade de Marujá, na época da elaboração do documento, a mais expressiva demograficamente tanto no número de moradores tradicionais quanto veranistas. Esta comunidade era formada por 120 famílias distribuídas em 66 edificações sendo que 40% das construções pertenciam à turistas que adquiriram os lotes antes da criação do Parque ou ainda compraram – ilegalmente – as casas de moradores locais depois da criação deste.

Em relação às práticas produtivas, além da mudança da atividade agrícola para a pesca artesanal ou embarcada e atividades ligadas ao turismo, ressaltou-se a venda de edificações para turistas e permanência no local como prestadores de serviço. Desta forma os moradores foram englobados nas seguintes categorias de serviço: comerciante, funcionário do comércio, funcionário público, barqueiro, serviço de carroto, operário de obras, pescador, aposentado, do lar e pensionista, sendo que houve atividades concomitantes. E as principais atividades econômicas compiladas foram a pesca na região estuarina, pesca em mar aberto, venda ilegal de taquara e palmito, lavoura de subsistência, turismo e serviços gerais. E constatou-se, especificamente em Marujá, que havia o acúmulo de capital durante as férias e feriados prolongados, ou seja, durante este período havia o incremento do orçamento local que compensava os períodos de baixa temporada, durante os quais não havia circulação de capital alavancada pelo turismo.

O PGA pontuou o uso dos recursos naturais para o uso doméstico e confecção de mourões e cercas. Alertou para a existência da caça ilegal seja para consumo, seja para “encomenda” de amigos e turistas, ou ainda para uso medicinal (banha de lagarto para picada de cobra e banha e sangue de capivara para a cura de bronquite), como animais de estimação ou venda para tráfico ilegal de animais silvestres.

Em relação à tradicionalidade, o plano dividiu a presença humana em: moradores tradicionais residentes, moradores tradicionais não-residentes, moradores adventícios antigos, caseiros e turistas. Ampliando a proposta inicial da criação do Parque, delimitaram-se critérios para a classificação da população em moradores tradicionais e ocupantes: os primeiros deveriam ter o chefe da família residente na Ilha a, pelo menos, três gerações; ser definido por autoidentificação ou pela comunidade; desenvolver atividades de baixa interferência no meio ambiente (pequena escala e baseada no uso de recursos renováveis) e conhecer e dominar técnicas de produção tradicionais (pesca, agricultura ou construção). Para consulta a tabela elaborada na oficina de planejamento relativa aos direitos da população local, vide anexo 01.

O plano também listou outras categorias simbólicas importantes da cultura da região como a religião católica, frequência de casamentos entre familiares, incorporação de utensílios indígenas na cultura caiçara local, forte influência da lua, principalmente no extrativismo vegetal, e a importância das músicas e festas que também guardavam muitos elementos da cultura caiçara e quase sempre possuíam cunho religioso.

A caracterização da presença humana não se restringiu a estes aspectos classificatórios, houve o empenho dos técnicos responsáveis na caracterização dos conflitos sociais do PEIC. Podemos elencar: caça predatória associada à baixa vigilância; pesca predatória; extrativismo marinho ilegal; extração vegetal ilegal; caça de pássaros para comércio ilegal; turismo desordenado; falta de regularização fundiária; falta de infraestrutura para turismo; desconhecimento, por parte da população residente no Parque e do seu entorno, da importância da criação da UC; despreparo de educadores da rede oficial para desenvolverem na Ilha trabalhos de educação ambiental; falta de verba para desenvolvimento de projetos de extensão rural e pesqueira e grande

burocracia. Foi associado ao fato dos moradores desconhecerem os problemas advindos da degradação de demais áreas do Estado, devido ao seu modo de vida praticamente insularizado em seu espaço, a adesão a interesses escusos de grupos externos que exploram predatoriamente a região.

O PGA, como na primeira versão do plano de manejo, destacou a importância do turismo, que se mostrava como uma alternativa de renda e de divulgação do PEIC. Porém, apontou aspectos importantes sobre as consequências ambientais do fluxo da visitação pública. Destacou que pelo fato de Marujá estar assentada sobre uma restinga, o lençol freático é raso o que aumenta a possibilidade de contaminação na alta temporada, com o aumento da população. Somado a isto, frisou que a população volante aumentava a produção de lixo. Destacou-se também que, na época, não existia nenhuma atividade voltada propriamente para o ecoturismo, com pouca ou nenhuma atividade educacional ou conservacionista.

Assim, constatou-se que o turismo ocorria de forma desordenada e que, neste contexto, cada vez mais a conservação da Ilha incorporava caráter de sobrevivência para estes moradores pois além de lhe prover recursos naturais para a sobrevivência, atraía turistas fato que se constituía em uma alternativa de renda. Entretanto era máster a necessidade de disciplinamento do turismo.

### **3.2.1.3 Zoneamento**

Conforme foi dito, o PGA forneceu uma proposta de zoneamento para ser efetivada através do Plano de manejo – fase 2. Desta forma o que antes era dividido em quatro zonas de manejo (zona primitiva, zona de uso extensivo, zona de uso intensivo e zona de serviço) foi ampliado e reelaborado para zona de preservação, zona de uso extensivo, zona de uso intensivo, zona tampão e zona de recuperação.

Rodrigues (2001) alerta que estas cartas de zoneamento foram feitas por especialistas, ou seja, elas são uma instrumentalização ideológica de um grupo específico que contém ideais de uso e preservação que dificilmente coincidem com os ideais dos moradores. E no caso do PEIC, nas reuniões e oficinas participativas, houve a convalidação deste zoneamento preliminar, pois as cartas não foram questionadas mas sim tomadas como medidas necessárias para conservação. O território proposto pelo Estado foi legitimado, entretanto podemos perceber que além das características geo-ambientais, as atividades antrópicas foram consideradas neste zoneamento preliminar.

A carta de zoneamento e os objetivos, características e normatizações podem ser consultados, respectivamente, na figura 3 e no quadro 2:



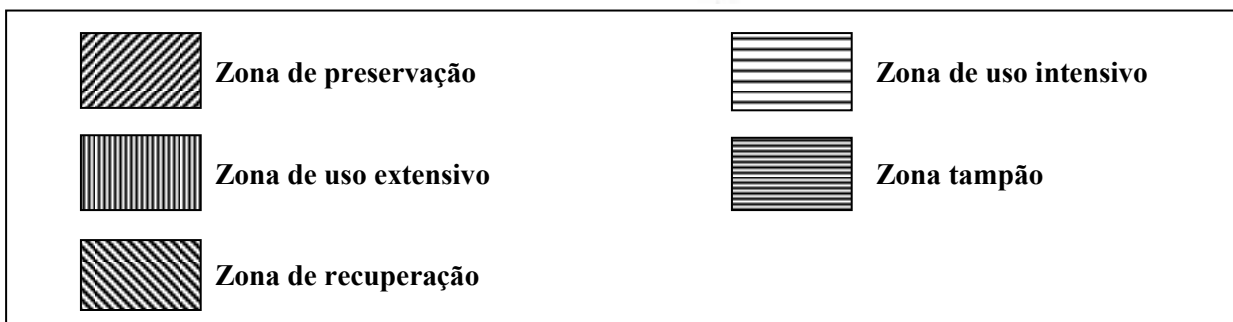
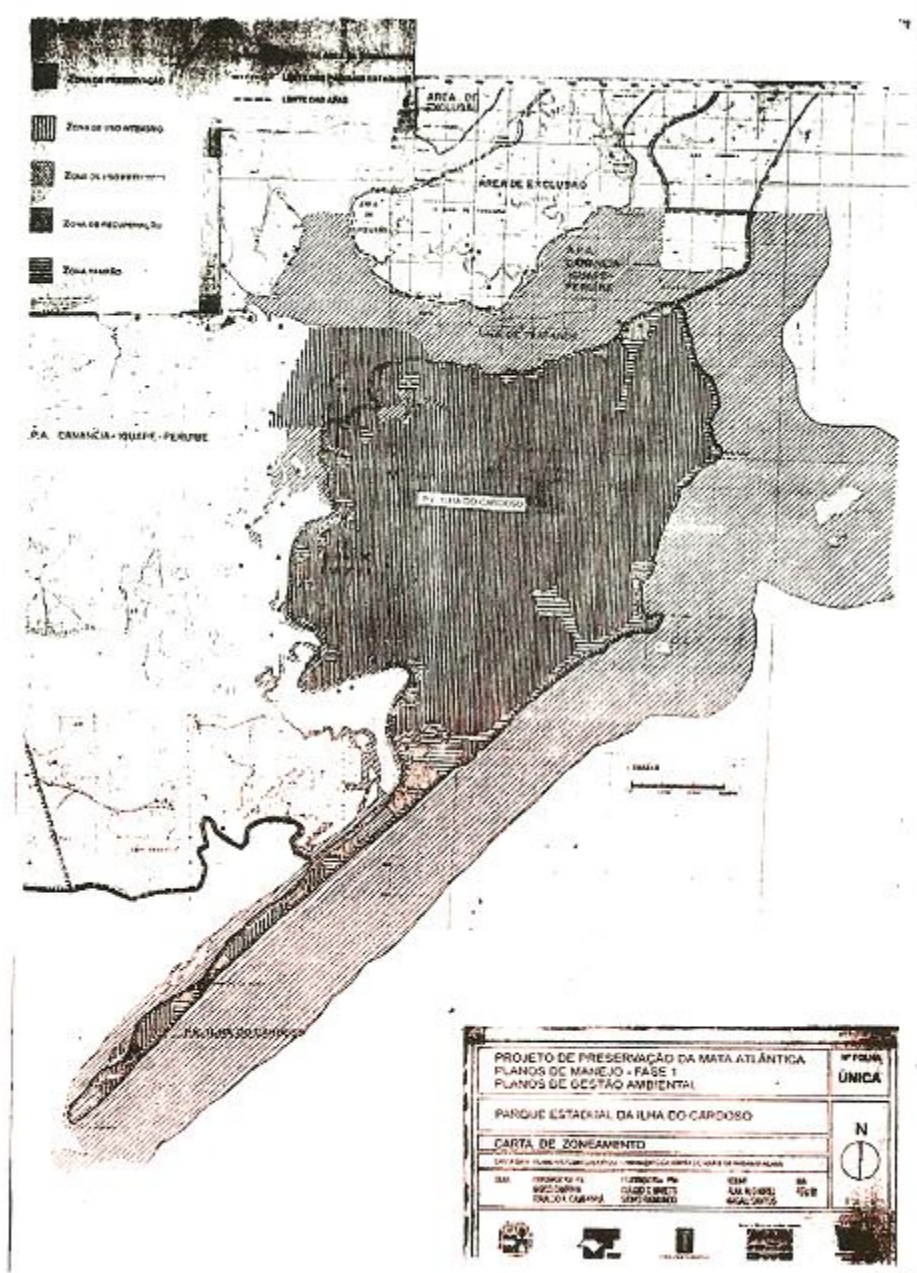


Figura 3: Carta de zoneamento, Plano de Gestão Ambiental, 1998

Fonte: SÃO PAULO (1998).

**Quadro 2: Zoneamento do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, segundo o plano de gestão ambiental de 1998**

	<b>Objetivo</b>	<b>Principais pontos</b>	<b>Características</b>	<b>Normatizações</b>
<b>Zona de preservação</b>	Manutenção dos ambientes costeiros insulares em seu estado natural.	Morro ao norte de Marujá, e trechos aquáticos.	Mínima interferência no ambiente, pela população local e visitantes. Extensas áreas de interferência antrópica aparente.	Restrição das atividades antrópicas somente a pesquisa.
<b>Zona de uso intensivo</b>	Incentivar o uso público da área, de forma a contribuir para a autosustentação financeira do Parque.	Núcleo Perequê, extremo norte da Ilha, núcleo Pereirinha e núcleo Marujá.	Agrupar as várias formas de uso e ocupação da Ilha, incorporando os ambientes historicamente ocupados. Diferentes graus de intervenção antrópica.	Permite-se construção e equipamentos destinados à visitação e recreação e as necessidades dos moradores locais. As construções devem ser autorizadas pela administração do Parque, porém estes critérios serão discutidos na fase 2. Permite-se visitação autoguiada.
<b>Zona de uso extensivo</b>	Manutenção do ambiente natural com o mínimo de impacto humano.	Faixa de 1,5 milhas náuticas a partir da linha da costa. Área ao sul do Marujá, que apresenta marcas de antigas roças.	Apresenta formas de uso distintas, mas as atividades são mais brandas no que as desenvolvidas na zona intensiva.	Discussão de que tipo de pesca poderá ser desenvolvida. Sugere a expansão do bairro para filhos dos moradores. Critérios de uso do espaço, tipos de construções e formas de uso e ocupação definidas por pesquisas posteriores.
<b>Zona tampão</b>	Amortização dos impactos advindos das atividades humanas no entorno e interior do Parque	Contempla áreas já alteradas ou em bom estado de conservação	Considera que a utilização por visitantes pode contribuir para o declínio das atividades ilegais extrativistas.	Parceria com os moradores tradicionais para introduzir técnicas condizentes com a conservação ambiental. Incentivo a visitação monitorada através de atividades de educação ambiental.
<b>Zona de recuperação</b>	Reconstituição de ambientes alterados pela ação humana.	Diversos locais.	Zona temporária e quando recuperada deve agrupar-se nas outras zonas.	

Fonte: SÃO PAULO (1998).

### **3.2.1.4 Programas de manejo**

A partir do zoneamento, do levantamento das necessidades e de diretrizes para a execução realizadas nas oficinas participativas, além da adequação à estrutura operacional, foram sugeridos cinco programas de gestão. Estes buscaram agrupar os temas diagnosticados e atividades que facilitaríamos a execução e planejamento da gestão. Observamos que os programas, apesar de demonstrar grandes avanços em relação ao primeiro plano ao considerar aspectos culturais e sociais, ainda demonstram uma adaptação unilateral dos moradores ao Parque no que diz respeito aos programas de manejo.

#### **1. Programa de administração**

Buscava o planejamento e gerenciamento da unidade através de atividades de ordem administrativa, técnica e de política interna. Teve como ramificação o subprograma de apoio à regularização fundiária que objetivou a fiscalização e paralização de construções irregulares, bem como embargo das já construídas.

#### **2. Programa de proteção e fiscalização**

Teve a função de guarda do patrimônio natural e estrutural do Parque, desenvolvido em conjunto com a polícia ambiental. Objetivou também a vigilância, a educação sobre e aplicação da legislação ambiental. Propoz uma série de medidas de fiscalização da exploração desordenada dos recursos naturais para conter o desenvolvimento desordenado. Ressaltando-se a importância da parceria com as comunidades tradicionais nesta fiscalização.

#### **3. Programa de interação socioeconômica**

Buscava normatizar e integrar a presença humana com o PEIC em vistas o desenvolvimento sustentável. Para tanto, voltava-se para o equacionamento de conflitos existentes entre a população local e o Parque decorrentes da heterogeneidade das formas

de moradia e ocupação, formas de exploração dos recursos naturais, quadro fundiário, entre outros.

Os principais conflitos a serem equacionados não diziam respeito somente à gestão do PEIC, mas também à outros órgãos públicos como questões relativas ao saneamento, ao transporte, à rede de comunicação, à saúde e à educação. Foi registrada a indicação para desenvolver na fase 2 estudos sobre autorização para reformas e construções, limpeza de áreas para práticas agrícolas e cumprimento da legislação pesqueira.

#### **4. Programa de educação ambiental**

A serem executados por profissionais qualificados do PEIC, da SMA ou outros órgãos governamentais ou não.

#### **5. Programa de pesquisa**

Destacou-se a importância destes serem realizados no PEIC como um todo e não só na parte norte da Ilha, no Núcleo de Pesquisas Perequê. Também há o apontamento para linhas de pesquisa sobre o mapeamento de áreas críticas para a conservação da biodiversidade e manejo de ambientes.

#### **3.2.1.4 A criação e funcionamento do comitê de apoio à gestão**

A partir das reuniões e oficinas participativas houve a proposta de criação do comitê de apoio à gestão do PEIC. O objetivo central da criação deste Comitê era democratizar a administração do PEIC, ou seja, além de inserir de fato a população nos programas de manejo e gestão, trazer as demandas da comunidade para a discussão com a gestão administrativa do PEIC.

O início de suas atividades datam de 25/03/1998 e durante a vigência do presente instrumento totalizaram 34 reuniões. As reuniões ordinárias eram mensais e, durante o período, ocorreram reuniões três extraordinárias para se discutir,

principalmente, requerimentos dos moradores, ou seja, obras, reformas, construções para os moradores e embargos para os ocupantes da Ilha, houve também duas reuniões sem *quórum*, conforme pode ser consultado na tabela 1.

**Tabela 1: Reuniões do comitê de apoio à gestão durante a vigência do PGA do PEIC no período de 03/1998 a 07/2000**

	Ano			Total PGA
	1998	1999	2000	
<b>Reuniões ordinárias</b>	9	13	7	29
<b>Reuniões extraordinárias</b>	1	2	0	3
<b>Reuniões sem quórum</b>	1	1	0	2
<b>Total</b>	11	16	7	34

Fonte: Atas do comitê de apoio à gestão

Esta instância gestora consultiva era composta, na época, por quinze conselheiros, sendo um representante do PEIC, dois de organização governamental, um de organização de caráter religioso, cinco de organizações da sociedade civil e sete representantes das comunidades tradicionais. A sistematização dos conselheiros e da frequência às reuniões pode ser consultada na tabela 2, na página seguinte.

Vemos que a participação dos conselheiros é dinâmica, o que resulta em uma frequência desigual, tanto entre as categorias de conselheiros quanto dentro destas e destaca-se a assiduidade do diretor do PEIC, da ONG GAIA ambiental e das comunidades Itacuruçá, Marujá e Enseada da Baleia. Destacamos também que o Comitê decidiu que as comunidades tradicionais sempre teriam suas vagas asseguradas na formação deste órgão independentemente de sua assiduidade nas reuniões.

As reuniões eram abertas ao público e delas participaram membros de órgãos públicos, assessores técnicos e científicos, bem como demais moradores tradicionais. A participação dos moradores da Ilha do Cardoso foi incentivada pela realização das

reuniões nas comunidades, o que além de aumentar a participação, visou divulgação dos objetivos, ações e limitações do Comitê e maior interação com as demandas comunitárias.

**Tabela 2: Conselheiros e participantes das reuniões do PGA do PEIC no período de 03/1998 a 07/2000**

		Frequentadores/ Período	Ano			Total PGA 34
			1998 11 reuniões	1999 16 reuniões	2000 7 reuniões	
<b>Conselheiros</b>	PEIC	Diretor PEIC	11	16	7	34
	Org. governamental	Prefeitura	8	11	3	22
		Câmara de vereadores	0	1	5	6
		Instituto de pesca	11	10	3	24
	Org. Sociedade civil	Colônia de pescadores de Cananéia	8	8	8	24
		IBAMA/APA	3	13	5	21
		ONG GAIA ambiental	10	16	4	30
		ONG SOS Mata Atlântica	6	8	2	16
	Org. religiosa	Pastoral de Pescadores de Cananéia	7	3	4	14
	Comunidades tradicionais	Foles	5	4	0	9
		Cambriú	6	7	2	15
		Itacuruçá	11	16	7	34
		Marujá	11	16	7	34
		Vila rápida	0	5	1	6
		Enseada da baleia	13	11	5	29
		Pontal do leste	2	5	2	9
	<b>Participantes</b>	Órgãos públicos	PEIC (funcionários e estagiários)	13	23	13
SMA e órgãos vinculados			8	3	3	14
FUNAI			7	2		9
Assistência técnica			6	9	1	16
		Pesquisadores	0	1	0	1
		Consultoria de ecoturismo	1	3	0	4
Comunidades tradicionais		AMOMAR	0	4	3	7
		ADEIC	5	94	31	130

Fonte: Atas do comitê de apoio à gestão

A análise das atas do Comitê nos indicou que as reuniões aprofundaram-se e/ou foram além dos programas de manejo e gestão propostos, e abordaram e discutiram temas presentes no cotidiano da Ilha dentre as quais, destacaram-se a infraestrutura básica, a economia, a questão fundiária não só em relação aos embargos mas também a legalização da posse dos moradores tradicionais e os requerimentos para reformas e construções. Nestas discussões, além de ser um momento no qual eram ouvidas e encaminhadas as reivindicações e requerimentos comunitários, concretizavam-se parcerias tanto com demais órgãos federais, estaduais e municipais quanto com outros setores da comunidade civil organizada.

As atas mostraram o empenho do Comitê pela manutenção de práticas tradicionais buscando conciliar estas com os interesses de conservação e a legislação ambiental. Neste sentido, observamos a expressividade de discussões tanto sobre a questão fundiária/requerimentos quanto sobre aspectos da economia. Assim, buscou-se instrumentizar os critérios de tradicionalidade, o direito de permanência dos moradores tradicionais, delimitando-se critérios e normas para a permanência, bem como critérios para autorizações para reformas, construções e realocações, embargos e demolições de edificações de moradores não tradicionais. Buscou-se também a normatização de práticas ligadas à atividade pesqueira, ao turismo e ao uso dos recursos naturais.

Além disso, o Comitê mostrou-se um espaço para a reivindicação de melhores condições de vida, marcadas pela demanda de infraestrutura básica como energia elétrica, abastecimento de água, sistema de esgoto, retirada de lixo, telefone, píer. Somado a isso, o Comitê foi um espaço de divulgação das pesquisas técnicas realizadas sobre o território do PEIC e tentativas de conciliar estas com o modo de vida local, por exemplo, em projetos e pesquisas sobre práticas pesqueiras e de atividades de turismo e



educação ambiental. A variedade de temas abordados nestas reuniões pode ser consultado na tabela 3 a seguir:

**Tabela 3: Temas discutidos nas reuniões do comitê de apoio à gestão durante a vigência do PGA do PEIC no período de 03/1998 a 07/2000**

Temas discutidos	Ano/Frequência dos temas			Total	
	1998	1999	2000		
	11 reuniões	16 reuniões	7 reuniões	34	
Funcionamento do conselho	Importância da participação das comunidades na gestão	3	1	0	4
	Função e atuação do CG	5	1	0	6
	Composição do CG	3	2	2	7
	Plano de manejo	0	2	2	4
Infraestrutura básica	Projetos energia elétrica	11	7	3	21
	Água/esgoto/saneamento básico/lixo	14	21	9	44
	Telefone	3	2	2	7
	Pier	0	1	1	2
Direitos sociais	Educação	0	2	0	2
	Saúde	0	1	2	3
	Policiamento	0	1	1	2
Economia	Atividades Pesqueiras	6	1	3	10
	Uso recursos naturais	4	7	2	13
	Turismo	5	8	5	18
	Monitores ambientais	3	0	0	3
	Educação ambiental	0	1	3	4
Questão fundiária	Casas de veraneio/ Embargos/demolições	6	3	1	10
	Requerimentos	24	127	57	208
	Cadastramento de moradores tradicionais	3	0	0	3
Impactos da criação do PEIC	Fiscalização ambiental	2	2	2	6
	Legislação ambiental	0	2	6	8
Intercâmbio de informações	Publicidade sobre o PEIC	1	1	0	2
	Troca de experiências com outras UCs	1	2	1	4
Outros	Questão indígena	7	4	1	12
	Organização comunitária	3	1	0	4
	Gestão	0	2	1	3
	Outros	0	0	1	1

Fonte: Atas do comitê de apoio à gestão

Assim, neste primeiro momento, houve envolvimento e divulgação da importância da Unidade de Conservação frente à sociedade em geral e, principalmente, envolvimento e parceria (não livre de conflitos) entre os moradores tradicionais e a gestão do PEIC. Portanto, a partir desta análise surgem indícios que a participação popular não buscava uma volta ao passado, mas sim o sentimento de pertencimento. Este é fortalecido através de tentativas de resolução de conflitos e reconciliação de interesses.

O PGA trouxe significativos ganhos para as comunidades tradicionais que além de terem um espaço para sua luta pela permanência assegurado no PEIC, tiveram o uso dos recursos naturais regulamentados por meio de reivindicações ao comitê de apoio à gestão e posterior regulamentação pela promotoria pública do Vale do Ribeira. A identidade caiçara começou a ser recriada e rearticulada pois, além dos critérios definidos, a legitimação da categoria “morador tradicional” passou a ser instrumentalizada pela renovação de questões ligadas ao direito à permanência e ao uso dos recursos naturais.

### **3.2.2 O plano de manejo fase 2**

Em 2000, ocorreu um importante marco na legislação brasileira no que tange à conservação ambiental através da aprovação da lei 9.985/00 – que estabeleceu o SNUC – que dá amparo legal, dentre outros assuntos, para que, até que as famílias sejam reassentadas, ocorra o estabelecimento de normas para a compatibilização da conservação ambiental e manutenção dos modos de vida locais. Esta lei também garante a participação das comunidades na gestão da UC e reelaboração e reorganização e políticas e prioridades no interior destas. Porém, Silva e Ferreira (2011) pontuam que, mesmo com este avanço nas questões burocráticas e econômicas, os conflitos nas UCs

não são facilmente sanados pois ainda não se considera a questão da identidade dos moradores, a qual é de extrema importância.

Neste cenário, ocorreu a elaboração da fase 2 do plano de manejo com a aprovação pelo CONSEMA, em 2001. Esta fase apresentou um maior detalhamento e aprofundamento do que a anterior, privilegiando a continuidade do planejamento e gestão participativa, através do comitê de apoio à gestão.

### **3.2.2.1 Equipe, objetivos e método**

Mantendo a premissa participativa e de proximidade entre equipe de planejamento e execução do instrumento, a equipe de execução foi formada por: equipe de coordenação e organização (três membros); equipe de elaboração (23 membros, entre eles técnicos e pesquisadores do IF, Instituto Geológico, Instituto de Botânica, Universidade Estadual Paulista – UNESP – Rio Claro e equipe técnica do PEIC); colaboração (11 membros); e apoio administrativo (três membros). Houve também a participação dos membros do comitê de apoio à gestão, sendo eles sete membros das comunidades tradicionais, dois da prefeitura, um da pastoral de pescadores, cinco de ONG e um do PEIC. Totalizando 67 participantes.

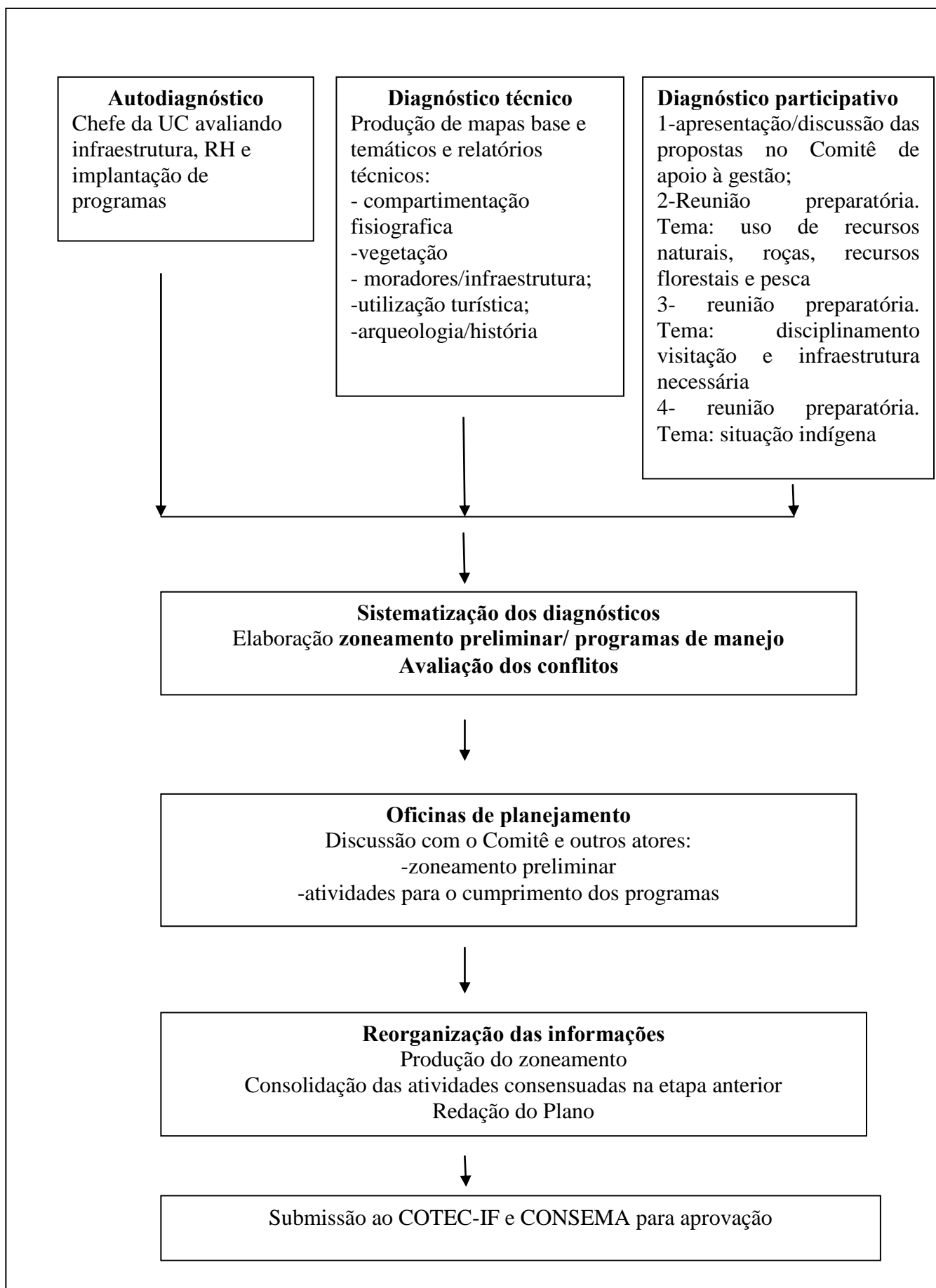
O método utilizado para a elaboração do documento final foi análogo ao da fase anterior, ou seja, diagnóstico técnico, autodiagnóstico e diagnóstico participativo, porém de modo aprofundado e atualizado.

O diagnóstico participativo procurou construir diretrizes de normatização do PEIC e alternativas de resolução de conflitos. Como na fase anterior, ocorreu em duas etapas: reuniões de divulgação e reuniões preparatórias, durante as quais foram elaboradas questões sobre três temáticas principais: uso de recursos naturais (material florestal, pesca e abertura para roças); disciplinamento da visitação (bares, pousadas, campings, monitores ambientais) e presença indígena no parque.

Os diagnósticos foram sistematizados e formulou-se o zoneamento preliminar e realizadas propostas de programas de manejo, divididos em administração, visitação pública/educação ambiental, proteção, pesquisa, apoio à regularização fundiária e fronteiras, bem como a ratificação de diretrizes e normas referentes à presença das comunidades tradicionais no interior do PEIC.

Em seguida ocorreram as oficinas de planejamento, momento em que se reavaliou o zoneamento, consolidou os programas de manejo, discutiu e estabeleceu indicadores, parceiros potenciais e cronograma para implantação das atividades propostas. A última etapa foi a da reorganização das informações e elaboração do instrumento em si. Então, o instrumento foi encaminhado ao Comitê Técnico Científico – COTEC e CONSEMA para aprovação.

Estas etapas estão sintetizadas na figura abaixo:



**Figura 4: Etapas de elaboração do plano de manejo – fase 2**  
Fonte: SÃO PAULO (2001)

### 3.3.2.2 Os moradores

O presente Plano buscou o conhecimento sobre passado e tradição dos moradores da Ilha do Cardoso, levantando a relação de bens e patrimônios culturais sob o ponto de vista histórico, estético, etnológico e antropológico. Porém, podemos observar que estes restringiram-se aos bens da cultura material. Foram registrados 26 bens culturais, sendo 11 sítios arqueológico pré-históricos, 10 sítios arqueológicos históricos, um monumento histórico, um caminho histórico e 18 equipamentos tradicionais sendo 15 cercos fixos para a captura de peixes e três casas de farinha. Para esta classificação, foi considerado que o trabalho do homem ou a interação do trabalho do homem com a natureza e a manifestação de suas tradições são bens culturais da Ilha e merecem ser inscritos na lista de propriedades culturais. Assim, além dos bens de aparência monumental e sítios arqueológicos consideram-se aqueles que têm reconhecimento e significação no cotidiano dos moradores tradicionais.

Os sítios arqueológicos compreendem ferragens e maquinarias, ruínas de uma antiga olaria e casas centenárias. Já os equipamentos tradicionais classificaram àqueles singulares, fabricados com técnica e mão-de-obra local, utilizados nas atividades de caráter artesanal e doméstico provenientes da agricultura e natureza, bem como a pesca. Consideram-se nesta categoria o conjunto de casas de farinha, sempre no entorno das residências, com a ressalva que estas encontravam-se em extinção devido à mudança de hábitos dos proprietários. Também foi considerada a pesca de cerco que se adapta a sazonalidade das espécies, por exemplo, robalo no verão e tainha no inverno.

Desta forma, o plano de manejo fase 2 forneceu respaldo para a manutenção da integridade da paisagem, buscando de forma embrionária a ressignificação do estilo de vida e da atividades econômicas das comunidades que vivem no Parque. Mesmo

considerando mais o patrimônio histórico que os próprios moradores, este avanço foi significativo. Para o Plano, estes estilos de vida tornam-se

(...) exemplos que testemunham o equilíbrio entre natureza e os homens, através de um longo período de tempo. Apesar de ser valorizados do ponto vista histórico, estético, etnológico ou antropológico são raros, vulneráveis e suscetíveis as mudanças irreversíveis. (SÃO PAULO, 2001, p.72).

Ressaltamos que mais que o respeito e direito dos moradores, estas considerações sobre a presença humana visavam também a pesquisa e educação ambiental; e que isso é coerente com os objetivos da categoria de Parque Estadual e suas restrições sobre a presença humana dos moradores tradicionais. O passado e a presença humana são considerados na medida em que forneçam a manutenção de exemplos representativos do uso dos recursos naturais e modelos de estilos de vida tradicional com qualidade confiável de fontes bibliográficas e informações cartográficas para o desenvolvimento de projetos educacionais que divulguem conhecimentos, implantação de laboratório para pesquisas arqueológicas terrestres e aquáticas e musealização dos sítios arqueológicos, bem como o resgate da cultura material e imaterial destas comunidades, como lendas, festas tradicionais, culinária, músicas típicas, entre outros.

Vemos que importantes avanços foram realizados. Porém estes se voltaram para a conservação um passado distante e estático e sem a presença/intervenção humana. E, principalmente, esta iniciativa aparentemente fundou-se mais no caráter educativo de

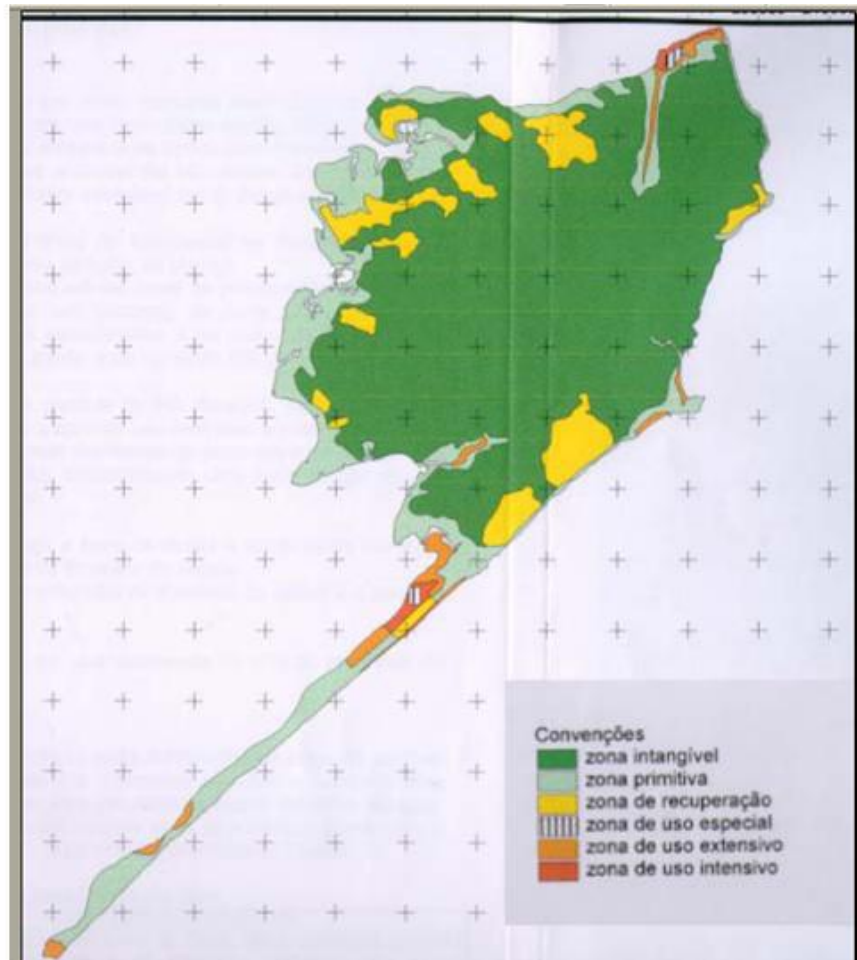


grupos de visitação pública ao real interesse da população. Isso é coerente com a categoria de Parque Estadual, mas resta a indagação a categoria Parque Estadual é coerente com a realidade do PEIC?

### **3.3.2.3 Zoneamento**

O zoneamento do plano de manejo fase 2 valeu-se das zonas de manejo definidas pelo artigo 7 do Decreto Estadual no. 25.341/86 que regulamenta os Parques Estaduais paulistas, dividindo seu território em sete zonas distintas: zona intangível, zona primitiva, zona de uso extensivo, zona de uso intensivo, zona histórico-cultural, zona de recuperação e zona de uso especial. Considerou e correlacionou cartas temáticas sobre geologia; geomorfologia; pedologia; fitofisionomia; ocupações humanas; atributos culturais, históricos e arqueológicos; e mapeamentos das trilhas utilizadas para visitação pública, acesso de moradores e fiscalização. Este zoneamento retificou e aprimorou aquele realizado no PGA.

A carta de zoneamento pode ser consultada na figura 5, a seguir:



**Figura 5: Carta de Zoneamento, Plano de Manejo - fase 2, 2001**  
**Fonte: SÃO PAULO (2001)**

Os objetivos, localização e síntese das normas de cada zona pode ser consultado no quadro 3:

**Quadro 3: Zoneamento do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, segundo o plano de manejo 2001**

	<b>Objetivo</b>	<b>Localização</b>	<b>Normas</b>
<b>Zona intangível</b>	Proteção de ecossistemas, recursos genéticos e monitoramento ambiental garantindo a evolução natural.	Área total de 68,5% do território do PEIC. Compreende porções territoriais com fragilidade do terreno, formações vegetais em de regeneração e habitat de fauna residente ou migratória.	Representa o mais alto grau de preservação da Unidade, não se tolera alterações humanas e a natureza deve permanecer intacta.
<b>Zona primitiva</b>	Preservação do ambiente natural, facilitando atividades de pesquisa, educação ambiental e recreação.	Área total de 19,10% do território do PEIC. Manguezais, calhas dos cursos de água, parte norte da planície do rio Perequê, planícies de Itacuruçá e praias do Itacuruçá e Ipanema, planície de Cambriú e Foles, praia da Laje e Morro da Tapera, porção centro sul da restinga do Marujá, praia e dunas, restinga e praia entre Enseada da Baleia e Pontal.	Pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies de flora e fauna ou outros fenômenos naturais. Não comporta infraestrutura, número de visitantes é controlado e monitorado.
<b>Zona de uso extensivo</b>	Manutenção de um ambiente natural com o mínimo de impacto humano, oferecendo acesso e facilidade pública para fins educativos e recreativos.	Área total de 2,3% do território do PEIC. Compreende porções territoriais esparsas e com características específicas, como residências de moradores tradicionais, trilhas e outras áreas voltadas para a visitação	Zona de transição entre zona primitiva e zona de uso intensivo. Permite roças com autorização.
<b>Zona de uso intensivo</b>	Facilitar a recreação intensiva e a educação ambiental.	Área total de 133, 49ha ou 01% do território do PEIC. Núcleo Perequê e Marujá.	Atividades de atendimento à visitação pública.
<b>Zona de uso especial</b>	Áreas necessárias para a administração, manutenção e serviços do Parque Estadual.	Área total de 0,25% do território total do PEIC. Abrange habitações, oficinas, entre outros. e sobrepõe-se a zona de uso intensivo.	Não devem conflitar com o caráter natural e devem localizar-se em regiões periféricas
<b>Zona de recuperação</b>	Deter a degradação dos recursos ou restaurar a área	Área total de 9,15% do território total do PEIC. Manchas de tamanho variável como áreas da floresta ombrófila ocupada pela comunidade guarani, área urbanizada de Marujá e áreas onde ocorreram ações demolitórias.	Manutenção dos processos ecológicos livres de intervenção antrópica. Visa à incorporação da área em outras zonas de manejo, quando recuperadas.
<b>Zona histórico-cultural</b>	Proteção de sítios históricos ou arqueológicos, em harmonia com o ambiente.	Pequena área que compreende sítios culturais, históricos e arqueológicos.	Necessário maiores estudos quanto às características, fragilidades e necessidades de proteção.

Fonte: SÃO PAULO (2001).

Vemos que, ao mesmo tempo em que o zoneamento atual protege, integralmente, boa parte do território, considera que uma parcela deste pode sofrer intervenção antrópica. Porém, incoerentemente, tratando-se de uma UC de proteção integral, esta ação e presença humana deve ser eliminada.

#### **3.3.2.4 Programas de manejo**

Realizado este levantamento, definiram-se sete programas de manejo que deveriam nortear a conservação e modos de vida dentro do PEIC criando roteiros de atividades, indicadores, possíveis parceiros e cronograma. São eles: programa de administração, programa de visitação pública, programa de proteção e fiscalização, programa de apoio à regularização fundiária, programa de pesquisa, programa de interação socioambiental e programa Fronteiras.

##### **1. Programa de administração**

Através deste buscou-se estabelecer estratégias e disciplinar rotina administrativa e operacional da UC, bem como buscar por parcerias para apoio à gestão e divulgação do PEIC. Objetivou-se também a coordenação do comitê de apoio à gestão.

##### **2. Programa de visitação pública**

Objetivou o desenvolvimento de atividades turísticas que abordem aspectos naturais e culturais do PEIC; divulgação da Unidade para a região; melhoria da infraestrutura necessária ao turismo, bem como o incentivo a parcerias com empresas de turismo.

##### **3. Programa de proteção e fiscalização**

Este programa teve como objetivos gerais a proteção do patrimônio ambiental e histórico-cultural, através de integração entre órgão de proteção ambiental, avaliação de suas atividades de fiscalização com conseqüente aperfeiçoamento da organização e métodos utilizados. Houve caracterização dos principais cenários alvo da fiscalização.

#### **4. Programa de apoio à regularização fundiária**

Visou contribuir para a definição dominal das terras do PEIC e a sua posse efetiva tendo em vistas à incorporação ao patrimônio da Fazenda do Estado, levantamento e reunião das informações fundiárias e elaboração da malha e diagnóstico fundiário da área.

#### **5. Programa de pesquisa**

Tendo em vistas o manejo e conservação do Parque, visou estimular pesquisas sobre o meio físico, biótico e antrópico, o cadastramento de trabalhos realizados e em andamento na época, agilizar o fluxo de informações dentro da burocracia existente entre instituições de pesquisa e o COTEC-IF e, por fim, capacitar os funcionários para gerenciamento dos projetos de pesquisa.

#### **6. Programa de interação socioambiental**

Com o objeto geral de estabelecer estratégias e políticas de conservação, este programa buscou, especificamente, a equação de conflitos entre moradores do Parque e entorno com os interesses de conservação, a criação e implantação de instrumentos de participação, a retirada de indivíduos/empresas que desenvolvam atividades econômicas não condizentes com interesses conservacionistas, integração da Unidade com seu entorno, implantar áreas tampão ao entorno da Unidade, intercâmbio entre órgãos envolvidos, bem como com outras UCs, compatibilizar preservação da diversidade biológica e limites de presença humana, criar propostas para a legislação ambiental, especificamente, no que tange a memória social,

(...) fomentar o resgate, recuperação e catalogação do conhecimento e técnicas de manejo das populações indígenas e tradicionais, que possam contribuir para a gestão da zona de uso

intensivo e extensivo nas unidades de conservação. (SÃO PAULO, 2001, p.122).

## **7. Programa fronteiras**

Objetivou identificar e propor ações para as áreas do entorno do PEIC que desempenham papel fundamental na manutenção da diversidade biológica por dar suporte à vida de espécies migratórias.

Podemos perceber que, primeiramente, os programas do atual plano de manejo proporcionam um grande avanço na gestão e no cotidiano dos modos de vida do PEIC em relação à primeira versão publicada em 1974 e ainda um amadurecimento e maior detalhamento de questões práticas e de busca por equacionamento de conflitos frente ao plano de gestão ambiental de 1998.

Porém, a análise do impacto desses Programas perante as identidades dos moradores locais seria superficial se não considerarmos a sua implantação de fato. Para tanto recorreremos, novamente, ao órgão que se construiu como principal via de diálogo entre a gestão pública e os sujeitos locais: o comitê de apoio à gestão.

### **3.3.2.5 O funcionamento e consolidação do comitê de apoio à gestão**

As reuniões do Comitê continuaram durante a elaboração da fase 2 e continuam até o dia de hoje, somando 120 reuniões durante a vigência desta fase, deste total 81 foram ordinárias e 22 extraordinárias. Esta quantificação pode ser consultada na tabela 4.

**Tabela 4: Reuniões do comitê de apoio à gestão durante a vigência do plano de manejo – fase 2 do PEIC no período de 08/2000 a 12/2011**

	Ano											Total PM- Fase 2	
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010		2011
<b>Reuniões ordinárias</b>	2	9	9	7	8	6	8	4	7	8	6	7	81
<b>Reuniões extraordinárias</b>	0	1	0	1	0	7	6	3	1	3	0	0	22
<b>Reuniões sem quórum</b>	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	4
<b>Reuniões sem atas registradas</b>	0	0	1	1	0	1	2	2	0	0	4	2	13
<b>Total</b>	2	10	10	10	9	15	16	9	8	12	10	9	120

**Fonte: Atas do comitê de apoio à gestão**

Durante este período, continuaram sendo conselheiros membros da administração do PEIC, órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, organizações de caráter religioso e a comunidade local, fato que comprova a consolidação da proposta de divulgação e, sobretudo, de parcerias da administração e moradores do Parque com outros atores interessados.

Inevitavelmente, a participação de atores de órgãos governamentais e da sociedade civil organizada alterou-se nestes onze anos. Uma das pautas recorrentes ao Comitê é a sua composição pois tanto convocam-se atores fundamentais para as discussões quanto discute-se o absenteísmo pois este prejudica o caráter consultivo do Comitê – pela falta de *quórum* mínimo para as decisões. A partir de 2005, decidiu-se que o número de representação no Comitê não poderia ser superior a 19 membros e passou a ser composto pelas comunidades tradicionais: Itacuruçá, Maruja, Enseada da Baleia (norte e sul), Pontal do Leste, Cabriú e Foles; organizações governamentais: PEIC, Instituto de Pesca, IBAMA, Secretaria da Educação, Prefeitura, Câmara de vereadores de Cananéia e Polícia Ambiental; e organizações não-governamentais: Gaia

Ambiental, SOS Mata Atlântica, Pastoral dos pescadores de Cananéia, Colônia de pescadores Z-9, AMOANCA e Associação comercial de Cananéia. Em 2007, o IBAMA e a Câmara de vereadores de Cananéia ausentam-se e em 2009, integraram-se as ongs Rede Cananéia e IPEC.

A dinâmica dos demais participantes nos mostra a expressiva participação de funcionários do PEIC e dos moradores. A massiva presença destes últimos continuou sendo fruto da iniciativa da gestão de transferir as reuniões da sede da base administrativa para as próprias comunidades assim, além de participar, os moradores puderam entender melhor os objetivos do Comitê e aproximar-se na gestão, porém ainda marcado distanciamento entre a base e lideranças comunitárias. Estas reuniões deixaram de ser realizadas nas comunidades em meados de 2006. A considerável presença de pesquisadores, nos fornece indícios da consolidação do Programa de Pesquisa e, principalmente, pelo fato de o PEIC se constituir como modelo de gestão ambiental.

Podemos observar que o Comitê é composto por representantes de grupos distintos com objetivos ora convergentes ora divergentes. Temos os moradores tradicionais, os filiados a Institutos ou ONG ambientais, participantes esporádicos que vão à reunião por demandas pessoais específicas e o diretor do Parque que também é presidente do conselho que é responsável pela mediação da dinâmica. Se o ponto em comum entre estes grupos sociais é a conservação ambiental da Ilha, as divergências são no sentido de maior ou menos flexibilidade às intervenções antrópicas reguladas, ou não, pela legislação vigente; e também, é claro, a condição de morador.

A relação dos conselheiros e demais participantes encontra-se, respectivamente, nas tabelas 5 e 6.



Tabela 5: Conselheiros das reuniões do plano de manejo 2001 do PEIC no período de 08/2000 a 12/2011

		Ano/ Número de conselheiros e suplentes presentes											2011 <sup>9</sup>
		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
		2 atas	10 atas	9 atas	9 atas	9 atas	14 atas	14 atas	7 atas	8 atas	12 atas	6 atas	
P EI C	Diretor PEIC	2	10	9	10	9	14	14	7	3	10	5	46
	Moradores tradicionais	Foles	1	4	0	1	1	0	0	0	0	0	
Cambriú		2	4	6	3	4	0	0	0	2	0	0	
Itacuruçá		1	13	9	10	10	16	13	9	12	13	4	
Marujá		3	15	17	16	11	19	14	7	6	10	14	
Vila rápida		1	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
E. da Baleia		2	10	6	9	7	7	7	5	2	4	3	
Pontal do leste		0	8	4	5	1	4	2	3		1	3	
Org. Governamentais	Inst de pesca	1	7	6	3	4	11	5	3	4	7	1	
	Prefeitura	2	3	9	4	7	10	6	5	8	10	2	
	Câmara de vereadores	0	7	2	5	2	7	1	0	0	0	0	
	IBAMA/APA	0	5	5	6	6	4	1	0	0	0	0	
	Polícia Ambiental	0	0	0	9	8	8	9	5	7	6	2	
	Delegacia de ensino	0	0	0	0	7	9	4	6	4	5	5	
Org. da sociedade civil	Colônia Z9	2	10	8	5	7	9	14	6	5	8	2	
	ONG GAIA ambiental	1	6	7	4	4	9	8	5	8	10	*	
	ONG SOS Mata Atlântica	2	2	5	1	2	8	10	5	3	1	1	
	ACEC	0	0	0	0	10	9	8	4	9	7	4	
	AMOAMCA	0	0	0	0	4	8	8	6	9	7		
	Rede Cananéia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	
	IPEC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	
	Pastoral de pescadores	1	1	6	5	6	9	9	5	3	2	0	

Fonte: Atas do comitê de apoio à gestão

<sup>9</sup> As atas do ano de 2011 quantificam os conselheiros de forma total, sem identificar quem representam.

Tabela 6: Participantes das reuniões do plano de manejo 2001 do PEIC no período de 08/2000 a 12/2011

		Ano/ Número de participantes											
		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 <sup>10</sup>
		2 atas	10 atas	9 atas	9 atas	9 atas	14 atas	14 atas	7 atas	8 atas	12 atas	6 atas	7 atas
<b>Participantes</b>	PEIC (funcionários e estagiários)	0	25	13	17	23	22	40	6	6	6	0	87
	SMA e órgãos vinculados	0	10	2	1	1	1	12	128	1	6	2	
	Ouvintes	16	92	61	30	51	71	80	35	17	129	68	
	AMOMAR	0	0	0	0	0	1	3	0	3	4	0	
	Pesquisadores	1	0	3	3	3	1	0	5	1	0	0	
	Outros	0	0	0	0	0	2	0	1	1	8	0	

Fonte: Atas do comitê de apoio à gestão

<sup>10</sup> As atas do ano de 2011 quantificam os participantes de forma total, sem identificar em qual comunidade residem ou ao qual órgão estão vinculados.

Em relação aos temas discutidos sistematizados na tabela 7 – página 108, vemos que, além de demonstrar os avanços e impasses da implantação dos programas propostos, estes temas demonstram a forma através das quais as comunidades constroem sua existência no interior do PEIC. Como não poderia deixar de ser, há consensos, conflitos e polêmicas nesses temas em uma dinâmica inerente às decisões coletivas.

Eles não só discutem suas condições de vida até que as comunidades sejam reassentadas, mas as próprias comunidades lutam pelo direito de permanência, de melhores condições de vida e de alternativas de fontes de renda, além de outros temas emergentes que demonstram o amadurecimento do órgão tanto na qualidade de vida quanto na democratização da gestão, como direitos sociais e impactos da criação do PEIC.

A infraestrutura básica que garante melhores condições de vida continua sendo discutida com frequência. Buscam fontes de energia alternativas, estratégias de abastecimento de água e de sistema de esgoto, esquemas práticos para a retirada e reciclagem do lixo. Ao mesmo tempo em que é cobrada e construída a responsabilidade da administração, a comunidade organiza-se para a resolução destas questões. Houve também o aumento de parcerias com Universidades, através de projetos de pesquisa, e de busca de financiamento, através de outros órgãos.

Atividades econômicas, como as pesqueiras e relativas ao uso de recursos naturais, são discutidas, mas a organização do turismo ganha destaque, ambos sob o viés da conservação ambiental e organização comunitária, através da regulamentação de visitas públicas, normatização da infraestrutura para receber os turistas (divisão entre os moradores dos leitos para turistas, pousadas, restaurantes, entre outros), qualificação e atuação dos monitores ambientais e programas de educação ambiental e melhoria do

sistema de transporte, inclusive também de parcerias do PEIC com programas de ecoturismo. Ao contrário do desenvolvimento proposto no primeiro plano de manejo este ocorre com intensa participação da comunidade tanto na concepção quanto execução das atividades. Isso contribuí para desmitificar o neo-mito da natureza intocada apontado por Diegues (2004) e, ocorrendo, de fato, o ecoturismo de base comunitária.

A questão fundiária mantém-se como tema frequente, tanto na luta pela permanência quanto na elaboração de critérios de expropriação de ocupantes não-tradicionais. Houve uma constante discussão acerca dos critérios de tradicionalidade, discussão sobre tempo e condições de afastamento tolerado para a manutenção dessa condição, consequências para a venda de edificações de moradores tradicionais, e critérios de autorização de construção para descendentes de moradores tradicionais, realocamento, bem como embargos, demolições e termos de ajustamento de conduta para obras ilegais, expressos pelos requerimentos. Estas ações sempre buscaram, na medida do possível, o respaldo com a legislação ambiental e a articulação do Comitê com o IF e a FF.

A construção da realidade dos moradores do PEIC não se encerra aí. Os conselheiros são consultados sobre os requerimentos relativos à embargos e as demolições de edificações de ocupantes não tradicionais, sobre autorizações para roça, cercos fixos, construções e reformas dos moradores tradicionais. O que antes era imposto, arbitrariamente, agora tem avançado no sentido da consulta. Ainda não é o conselho quem delibera, mas suas posições e pareceres são considerados na análise das reivindicações pelo IF, e posteriormente pela FF.

Ampliando a ótica de melhores condições de vida, os conselheiros não se atém somente à relação administração/comunidade e expandem-se a direitos sociais mais

amplos e que envolvem outras esferas do poder público como educação, saúde, policiamento e transporte. Problemas são elencados e encaminhados para possíveis soluções.

Merece destaque também a frequência das discussões sobre os impactos da criação do PEIC, através de discussões sobre legislação e fiscalização ambiental. Na medida em que a comunidade do PEIC passou a melhor compreender os benefícios da criação do Parque e a função do comitê de apoio à gestão, passaram a ser criadas parcerias para a fiscalização ambiental, principalmente na denúncia de extração ilegal de palmito e pesca predatória. O Comitê passou a discutir legislação ambiental, fato que em muito o auxiliou para embasar posições/pareceres sobre demais aspectos cotidianos, bem como o auxiliou na evolução dos critérios de tradicionalidade e parecer favoráveis para reformas/construções, parceria com demais órgãos governamentais ou não e maior conhecimento sobre a situação atual de seus moradores.

Durante o período de observação direta obedecia-se a seguinte dinâmica nas reuniões: o presidente e os conselheiros tinha lugar na mesa, próximos uns dos outros e os demais participantes alojavam-se ao redor desses. Primeiramente, lia-se a pauta estipulada pelo presidente e questionava-se a inclusão de demais pontos de discussão. Seguia-se para os pontos um a um, cuidando-se para que fossem discutidos, porém não alongados desnecessariamente. Ao término dos pontos, discutia-se os requerimentos, que ao meu ver, eram o maior interesse dos comunitários, principalmente dos participantes esporádicos e os pontos de maiores polêmicas.

Os temas discutidos e a sua frequência podem ser consultados na tabela 7 a seguir.

Tabela 7: Temas discutidos nas reuniões do comitê de apoio à gestão durante a vigência do plano de manejo 2001

Temas discutidos		Ano/frequência de discussão											
		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
		2 atas	10 atas	9 atas	9 atas	9 atas	14 atas	14 atas	7 atas	8 atas	12 atas	6 atas	7 atas
Funcionamento do conselho	Importância das comunidades no plano de gestão	1	1	1	0	0	0	0	0	1	2	0	0
	Função e atuação do CG	1	1	0	2	2	2	1	1	1	4	1	1
	Composição do CG	0	0	2	1	4	1	4	3	5	7	0	2
	Plano de manejo	0	7	4	2	1	5	3	0	4	3	0	6
Infraestrutura básica	Projetos energia elétrica	1	11	5	6	4	5	4	2	1	0	0	1
	Água/esgoto/saneamento básico/lixo	2	21	20	9	4	1	2	3	0	9	5	4
	Telefone	0	2	7	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	Pier/ Transporte	0	1	2	1	0	0	2	2	0	1		
Direitos sociais	Educação	2	2	0	1	1	0	1	2	1	1	0	0
	Saúde	0	0	1	0	2	0	2	4	1	0	0	0
	Policiamento	0	3	6	3	1	3	3	1	0	0	0	0
Economia	Atividades pesqueiras	0	15	3	3	11	5	1	0	1	2	2	4
	Uso recursos naturais	0	3	0	2	1	0	0	0	0	0	1	0
	Turismo	1	11	8	6	2	2	2	2	0	5	2	3
	Monitores ambientais	0	1	2	0	0	0	1	0	0	1	2	2
	Educação ambiental	1	4	1	5	2	0	2	3	0	3	0	0

Continuação tabela 7: Temas discutidos nas reuniões do comitê de apoio à gestão durante a vigência do plano de manejo 2001

Temas discutidos		Ano/frequência de discussão											
		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
		2 atas	10 atas	9 atas	9 atas	9 atas	14 atas	14 atas	7 atas	8 atas	12 atas	6 atas	7atas
Questão fundiária	Casas de veraneio/ Embargos/demolições	2	1	2	8	9	7	20	6	2	6	2	0
	Cadastramento de moradores tradicionais	0	1	3	1	0	0	4	1	2	0	1	0
	Requerimentos	58	166	63	66	110	78	98	75	34	56	26	15
Impactos da criação do PEIC	Fiscalização ambiental	0	2	6	7	14	1	4	2	2	4	0	5
	Legislação ambiental	0	4	5	5	3	1	2	0	0	0	1	0
Intercâmbio de informações	Publicidade sobre o PEIC	0	2	1	0	0	0	1	0	0	1	0	1
	Troca de experiências com outras UCs	2	7	3	3	3	0	4	0	0	3	0	1
	Questão indígena	0	0	1	0	3	3	3	1	0	2	0	0
Outros	Organização comunitária	0	5	4	5	2	1	1	1	1	1	7	6
	Gestão	0	3	8	5	5	1	1	2	7	8	2	1
	Impostos /parceria prefeitura	0	0	2	2	5	0	3	0	0	0	0	0
	Atv. Culturais	0	0	7	4	5	0	2	0	0	1	0	0
	Outros	0	2	0	3	6	4	0	0	0	0	0	0

Fonte: Atas do comitê de apoio à gestão

### **3.3 Os quatro momentos políticos administrativos do PEIC e a comunidade**

Em síntese, o processo político-administrativo da Ilha do Cardoso pode ser dividido em quatro momentos: 1) antes da criação do Parque Estadual, ou seja até 1962 2) após sua criação e vigência da primeira edição do plano de manejo, ou seja, de 1962 a 1998, 3) durante a elaboração e vigência do plano de gestão ambiental, de 1998 a 2000, e 4) durante a elaboração e vigência do plano de manejo- fase 2, de 2000 até os dias atuais.

No primeiro momento, caracterizou-se por ter a livre convivência dos moradores com a natureza não havia restrições ao modo de vida local, mas ao mesmo tempo iniciou-se, de forma alarmante, a especulação imobiliária local e o conseqüente aumento de casas de veraneio e a chegada do turismo. No segundo momento, com a criação do PEIC, houve significativas restrições ao modo de vida local, êxodo local, aumento da fiscalização punitiva e a elaboração de um plano de manejo alheio à realidade local, tecnocrata e arbitrário.

Já no terceiro e quarto momento, houve iniciativas de inclusão dos anseios e expectativas da comunidade, através tanto do instrumento de gestão e quanto do comitê de apoio à gestão. No terceiro momento iniciou-se a tentativa de inclusão dos moradores na gestão, mas podemos notar que esta adquiriu representatividade e real adesão e participação ao longo do quarto momento.

Estes últimos dois momentos também são significativos no que diz respeito a permanência dos moradores tradicionais. Além do zoneamento, que considerou gradativamente as habitações e intervenções antrópicas, em harmonia com o meio ambiente, nas zonas de uso intensivo e de uso especial e de forma mais branda na zona de uso extensivo, buscou-se também a legitimação dos critérios de identificação dos moradores que tiveram sua permanência assegurada.



A partir do exposto, podemos observar que a participação dos comunitários foi uma característica marcante não só na elaboração da revisão do plano de manejo, mas na gestão em si por meio do Comitê. Não podemos esquecer que a noção de participação tornou-se polissêmica e encoberta por um discurso homogêneo, repetitivo e aparentemente consensual. A proposta surgida como tentativa de resgate da democracia em resposta aos regimes militares nas décadas de sessenta e setenta, e que foram assimiladas pela academia, tornaram-se atualmente um modismo de propaganda governamental. No caso do PEIC, mais que um reconhecimento da já existente organização comunitária existente em Marujá e demais comunidades, o requisito da participação foi uma imposição da agência internacional financiadora da revisão do plano de manejo.

Assim, esta participação não foi livre de obstáculos. Rodrigues (2001) pontua obstáculos tanto do ponto de vista político e metodológico quanto de ponto de vista da representação. Primeiramente, no que tange aspectos políticos e metodológicos, aponta para a centralidade da figura do mediador, no caso do PEIC esta se funda na figura do diretor, que fundou o Comitê permaneceu até meados de 2007 e foi uma figura central para a consolidação deste pelo empenho na realização das reuniões e aumento das responsabilidades/importância das suas decisões, sendo que em alguns momentos ele passava de consultivo para deliberativo. Com a saída dele o Comitê ficou abalado e foi recompor-se em 2008 quando um novo gestor assumiu. No fim de 2011, este gestor deixou o cargo, para assumir a coordenação da elaboração da nova revisão do plano de manejo e uma nova gestora assumiu.

Há também a questão da real inclusão da comunidade nos objetivos e execução e a questão do consenso, ou seja, a comunidade participa realmente da identificação de conflitos e alternativas de resolução ou serve como massa de manobra unicamente na

execução de estratégias já prontas? Não acreditamos que este seja o caso do PEIC, muito embora o método ZOPP utilizado durante a elaboração do PGA e da fase 2 primasse pelo consenso o que pode sufocar conflitos latentes e ao seu método abstrato e concentrado, o que não possibilitou a real participação dos comunitários (inclusive a dos chefes indígenas que sequer falavam português). A participação ativa da comunidade se construiu através do comitê de apoio à gestão ao longo destes quatorze anos de existência, com seus avanços e retrocessos, com seus conselheiros e participantes, através de suas pautas e pareceres, através das buscas por conhecimentos e parcerias; enfim, através de sua incessante tentativa de fazer do PEIC um lugar legal e digno de construir sua trajetória de vida. Trajetória esta não livre de conflitos.

Já em aspectos representacionais, Rodrigues (2001) alerta para os diferentes sentidos atribuídos à Ilha e questiona o como articular os saberes e fazeres tradicionais aos aspectos mais técnicos e gerenciais de um plano de gestão. E mais, questiona se é possível integrar a participação a uma política preservacionista que caracteriza o PPMA.

Segundo Gadelha (2008), a especificidade das comunidades locais, no que diz respeito aos aspectos histórico-culturais de usufruto dos recursos naturais, tem sido, gradualmente, considerada na legislação ambientalista, graças à organização da sociedade civil na forma de movimentos sociais e outros tipos de participação política. Como especifica a referida autora:

É o que demonstra a Lei n.9.985, de 18/07/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Capítulo II, Art. 5º O SNUC será regido por diretrizes que, entre outras: III- assegurem a participação efetiva das populações

locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação; IX- considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas do uso sustentável dos recursos naturais; X- garantam as populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos (p.25).

Neste sentido, Silva e Ferreira (2011) apontam que o SNUC representou um grande avanço no gerenciamento de uma UC pois fornece objetivos, diretrizes e limites de atividades e além disso fornece também um aparato técnico, jurídico e conceitual. Assim, os processos de tomada de decisão, reivindicações e alterações no modo de vida têm respaldo legal.

Entretanto, há autores que tecem severas críticas à ideologia que norteia o SNUC. Primeiramente, a separação clara entre homem e natureza; em segundo lugar, que o homem é, invariavelmente, destruidor dessa natureza considerada selvagem e deve-se fazer distante; e por fim, que os conhecimentos e métodos mais adequados advém das ciências modernas, especificamente, as naturais (RODRIGUES, 2001).

Enfim, podemos considerar que a questão da participação comunitária na elaboração e execução das diretrizes administrativas do PEIC esbaram em diversas questões como: qual é a forma ou método que esta participação ocorre, por que ou por quem ela é demandada e, por fim, como os comunitários apropriam-se destas duas questões colocadas. Buscamos explorar neste capítulo que a participação e anseios da comunidade foram inseridos recentemente, primeiramente como exigência e ‘de cima

para baixo’, mas que esta se democratizou pela atuação e dinâmica do Comitê, graças aos esforços da comunidade, gestores e órgãos parceiros

O cotidiano da Ilha transformou-se. E continua se transformando. Assim como todo fenômeno humano e social, o modo de existência no PEIC não é estático. Dito isso, não devemos nos ater em uma identidade tradicional imutável e presa ao passado, mas sim em como as experiências atuais ressignificam o passado e também como o passado ressignifica as experiências atuais de forma fornecer o mais precioso elemento da identidade dos locais: o sentimento de pertença.

Terminamos este capítulo com uma frase de Rodrigues (2001, p.122), que expressa o objeto desta dissertação: *“Ainda que a identidade possa, em alguns casos, se referir a uma base espacial, ela é, antes de mais nada, uma construção coletiva e dinâmica que se renova constantemente, rearticulando-se com o passado e se recriando no presente”*. E, a partir desta análise podemos afirmar que, a dinâmica do Comitê permite e legitima esta renovação, mais que um retorno do passado este busca o vínculo ao passado para a orientação das ações presentes.

## Capítulo 4

# HISTÓRIAS A SEREM OUVIDAS: AS MEMÓRIAS SOCIAIS DOS MORADORES DO MARUJÁ – PEIC



Moradores do Marujá – PEIC reparando a rede usada para a pesca artesanal

Fonte: Acervo pessoal

O objetivo deste capítulo é o de apresentar e analisar os relatos dos memorialistas. As suas lembranças possibilitam o aprofundamento da análise da questão principal que motivou esta investigação, ou seja, a contribuição da memória social nas rearticulações identitárias dos moradores de Marujá – PEIC, e como estas se vinculam com as diretrizes político-administrativas analisadas no capítulo anterior.

Procuramos atingir este objetivo dando ouvidos e voz ao conjunto de moradores de Marujá selecionados, que além de possuírem existência rica de significado, merecem ter a sua experiência registrada na história. Optamos por permear a análise com trechos das narrativas, pois, assim, cumprimos uma missão dupla: ilustrar e justificar a análise e, não menos importante, utilizar esta pesquisa como registro das memórias de luta pela permanência e sobrevivência dos moradores desta comunidade.

As sete trajetórias de vida foram transcritas<sup>11</sup> e lidas exhaustivamente a fim de identificar categorias de análise. Estas apontam para três categorias principais: memórias de lugar, memórias de trabalho e memórias de resistência.

A primeira categoria – memórias do lugar – contempla os espaços e forma que eles foram vividos e significados ao longo das trajetórias de vida. A segunda categoria – memórias do trabalho – registra os fluxos do trabalho na comunidade do Marujá: a agricultura, a pesca e o turismo; mostrando a dinâmica de práticas abandonadas, as que

---

<sup>11</sup> Ao transpor a fala do entrevistado para o documento escrito deparamo-nos com uma questão apontada por Whitaker (2002) : como trazer ao papel a fala sem perder a qualidade, emoção e a singularidade de quem fala? Em um primeiro momento da transcrição, conservamos a “maneira de falar”, ou seja, a forma como o entrevistado construía as frases, juntava as palavras e conjugava os verbos. No momento de edição das entrevistas preocupamo-nos com a correção dos erros ortográficos e gramaticais, com a pontuação e o ritmo das narrativas de forma a tornar a leitura mais confortável. Baseada nessa autora, consideramos que conservar os erros de português da fala original seria construir uma diferença. Portanto, na tradução das falas para o código escrito, criamos um texto fiel à maneira de falar do entrevistado, que incorporasse os ritmos e ênfases usados, mas que respeitasse aspectos formais da língua portuguesa.

perduram e as novas práticas. Por fim, a terceira categoria – memórias da resistência – abrange as diversas formas de organização social oriundas tanto da cooperação com o poder público quanto da organização comunitária.

É necessário fazer duas ressalvas. A primeira, que estas três macro categorias foram criadas para facilitar a análise, porém em alguns momentos convergem, pois existem temas transversais como a família, as restrições legais a práticas passadas e a adequação e reivindicação dos modos de vida. E em segundo lugar, que o processo de interpretação é, necessariamente, arriscado, conflituoso e aberto à discussão, pois é uma reinterpretação de um campo objetivo pré-determinado, e como Thompson (1995, p.376) pontua “(...) a possibilidade de um conflito de interpretação é intrínseco ao próprio processo de interpretação”.

Adentremos agora pelo caminho sinuoso das lembranças dos entrevistados, buscando sempre o relacionar com as diretrizes político-administrativas do PEIC.

#### **4.1 Memórias do lugar**

Nesta categoria de análise, propomos interpretar o espaço como fato histórico aliando tanto fatos e acontecimentos históricos da comunidade decorrentes da administração pública quanto o movimento da própria comunidade local. Acreditamos que este caminho nos ajuda a compreender a transformação do espaço a serviço do homem, mostrando que o espaço é social e, assim, “ (...) uma concepção do espaço que ultrapasse as fronteiras do ecológico e abranja toda a problemática social” (SANTOS, 1982, p.10). Iniciemos a análise.

*“E eu venho de pai caiçara, mãe caiçara, nascidos aqui. Nós, todos os filhos, nascidos aqui. Uma vida simples. [Morávamos] onde é uma casa que está para ser demolida hoje. É onde a gente nasceu (...)”* (Bernardo)

*“Eu só não nasci aqui porque (...) não tinha parteira – porque, naquele tempo, era parteira. Minha avó era muito boa parteira e ela [a mãe] foi até Itaporoatinga – que era a terra do meu pai, e ela foi ganhar neném lá. Mas sempre vivi aqui.”* (Edson)

*“A minha infância, a minha vida foi toda na pesca, pescando (...). Sou nascido aqui na comunidade, aqui no Marujá. Só que não era Parque quando eu nasci, aqui foi tombado em [19]62... E a gente viveu aqui, estudou aqui na escolinha até a quarta série. O povo daqui, na sua maioria, é nativo mesmo, nascido no Marujá. E nós estamos aqui desde antes do Parque!” (José)*

Os memorialistas iniciaram a narrativa de sua trajetória de vida pelo nascimento e origem. Nestes fragmentos, além do registro do nascimento podemos observar os vínculos comunitários: a parteira-avó, a casa, a escolinha. Merece destaque desde já a influência do atual contexto do conflito fundiário no PEIC, e este se expressa pela ênfase ao fato de terem nascido em Marujá e na veemência em afirmar que suas origens são caiçaras – critérios de tradicionalidade e, portanto, de permanência definidos pelo Plano de Manejo – fase 2–. As memórias das origens são marcadas pela reafirmação de condição de morador ‘tradicional’.

Chama a atenção também, os lugares de origem e nascimento que foram usurpados, como a casa onde Bernardo passou sua infância que será demolida, por pertencer a ocupantes não-tradicionais. Além dos nascidos em Marujá, aqueles que migraram de outras regiões próximas seja por ter familiares residentes no Marujá, seja por busca de lugares mais povoados, também demonstram vínculos com o local.

*“Lá tinha pouca casa, tinha pouco morador lá na Laje. Era mais a família dele [Geraldo], porque no tempo em que a gente cresceu, minha mãe morreu daí ela deixou eu, o meu irmão e a minha irmã, ficamos em três (...) ficamos com o meu pai, se virando.” (Ana)*

Os relatos de Geraldo e Ana sobre a migração da comunidade da Laje para a do Marujá ilustram as memórias sociais dessas migrações. Podemos perceber, além do relato da migração, outros temas frequentes no cotidiano da Ilha na época aparecem na construção mnêmica: a dificuldade de transporte e os fortes vínculos de solidariedade familiar e comunitária.



*“Nós já éramos casados há tempo. Eu era casado nas duas leis [lei dos homens – casamento civil, e lei de Deus – casamento religioso]. Eu casei lá em Cananéia. Fui a remo e voltei a remo. Eu, o meu sogro e a família dele. Casamos lá e voltamos a remo.*

*Meus filhos nasceram tudo lá na Laje, A Elen era pequena quando nos mudamos para cá (...) eu pegava na mãozinha dela para ela pular pedra [costão rochoso que separa a praia da Laje da praia de Marujá], tinha medo que ela caísse...*

*(...) eu morava logo na beira da praia, quando dava aquela tempestade de tempo ruim, a maré passava e a minha casa ficava dentro [da água]. A maré chegava e batia no paredão da casa e voltava, aquele mar, para trás. Enchia de água salgada ...”*

*Às vezes vinha de canoa [para o Marujá] e às vezes vinha por terra. (...) Com as cargas no lombo. Duas horas de viagem daqui a onde a gente morava. (...) Nós morávamos lá [na Laje], depois o meu pai e a minha mãe morreram, ficou a minha irmandade e a irmandade foi saindo uma para lá, outra para cá... Eu fui ficando lá, sempre trabalhando, lutando com a vida... meus avôs, minhas avós morreram. Meus tios saíram...Eu fiquei lá sozinho com a minha família [filhos]. Nós tínhamos seis famílias [filhos]: três vivos e três mortos. Fiquei sozinho e resolvi sair. ‘Sozinho nesta distância aqui eu não vou ficar, por que o que eu vou fazer?’ (...)” (Geraldo)*

*“Carreguei a minha mudança a pé. Foi muito difícil...” (Ana)*

O espaço começou a ganhar nova configuração: as famílias cresceram e os grupos familiares agrupavam suas residências. Neste período narrado a Ilha do Cardoso ainda não havia sido transformada em UC, portanto o uso do espaço, as construções, as migrações, imigrações e, principalmente, o extrativismo – fonte de material de construção tradicional – eram livres.

*“Na minha infância o Marujá tinha em torno de vinte famílias. As casas eram de madeira e cobertas de palha, nós tínhamos na comunidade só duas casas cobertas de telha de barro (...). As casas eram, normalmente, um pouco grandinhas porque quase todas tinham uma sala de cinco por cinco metros, mais ou menos, que comportasse o fandango. Porque o pessoal fazia mutirão e tinha que ter [o fandango]. Tinha que ter um assoalho de madeira para o fandango. E as casas normalmente eram grandes porque a madeira estava em poder do morador.” (Edson)*

Merece destaque uma forma particular de obtenção do material de construção na Ilha do Cardoso: as madeiras “encostadas na praia”.

*“E naquele tempo encostava muita madeira na praia porque tinha os navios que transportam carga, eles forravam o convés do navio com tábuas, tábuas de pinho, de várias madeiras; e a madeira tinha pouco valor. O navio era fretado por uma companhia e quando eles levavam a carga, e quando saía eles jogavam toda essa madeira no mar. Eles não iam não transportar, porque a outra companhia que ia fretar, ia fazer o outro forro, adequar e tal. Então eles jogavam no mar e encostava*

*muita madeira aqui na praia. E o pessoal catava [a madeira] e construía as casas. A maioria das casas era construída com madeira da praia.” (Edson)*

Com essas migrações internas, a população de Marujá cresceu e, conseqüentemente, ampliou-se o uso do espaço. A principal característica dessas mudanças, para os moradores, é a aglomeração das residências.

*“A vida do pessoal melhorou, você nem imagina. Marujá quem viu e [quem] vê agora, está que nem uma vila! Já pensou? Marujá fez uma vila. E o que aumentou então?” (Aparecida)*

*“(...) têm lugares que as casas se juntaram mais. As características das casas antigamente é que elas eram afastadas umas das outras. (...) Então as casas naquela época eram feitas separadamente, em lotes então a distância era de no mínimo 40 metros uma das outras. Eles foram juntando as casas, fazendo mais próximo; com as dificuldades das liberações foram encontrando espaços já construídos e transformando em casas. A casa da Maria era uma casa de farinha do Tião, do avô dela. O avô cedeu e ela transformou aquele espaço na casa dela. Pessoas que as famílias foram crescendo e foram ficando mais perto pela facilidade do espaço já estar limpo, às vezes de já haver alguma construção que ampliaram e fizeram a sua casa, e outra pela vontade de fazer mais próximo da família. Daí juntou mais, mas a característica antes era que as casas eram mais afastadas umas das outras.” (Bernardo)*

Os memorialistas atribuem ao período da criação do PEIC o *boom* populacional. Antes do PEIC o espaço era visto como pacato, com baixa densidade demográfica e poucos recursos; com a sua criação, começa a aparecer, nas memórias, a ideia de prosperidade e não de interferência.

*“Antes do Parque a vida era bem pacata. Tinha cerca de vinte e poucas famílias, hoje tem cinquenta e seis famílias, tem que contar que quase todos que moravam em Laje e Cambriú mudaram para cá, com apoio do próprio Parque. E tem que contar as pessoas que casaram e mudaram para cá, todos os que casam querem ficar aqui (...)” (Edson)*

*“As casas eram todas de madeira, naquele tempo as casas eram de madeira e tábuas. E todas as casas dos caiçaras eram na beira do canal. O povo vivia com mais dificuldade, sim. Tinha menos recurso na vida, hoje na região todo mundo tem um barco, naquela época ninguém tinha barco era tudo canoa a remo. Hoje em dia, o povo conseguiu ter uma casa melhor, ganhando, do turista, o dinheiro.” (Bernardo)*

*“(...) as pessoas acham ruim porque estão acostumadas que nem no sítio, tudo sossegado. E vem o movimento para o lugar o camarada estranha, não estranha? Tem*

*que estranhar... [depois da criação do PEIC] para mim está bom de mais (...) [Mas no começo] eu estranhei muito. Estranhei mesmo. Porque eu morava em um lugar sossegado, sossegado mesmo, que tinha pouca gente lá, pouco morador. Mas agora, eu acostumei demais. Agora para mim está beleza!” (Ana)*

É importante ressaltar que mesmo com o êxodo populacional documentado com a criação do PEIC, as memórias nos trazem o oposto: o aumento populacional. Isso se deve pelo fato que Marujá foi a comunidade menos afetada com o êxodo, os moradores que migraram eram os caiçaras que vivam com sua família nuclear em sítios isolados. Então mesmo com a transformação em Parque Estadual, a população de Marujá continuou a aumentar, devido a novos casamentos (e, conseqüentemente, novas famílias) e migrações.

Porém com a criação do PEIC, as migrações têm que ocorrer com a autorização pública. Desde a criação do Comitê, as migrações internas – chamadas de realocamento– têm que ser necessariamente aprovadas em reunião, para tanto são considerados os vínculos familiares ou de afinidade que justificassem a mudança para o local pretendido e a área para construção ou possibilidade de aproveitamento de residências ‘vagas’. Estes pedidos entram em discussão dentro do item de requerimentos (para conferência da expressividade quantitativa dos requerimentos, consultar tabela 03, página 87 e tabela 07, página 108), e a sua expressividade também encontra evidências empíricas nas três reuniões extraordinárias que ocorreram na vigência do PGA que tiveram como pauta somente o tema dos requerimentos (tabela 01, página 82). A gestão pública passou a gerenciar o uso do espaço.

Para as novas construções, sejam por realocação ou constituição de nova família, deveriam ser solicitadas perante o Comitê com designação da área, dos materiais a serem utilizados e comprovação da tradicionalidade para então ser ou não autorizado. O material deveria ser bio sustentável e o uso de madeiras locais só seria permitido se a

árvore já estiver caída. Essa demanda também entra na pauta ‘requerimentos’ nas reuniões. O fluxo de autorização para novas moradias foi inconstante, pois esbarrava na questão do direito de permanência, e esta questão é delicada, polêmica e atual no cotidiano da comunidade.

Os dados das tabelas 03 e 07, os quais mostram a expressividade dos números de requerimento nas pautas das reuniões, são confirmados pelas memórias: o Conselho é visto como tendo como papel principal a autorização para a construção ou reforma das moradias. As memórias de Geraldo nos relatam a burocratização das autorizações, as de Aparecida as autorizações benéficas e, por fim as de Soraia, as consequências de autorizações negadas:

*“Para a gente fazer essa nossa casa aqui foi conversado com o pessoal do Parque. A gente teve que conversar, pedir para eles para poder fazer. Se eles falarem que faz, faz; se eles falarem que não faz, pronto! Não pode fazer. Para fazer banheiro, fazer cozinha, tem que pedir para eles. Para depois eles liberarem e a pessoa fazer, comprar madeira. Tem que pedir, às vezes demora um tempo, aí que eles vão decidir se pode ou se não pode. A gente tem que pedir adiantado, para eles liberarem, para poder fazer.”* (Geraldo)

*“Mas também para fazer esse pedacinho de casa aqui custou, cada ano fazia um pouquinho.... Aqui na minha casa é eu e a minha filha, então foi dividido, metade para ela e metade para mim. Ela queria fazer ali na frente, no caminho que vai para a praia. Eles iam fazer lá e eu ia fazer aqui. Mas o homem [guarda-parque] que veio aqui achou que não podia porque a gente estava de idade e eu ia ficar sozinha, então era melhor a gente ficar junto.”* (Aparecida)

*“Fora outros que já foram morar em casa de turistas, o outro a varanda da casa da mãe, fechou e fez quarto e cozinha. Você acha que é certo?”* (Soraia)

A negativa do requerimento para construir uma residência, pode ser motivado pela ‘perda de tradicionalidade’, ou seja, o morador que ausentou-se do PEIC por mais de três anos. Esse critério elaborado na revisão do plano de manejo se torna ambíguo quando nos confrontamos com a necessidade de sair da Ilha para concluir os estudos ou para tratamento de saúde. E, conseqüentemente, a ‘tradicionalidade’ dentro dos critérios

objetivos de sua definição no plano de manejo – fase dois é eficaz, ou até mesmo, necessária? Ou torna-se um argumento para restrições aos moradores locais pois restringe e quantifica ações e atitudes?

As memórias sociais marcam também a dificuldade de épocas remotas com a questão da educação básica formal: a falta de oferta, a longa distância e a precariedade dos meios de transporte. Atualmente, apesar de algumas dessas questões já terem sido, parcialmente, contornadas por iniciativa pública ou pelo aumento do poder aquisitivo, surge, novamente, a questão do tempo que o estudante tem que ausentar-se da vida cotidiana da Ilha e ainda ter o ‘direito’ de retornar. Hoje em dia o caiçara do PEIC depara com a contradição de ter o direito de concluir a educação fundamental, mas para seguir os estudos poder perder seus direitos de morador tradicional pelo tempo que tem que se ausentar da Ilha. Vejamos os relatos.

*“(...) Ararapira que era o lugar mais próximo que tinha escola. E eu só fui quando eu já sabia manejar canoa, com nove, dez anos (...). Eu fiz até o terceiro ano lá (...) daí parava no terceiro ano, aquela escola não tinha quarto [ano do ensino fundamental]. Eu fiz o quarto [ano] num supletivo de adulto aqui no Marujá.” (Edson)*

*“Eu estudei aqui, fiz só até a quarta série. Depois meus pais não tinham condições... E nem se tivessem, era tudo muito difícil. Não tinha barco: era canoa a remo! Era raro uma pessoa que tinha uma canoa a motor. O pai trabalhava tudo a remo, ia para Cananéia à remo, voltava à remo...”*

*(...) Daqui vai você vai para o Ariri, do Ariri vai para Cananéia e quando vai para Cananéia demora um pouco mais. Uma faculdade, um cursinho para cá não tem mais nada... não tem em Cananéia. E se você sai para estudar, perde o vínculo de morar na Ilha. Se for fazer uma faculdade, uns dois ou três anos, perde o vínculo... e quando volta tem que morar na casa da mãe, porque não pode ter a própria casa.” (Soraia)*

Os programas do plano de manejo em vigor não abrangem a questão da educação formal dos moradores. Porém, a questão da educação começou a ser discutida no comitê de apoio à gestão em 1999 (tabela 03, página 87), e a partir da vigência do Plano anual foi discutida com maior frequência (tabela 07, página 108) Tal foi a

relevância do tema que a Delegacia Regional de Ensino passou a ter um representante no Comitê a partir de 2004. A discussão da educação no Comitê abrangeu subtemas como a escola local, professores, critérios de tradicionalidade para aqueles que se ausentaram do PEIC para concluir os estudos.

A partir dessas memórias, vemos que embora a comunidade do Marujá não tenha sido impactada com o êxodo oriundo das restrições iniciais do Parque; ela agora é, com as proibições e negações de pedidos de novas construções. Resta-nos o incômodo: como essa comunidade e cultura vai sobreviver, se seus filhos são impedidos de fazer do local o seu lar? A tradição na forma sob a qual foi definida mantêm ou extermina uma cultura?

Como já foi abordado nos capítulos anteriores, em paralelo a expansão populacional advinda do fluxo próprio dos moradores tradicionais, houve também a expansão de habitações e dos turistas tendo como marco principal o loteamento iniciado em meados da década de sessenta.

*“O Estado sempre foi muito frágil, muito inoperante. Todas essas casas de veranistas que estão aqui foi puro relaxo do Estado. De [19]54 a 62, estavam loteando, venderam milhares de lotes aí; depois com a decretação do Parque isso estancou. Mas depois da decretação do Parque que entrou a maioria de casas de veranistas. Entraram tudo depois por pura inoperância da fiscalização do Parque (...)”* (Edson)

*“Quando eu era moleque, que eu já peguei isso aqui já feito loteamento, ele era mais desmatado. Menos mata comparado a hoje, você pega essa facha para lá da escola, quatrocentos metros para lá da escola, não tinha esse mangue, esse manguezal. O pessoal da companhia mandou roçar tudo. Não tinha essa vegetação alta de mangue.”* (Bernardo)

Vemos, portanto, que as memórias narradas expressam as diversas metamorfoses do espaço. Primeiramente de um vilarejo que teve o número de casas aumentado, ficando as famílias reunidas em um mesmo território e desenvolvendo suas atividades econômicas ao sopé dos morros, área propícia para a agricultura; ou no mar, com a pesca. Esse lugar foi influenciado pelo loteamento, abriu-se ‘ruas’, aumentou a área de

vegetação rasteira; além das edificações de ocupantes não-tradicionais nas quais os moradores prestavam serviço de caseiro e/ou habitavam quando estas estavam desocupadas. E atualmente, os empecilhos para novas construções.

Alertamos que estas edificações de ocupantes encontra-se em processo de embargo e demolição, fato que causará novo rearranjo no lugar (para conferência de dados empíricos da expressividade quantitativa dos embargos e demolições, consultar tabela 03, página 87 e tabela 07, página 108). Como pudemos observar nos relatos de Bernardo no início deste tópico, algumas dessas casas pertencem à história de vida da comunidade. Muito embora sejam de propriedade de ocupantes, elas foram de uso de moradores tradicionais; somado a isto há o conflito social latente: enquanto casas são demolidas, novos pedidos de residência são negados. Isso é interpretado como desamparo e injustiça, como expressa a memória social de Soraia.

*“Agora começaram a demolir as casas. Por que antes de começar a demolir, não doar para os moradores? Por exemplo, essa casa aí [casa próxima do local onde foi gravada a entrevista] é de veraneio, essa daí acho que logo vai ser demolida... Fica fechada, a chave eles levam, não deixam, só o quintal que o meu marido limpa, tira a folha, mas a casa vive fechada. Eles chegam, fecham e levam a chave. E antes, se o morador conversasse, se o turista concordasse – o dono da casa –, ele [o morador] até poderia ficar com a casa. Mas hoje não, você vê muitos casais novinhos que acabaram de casar estão morando em um lugar que não se pode dizer que é casa, morando em uma varanda que transformou em casa e outra casa estragando, sendo demolida. Por que não se senta e muda isso? Poxa, se o dono da casa não concordar ‘Não! eu não concordo em passar a casa para o nativo’, então é outro problema, é problema dele; mas se tem aquele que concorda ‘Eu quero deixar minha casa para o nativo!’. Por que não? (Soraia)*

Além das discussões no Comitê, é importante ressaltar que os embargos estão também previsto nos programas de manejo da revisão do Plano. No PGA eles se inserem no Programa administrativo e na fase 2 no Programa de apoio à regularização fundiária.

Na análise das memórias de lugar da comunidade do Marujá, também merece destaque as memórias dos fluxos de deslocamento para regiões vizinhas, especialmente

Cananéia. Estas formas de deslocamento resultam em um maior ou menor contato dos moradores com culturas urbanas, seja pelo seu próprio deslocamento seja por facilitar a ida dos turistas à Ilha. As memórias indicam a melhoria na tecnologia e nos sistemas de transporte, o qual melhorou a qualidade de vida na população local. Acompanhemos as narrativas:

*“Meu pai veio a adquirir uma barco [motorizado], eu acho que eu tinha dez anos, era o maior sufoco para ir daqui para Cananéia. (...) ela[a sua mãe] tinha que ficar de madrugada na beira do porto, que não tinha nem trapiche (...) Tinha que ficar na beira do porto com lampião, com tocheira de querosene, fazendo sinal para um rapaz do Ariri, que era parente do meu pai, ver a luz e chegar para dar carona. E assim era com a minha mãe e com o meu pai. Então dependia muito um do outro, depois que ele conseguiu o barquinho dele que facilitou um pouco, mas era muito difícil, a vida era muito difícil.”* (Bernardo)

*“ (...) eu lembro até 1960 era [barco] a remo, tinha um outro barco [público] já desde 1960 ou antes. Um barco que saía de Iguape e vinha até o Ariri uma vez por semana. [Mas] Ele não servia para todas as necessidades. Então pessoal ia remo para Cananéia. A partir de [19]65 que começaram a surgir algumas embarcações motorizadas... mas na comunidade foi a partir de [19]70 que passou a ter embarcação motorizada.”* (Edson)

*“ (...) tinha mais risco de morte, porque não tinha meio de transporte. Hoje aqui na região todo mundo com barco. A maioria do povo tem barco, 90% tem barco. Um problema de, sei lá, picada de cobra, um acidente mais grave, agora tem recurso. Agora em uma hora, você está em Cananeia, você pega uma voadeira e vai rápido.”* (José)

A questão do transporte público aparece nas discussões do Comitê durante a vigência do PGA somente duas vezes (tabela 03, página 87) e mantém essa constância durante a vigência da fase dois (tabela 07, página 108). Porém, ressaltamos que além do transporte público, quase a totalidade dos moradores do Marujá possuem barco particular motorizado devido a capitalização da economia local.

*“ Na época tudo bem, mas a agora a gente se lembra... Quem é que vai fazer uma coisa dessas[ir a remo para Cananéia]? Que nesse tempo a gente fazia, quem é que vai fazer?”* (Geraldo)



*“A vida nessa época era uma correria: só [barco a] remo, não tinha nada de [barco a motor]. Aquele barcão grande que a gente tem agora [balsa pública], que o governo deu, na época não tinha.” (Ana)*

Com o aumento do contato com centros urbanos intensificou-se a troca comercial. Esse impacto foi expresso nos memorialistas através das lembranças da alimentação.

*“(...) o povo tinha mais saúde aquela época em termos de alimentação, o povo comia coisas mais pura, não comprava essas coisas de mercado, não comia essas coisas de mercado, os filetes, a salsicha, essas coisas... Então o pessoal era bem simples, bem humilde e a vida, no dia a dia, era mais sadia, a alimentação bem pura. O peixe era assado na brasa, ou no fogo a lenha, ou senão cozido. O café era adoçado com melado, que fazia da cana, fazia aquela garapa, depois fazia o melado e adoçava o café com aquilo. A mistura do café era um peixe assado no braseiro, com uma batata cozida ou uma paçoca de cará, o pessoal fazia paçoca de cará com carne seca...” (José)*

*“Tinha o arroz, tinha o feijão, tudo da lavoura. Meu pai fazia o açúcar da cana, a garapa para a gente tomar de manhã com o cará, o cuscuz de arroz, o cuscuz de milho, de fubá, daquele milho socado. Ai meu Deus! eu lembro, me dá água na boca! Nunca mais a gente pode... depois que a gente veio para cá nos plantamos por muitos anos (...)*

*As comidas eram peixe cozido, que a minha mãe fazia. O pirãozinho. A gente matava o peixe de manhã cedo então peixe estava que era uma maravilha. A gente quase não comia peixe frito, era só quando era um peixe magro, porque a gente não usava o óleo que a gente usa agora que chama óleo ou chama azeite, eu não entendo... A gente usava a banha. Papai comprava de dois quilos, três quilos. E depois encostava na praia. Meu pai, quantas vezes, não achou latas dessas de dezoito litros de banha.” (Aparecida)*

De acordo com Santos (1982), o lugar está disposto a mudar, refletindo assim cada momento histórico e sua significação particular. Estas mudanças operam de acordo com uma dupla função do lugar: a realização de sua função social e as suas características particulares. De acordo como autor citado, o espaço não é uma *“tela de fundo inerte e neutro”* (p.16), isto significa que o espaço metamorfoseia-se de acordo com a estrutura social e histórica. E as memórias sociais podem expressar essas transformações.

A configuração espacial do lugar alterou-se na medida em que as condições históricas e sociais foram modificadas: as casas aproximaram-se, surgiram casas de veranistas, as quais estão em processo de demolição, a construção de novas moradias são burocratizadas, surgem mais estabelecimentos comerciais e intensificam as trocas com centros urbanos próximos.

O espaço alterou-se também em termos de distância: a ida para centros urbanos é facilitada, por meio da balsa pública ou barcos a motor particulares e o trânsito de turistas é mais intenso. Vemos que essas metamorfoses ocorrem por estratégia de sobrevivência, imposição do poder público ou relacionadas com as atividades produtivas.

Em relação ao ocorrido por estratégias de sobrevivência, vemos que os moradores da Ilha do Cardoso migraram para a comunidade do Marujá por lá encontraram maior rede social de apoio bem como maior estrutura, de educação, transporte e saúde.

Já em relação a imposição do poder público, ganha destaque a burocratização das moradias; muito embora o programa de apoio à regularização fundiária opere junto com a autorização de requerimentos via Comitê, e esse órgão seja consultado sobre a autorização, não cabe a ele a decisão. Podemos nos questionar se essa não é uma inclusão perversa, pois se cria um vestígio de participação na gestão do lugar, mas o controle da situação não está na mão dos comunitários: ordem de votação, autorização em si, termos de ajustamento de conduta ou adequação. Neste ponto nos deparamos novamente com a questão do adjetivo 'tradicional' ser usado como critério para restrições.

No atual contexto, poder público e comunidade são parceiros, ao serem consultados sobre construções, reformas e embargos de moradias, sistemas de

transporte e critérios de tradicionalidade. As vivências, experiências e modos de vida do passado servem como interpretação do presente e como um dos alicerces para o posicionamento atual.

Mas, ressaltamos que este processo não ocorre com uma divisão igualitária de poder; ou seja, a comunidade tem papel meramente “consultivo” e “informativo”. Esse é um passo importante para a gestão participativa, mas deve ser superado.

Por fim, em relação com as alterações no espaço oriundas de mudanças na atividade produtiva, vemos que as diferenças históricas do lugar ligam-se como modo de produção e atividade econômica particular. Deste modo, os vizinhos criam relações de cooperação e solidariedade baseados nas atividades da pesca ou do turismo, casas são adaptadas para receber turistas e o conjunto de edificações concentra-se em torno do píer. Como a relação com o trabalho é bastante complexa e, portanto, damos continuidade com a próxima categoria de análise: memórias do trabalho.

#### **4.2 Memórias de trabalho**

O trabalho no PEIC gira em torno de três atividades principais: a agricultura, a pesca e o turismo. Antes de trazer as narrativas de cada uma delas, consideramos importante a narrativa de José sobre o contexto geral da vida laboral antes da criação do PEIC que já introduz o leitor para o forte vínculo com o extrativismo, o fim da agricultura e o fortalecimento do turismo :

*“Antes do Parque a comunidade só vivia da pesca. Da pesca e da agricultura. Plantava, fazia a farinha, tinha melancia, batata e o arroz que plantava nas montanhas, [por que é] o lugar bom que dá arroz, terra boa, por que aqui na restinga a terra não é boa, é muita areia. [Antes da criação do PEIC] Podia plantar, então o pessoal vivia dessa cultura caiçara mesmo, turismo, naquela época, não existia na região.” (José)*

#### **Agricultura e pesca**

As práticas agrícolas nos remetem ao período anterior à criação do PEIC. Época de isolamento comercial e social e de dificuldades financeiras. O saudosismo romântico que permeia as memórias das práticas agrícolas é combinado com a aspereza das dificuldades financeiras.

*“Eu hoje me sinto muito feliz, eu também me sentia feliz no tempo que eu era criança. A gente sofria um pouco, naquele tempo, no tempo dos mil-réis, para ganhar dez mil-réis fazia um sacrifício. Naquele tempo o peixe, havia de mais, tinha demais só acontece que ele não tinha valor. Só que as coisas eram mais baratas, mas a gente não podia ter tudo o que queria. A gente não tinha um guarda-roupa para guardar a roupa, a gente guardava em caixa. E hoje não, as coisas estão mais caras, mas a gente vive melhor.”* (Aparecida)

A narrativa de Bernardo sobre a agricultura ratifica o exposto nos capítulos anteriores sobre a primazia e importância dessa prática na cultura caiçara da Ilha do Cardoso, antes das imposições legais.

*“[O meu sogro] plantava roça sozinho, quando morreu deixou uma roça com um pouco de mandioca... E ele não plantava rocinha pequena não, era um campo de mandioca. [Plantou tudo] sozinho. (...) não tinha hora para ele plantar, era de dia e de noite.*

*[A gente] Plantava mandioca, às vezes melancia, plantava abóbora-moranga, feijão, milho (...) Era para nós comermos e para vender, quando sobrava, a gente vendia. Vendia aqui mesmo no Ararapira, daqui do lado no Paraná (...)*” (Bernardo)

Vemos que a agricultura era uma prática voltada, principalmente, para a subsistência. Sem meios de conservação dos alimentos e pela distância e dificuldade de locomoção para centros urbanos em tempos remotos, os alimentos eram produzidos e consumidos dentro da própria comunidade. A memória social narrada por Edson nos mostra o porquê da primazia da agricultura em detrimento a pesca fornecendo indícios sobre como a criação do PEIC repercutiu na cultura caiçara:

*“ (...)Até [19]62 não tinha Parque e a atividade da comunidade era agricultura e pesca (...) era mais forte a agricultura que a pesca. Por dois fatores: primeiro, porque a agricultura era enraizada na cultura caiçara, que mexiam muito na terra; e em segundo plano, a pesca não tinha comércio que hoje tem. O produto da pesca era muito pouco comercializado por duas razões: primeiro, não era muito a cultura brasileira comer peixe, e segundo, porque não tinha meio de conservação, não tinha gelo, não*

*tinha nada. Com exceção da tainha que era pescada no mês de junho/ julho e era salgada para vender ela seca, que ia para o mercado competir com a carne seca, carne de vaca seca, que tem até hoje. Então a atividade era mais a agricultura.*

*A gente plantava mandioca para fazer farinha, mandioca para comer o aipim que é cozido ou frito, batata doce, feijão, arroz, cana-de-açúcar, banana, plantava muita coisa. Mas a produção que a gente vendia mesmo na verdade era um pouco de feijão – [porque] tem muita pouca terra ácida (...) A gente plantava mesmo, por que vendia, era arroz e farinha de mandioca. O arroz porque tinha muito terreno alagado de pé de serra, que é muito fértil para o arroz. Era a produção que mais era desenvolvida em maior escala. A maior escala que eu estou dizendo é no padrão caiçara, que é aquelas roças de plantar 40 litros de arroz (...). E o que a gente plantava mais era arroz, por que era o que dava maior volume de produto e de grana também.” (Edson)*

A narrativa de Aparecida rica em detalhes nos ilustra o cotidiano e práticas da lavoura e, em especial, da lavoura de mandioca e confecção de farinha. Esta memória remete a uma crônica do cotidiano, a memória de um episódio transitório, de um evento sem continuidade e preservado pela história oral e na memória social dos membros da comunidade do Marujá. Ela representa as histórias contadas e evocadas com frequência por estes entrevistados, os “causos”, que se tornam a parte constitutiva da saga de afirmação no processo de territorialização destes moradores.

*“Hoje em dia ninguém tem mais [plantação de mandioca], depois que virou Parque ninguém mais conseguiu plantar. Que saudades do forno...*

*(...) [Uma vez] Minha rocinha era ali no caminho de casa, cheguei, tirei, tirei, tirei mandioca, fiz um balaio, arrumei bem arrumadinho e depois de um dia para eu levantar? Coloquei um pau assim e me segurando nas costas para levantar. Vim trouxe o balaio pra casa, eu mesma descí tudo e fui buscar o outro. Fiz um saco bem grande com o Maurício, que ele carregava bem [por]que ele é forte, saco de ráfia que é feito de plástico. Eu enchi bem, bem, bem e deixei lá para ele e fiz outro balaio para trazer para cá, quando chegou a noite eu tomei banho, já tinha feito janta, jantei e fui deitar, me agarrei no sono e não queria dormir muito.*

*Quando eu levanto onze horas da noite. Não acredito, onze horas! Essa hora eu fui para a casinha que era aqui assim separada, peguei e fui para lá. Fiz café, tomei café e fui para lá ralar mandioca.*

*Quando o dia vinha clareando eu já tinha raspado tudo. Lavamos, ela me ajudou a lavar, quando o Maurício chegou, eu fui chamá-lo para ralar. Ele acordou, tomou café e fomos ralar. Quando chegamos aqui não tinha lenha, ‘Bom, tem bambu seco?’. Eu peguei dois feixes bem grandes. Eu ainda carreguei lá depois eu vim, almocei, e voltei eu pegava aquele tipiti grande sozinha e carregava até em casa... deram dois tipitizões. Tipiti é feito de taquara é grande ele pega quase três sacos de farinha.*

*Eu moí toda a massa, tornamos a colocar outra vez. Viemos para casa, ainda lavei roupa, antes de anoitecer, daí tomamos banho eu e a minha neta e fomos nos deitar. Você acredita que quando foi onze e meia, eu estava de pé outra vez? Essa hora eu chamei o Maurício, que preguiça do Maurício levantar, ele ficou aqui e eu me larguei. Cheguei lá tirei sozinha esse tipiti de massa, deixei o outro que eram dois tipiti, trouxe um para casa e deixei o outro lá, coberto. Eu moí um pouco, comecei a fornear, quando amanheceu o dia faltava um tipiti o outro já estava torrado.*

*(...) Aquela farinha é muito gostosa. Hoje nós estamos comendo uma farinha que na feira também tinha, uma farinha igual a minha. Porque a mandioca que nós raspávamos e nós tirávamos todo aquele preto, aquele que amarela para deixar bem branquinha. Então ficava aquela farinha bem branquinha, bem branquinha, bem torradinha, bem miudinha. Meu Deus do céu! Meu pai, ele abanava assim a farinha para comer aquele caroçinho com café. Tinha mistura, mas ele gostava disso, era o gosto dele. (Aparecida)*

As memórias sobre as plantações, confecção e consumo de farinha são constantes e a própria revisão do plano de manejo, especialmente a fase 2 atribui às casas de farinha o *status* de patrimônio cultural. Porém essas edificações estão se deteriorando, o marco físico dessa memória social está se esvanecendo. A memória social narrada por Soraia no tópico anterior (memórias de lugar, pág. 116) também ilustra essa afirmação, ao narrar que a neta Maria teve que adaptar a antiga casa de farinha do seu avô Tião para fins residenciais, quando teve seu pedido de construção negado.

Os relatos ricos e saudosos cedem lugar aos que narram o abandono da prática da agricultura.

*“A partir de [19]69 já não se plantava muita roça de arroz de feijão, se plantava mandioca, batata, milho... mas as roças grandes de feijão, de arroz, com o Parque, eram mais difíceis de fazer. Depois ainda foi feita uma, depois, no morro, que a gente chama de Puleiro, teve um mutirão e foi plantado uma roça de arroz comunitária. Mas já não se plantava tanto (...) o pessoal deixou de fazer essas roças grandes por causa do Parque, mas continuou a fazer essas roças de mandioca que eram roças menores. Ali até que eles plantavam um feijão, um arroz, um milho, mas em pouca escala. Não era em grande escala como antigamente era feito. Eles juntavam duas, três famílias e faziam roças grandes. Daí sim, eles iam se alimentar só daquilo que eles produziam.*

*O hábito que se tinha era o plantar. Hoje por mais que se tenham leis que se permitem o gestor dar o direito [para fazer roça], mas a dificuldade para se conseguir é enorme. E essa tradição é uma coisa difícil de se voltar. Porque se deixou de plantar, eu não me recordo a data foi de [19]80, 80 e poucos para cá. Então são trinta anos*

*praticamente que ninguém faz mais isso. Pulou-se uma geração. (...) Se a pessoa, roçava, desmatava, eles vinham aí, davam multa, ia para o fórum e a multa era alta. São vinte anos, essa geração passou e essa geração que veio já não tem mais esse costume. Pode ser que se houvesse um pouco mais de flexibilidade e eles incentivassem o cara voltar a plantar... para uso, mas também para oferecer para os turistas também uma atração (...) Não só isso, mas muito mais coisas que se fazia, coisas na parte cultural que se fazia: para se fazer a farinha eles tinham que fazer uma peça de cipó chamada tipiti, ali onde botava a mandioca ralada para escorrer. É bonito de se fazer! Fazia gamela, fazia cestas, fazia um monte de coisas que o povo deixou de fazer, é um passado que está indo embora...” (Bernardo)*

Temos, portanto, que a agricultura é uma prática extinta pela criação do Parque. No início do PEIC, as leis ambientais proibiram o cultivo, pois se considerava que este causava o desmatamento e incorporava ao ecossistema espécies exógenas que poderiam causar impacto ambiental. Somado a isso, podemos apontar também o maior contato com centros urbanos que possibilitou a maior capitalização da economia local, fato que possibilitou a aquisição de produtos manufaturados em detrimento a agricultura de subsistência. Assim, conseqüentemente, as práticas agrícolas não foram transmitidas para as gerações seguintes.

Porém, embora seja uma prática extinta a agricultura ainda faz parte da cultura local, exatamente pelo seu significado na memória social. Enquanto essas memórias circularem e interagirem, o caçara agricultor ainda estará presente na identidade da comunidade do Marujá. Estas memórias podem perdurar com o incentivo à conservação dos lugares de plantação e produção e dos utensílios utilizados, ou seja, com a preservação da base material dessa memória.

A pesca também sempre foi uma atividade presente no cotidiano da Ilha do Cardoso, baseada em técnicas tradicionais e feita, normalmente, por grupos de pescadores, ela garantiu a subsistência dos moradores junto com as práticas agrícolas.

*“Até [19]66 minha pesca era só no estuário, era de cerco e de rede. A partir de sessenta e sete que eu comecei a pescar no mar aberto. Daí, pesquei uns sete/oito anos no mar aberto.*

*Tinham várias atividades. Tem a pesca de fundeio que largava a rede ancorada com âncoras de ferro e deixava pernoitando e no outro dia ia recolher, tirar o peixe para trazer e deixava [a rede] outra vez. Um outro tipo de pesca que a gente fazia, e faz até hoje é o laceio: a rede largada na água e vai andando pela água e o peixe vai malhando. E a gente vai recolher, pega de manhã, no meio dia, se prosperar vai até a noite. E também larga [a rede] na noite de lua. Outro tipo de pesca que fazíamos, que era o meu forte, era pescar no entorno da Ilha: cercar o costão [com rede] e bater o motor, barulhar a água para o peixe correr e bater na rede. Essa aí praticamente exigia que a gente dormisse na Ilha. Eu dormi várias noites, lá na ilha do Figueira (...). E todas essas técnicas dependem do tipo do peixe e da época do ano. Essa técnica [de lançar a rede e bater o motor], basicamente, era para sororoca. Para tainha, já é lança na praia, para cação e outros peixes é rede armada, caceio. Sororoca também pega no caceio (...). Tem vários tipos de pesca alinhados com determinada época do ano.” (Edson)*

*“E fora isso, [tinha] os mariscos nas pedras que eles tiravam e cozinhavam. E meu pai também fazia isso, tinha um japonês que comprava o marisco em conserva então ele ensinou o meu pai a fazer essas conservas. Então ele tirava o marisco e desmariscava ele cru, sem cozinhar para fazer ele em conserva.” (Bernardo)*

Novamente, Aparecida nos saúda com uma crônica dessas práticas. Ela nos narra a memória de um dia de lanceio, técnica na qual a rede é deixada na água e depois dois pescadores a retiram, um segurando a parte superior e o outro, a inferior de modo a capturar o peixe:

*“Quanto trabalhar! Eu ia lancear com o meu pai, eu ia para o mangue para pegar [peixe] no laceio. Uma hora da madrugada, quando não era meia noite, nós saíamos. Meu pai falava para minha mãe ‘Você faz uma garrafa de café para a Aparecida, põe mistura, põe cobertor, põe tudo aí para ela, que ela vai comigo’, ‘Vai levar a criança por aí, com esse frio que faz?’. E ela pegava um paletó punha em mim, me dava uma coberta. E chegava lá eu ajudava ele a passar as redes, ele cortava aqueles pauzinhos de mangue para enterrar o chumbo e eu levava a canoa para ele. Depois que fazia tudo, que arrumava tudo em ordem, nós vínhamos e ele dizia ‘Agora minha filha, deita e durma sossegava’. Eu deitava ali, pegava o cobertor forrava bem forrado, me deitava e dormia, quando o dia vinha clareando ele me chamava, meu Deus, que bondade! Ele me chamava, pegava o café na garrafa, tomávamos o café e íamos tirar o peixe. O que nós tirávamos de peixe! Canoadas de peixe! Nossa senhora, você nem imagina.*

*E quando foi um dia, nós viemos lancear com ele no rio, eu e a minha irmã e meu pai. O peixe voou para dentro da rede. Ele falou ‘Aparecida puxa a rede assim por cima e a Rosa puxa o chumbo [parte inferior da rede]. Assim bem baixinho’. Eu entendo tudo isso. Eu peguei na cortiça e fui levando bem em cima para o peixe não pular, e minha irmã me levanta o chumbo assim com tudo! Meu pai ficou bravo eu disse ‘Rosa! Não faz isso pelo amor de Deus!’ A bicharada foi saindo e esse homem gritando e não pode gritar: foi como se alguém fechasse a boca dele e apertasse a garganta. Ele ficou tão bravo, que não pode falar nada.*



*Nós fomos tirar apenas o que? Um cesto de peixe.... [silêncio] Ele não pode mais falar, não pode nada. Ele queria falar, mas não conseguia [por]que fechava a garganta dele assim, daquele sentimento. Ele ficou naquele estado de nervo. Dava dó de olhar para ele, que ele vinha falar e não conseguia. Depois de muito tempo, que nós colhemos a rede com ele, ele falou 'Agora minha filha, me ajude a levar o peixe' foi só o que ele falou, ainda devagarzinho.*

*Depois nós fomos em casa e a hora que mamãe chegou, que ele trouxe o cara para buscar o peixe que ela pensou que tinha matado... um cestinho de peixe só. Minha mãe chorou que só vendo.... [silêncio] um cestinho de peixe... foi tão rápido que não deu tempo nem de eu abaixar, se eu abaixasse também, [o cardume]saia por cima. Então saiu por baixo.” (Aparecida)*

Muito embora a pesca fosse uma prática comum e o peixe abundante; o comércio não existia devido às condições de conservação, transporte e mercado do pescado. Desta forma, o destino da pescaria era, como a agricultura, em sua maioria, a alimentação.

*“E a pesca [antes da década de setenta] era para comer. Eu lembro que tinha muito peixe. E meu pai saía ele pegava um balaio de robalo, de garapeva, tinha que salgar um montante e preparar para guardar (...). A gente não conseguia vender, tirar o peixe para vendê-lo fresco. A gente o vendia charqueado. Naquele tempo tinha que limpar todos os peixes, salgar, secar e vendê-lo seco. E vendia em saco de sessenta quilos, saco de algodão que tinha antigamente, de linhagem que chamavam. Não tinha comércio dele fresco para nós aqui.*

*Hoje seria mais fácil, tem vários barcos aqui na região que você manda buscar um gelo lá em Cananéia (...). Refrigerera, vende-o fresco, gelado. Hoje em dia, tem comércio em Cananéia, você pesca o peixe aqui e vende lá em Cananéia. Neste ponto a gente tem mais um recurso. Que antigamente, na minha época, a dificuldade era grande [por]que tinha que trazer o peixe, para a mãe da gente limpar. Era o dia todo para limpar o peixe. E não tinha embarcação motorizada, era a canoa remo. E a gente, o pessoal daqui era pobre mesmo, com pouco recurso. Tinha muito peixe na época, só que não tinha comércio para gente aqui na região.”*

*(...) O pessoal vivia de lavoura, fazia a farinha para vender e salgava peixe e o vendia seco e o marisco também. O marisco eles cozinhavam, desmariscavam o marisco e punha nos tabuleiros de taquara e secava e vendia ele seco. Várias espécies, tudo seco. Era o meio do povo sobreviver.” (José)*

Com o declínio da agricultura decorrente das proibições impostas pela criação do PEIC e a melhoria das condições de comercialização, a pesca tornou-se a atividade econômica principal.

*“O recurso para você viver, o financeiro, era o peixe. Pescava, vendia e recebia. Pegava a canoa, [porque] a canoa não era minha, e pescava em quatro*

*peessoas. A gente ficava com sessenta por cento do total. Se dava mil reais de peixe, nós ficávamos com seiscentos e quatrocentos era do dono da canoa. A gente descontava o diesel e o gelo. E o lucro, pegava esse valor e dividia (...). Para o mar a gente sempre ia junto, em quatro pessoal, porque para puxar a rede é quatro pessoas (...). Tem que entrar na água, sair de volta. Então ficava com uma equipe. A gente pescava com rede para cação, rede para sororoca. E a gente revezava quando tinha muito material, rede, que tinha que remendar. Então punha o barco na água, ia dois para o mar armar a rede e ficava dois em terra para aproveitar para dar uma arrumada na rede.” (José)*

A capitalização da atividade reduziu o número dos envolvidos, pois agora o recurso financeiro obtido seria dividido e também interferiu nas técnicas artesanais utilizadas.

*“Hoje em dia elas continuam, hoje introduziram a pesca de rede da pescadinha, que antes não tinha. Mas perderam, por exemplo, a pesca de cação, [por]que tem muito pouco cação. É bem fraquinho. E o arrastão de praia de fazia muito e agora não faz. Por que o arrastão de praia é uma pesca mais social, mais comunitária. Precisa de muita gente e o pessoal gosta de pescar em um ou dois. Não gosta de ir em muita gente porque precisa dividir [o lucro com a venda]”.* (Edson)

A atividade pesqueira compete com o turismo, o qual é mais rendoso; ao mesmo tempo em que o número de peixes diminuiu. Porém, a ênfase na pesca é reforçada pelo fato dela reafirmar a ‘tradicionalidade’ na luta pela permanência no local.

*“(...) A pesca perdeu bastante espaço para o turismo. Depois de [19]70 a pesca foi o carro chefe porque foi o que garantiu a nossa permanência, entre as décadas de setenta e oitenta, a repressão começou a ser mais forte e a aplicação da legislação do Parque. Nós ficamos por causa da pesca, porque tínhamos a receita maior da pesca. Nós que e eu estou dizendo são [as comunidades de] Marujá, Enseada [da Baleia], Pontal [do Leste], Cambriú e Foles (...) tinha, pelo menos, umas doze comunidades de moradores nativos, esses foram embora com a repressão florestal que não podia desmatar. Eles tiveram que sair e saíram sem serem ressarcidos. Foram para Cananéia, uns foram para Iguape. A pesca de manjuba em Iguape absorveu bastante (...)*

*Até [19]70 era mais agricultura, a pesca era bem fraquinha; já em [19]70, com a tecnologia, gelo, barco pesqueiro, comprador que vinha até aqui buscar, começou a ter uma cara mais de pesca. O pessoal pescava mais, e este foi o elo que favoreceu a nossa resistência. A pesca. Da década de oitenta em diante começou a decrescer a pesca e entrou a receita do turismo.”* (Edson)

Todavia, devemos ressaltar que independente da atividade financeira ou de sobrevivência; a pesca é uma atividade de lazer típica da região.

*“Eu sou doente por pescaria, adoro pescaria! Eu sempre fui profissional, hoje em dia eu diria que sou artesanal. Está no documento da gente. Eu adoro pescaria por esporte, adoro pescar de vara. É uma satisfação, um divertimento, quando você vai que tem peixe, ou você pesca com artificial ou com corrupto. Você pega um monte de peixe, quando tem peixe. É gostoso, o peixe que você pesca na vara tem mais sabor, é mais divertido! Quando você está pescando é uma sensação muito boa! Pegar o peixe, tirar ele, brigar com ele na linha. Muito gostoso!” (José)*

Podemos perceber que a pesca sempre foi presente no cotidiano da Ilha, seja como recurso de subsistência ou financeiro. Tanto a pesca como a agricultura são consideradas na revisão do plano de manejo – PGA e na fase 2– no Programa de manejo sobre a interação socioeconômica. Neste programa indicou-se a necessidade de estudos que embasassem a compatibilidade da comunidade tradicional e o ideal da conservação e também propostas de compatibilizar a gestão ambiental com a cultura local.

A análise das atas do Comitê indica que este Programa progrediu. Temas como atividade pesqueira, especialmente nos anos de 2001 e 2004; uso de recursos naturais; fiscalização e legislação ambiental foram recorrentes. Em ambas as etapas da revisão, foram criados também os Programas de proteção e fiscalização ambiental. Nessas discussões a pesca teve mais espaço que a agricultura.

Neste contexto as memórias sociais narradas mostram que as práticas da pesca começam a ganhar importância e expressividade quando as práticas agrícolas decaíram. Em determinado momento, a pesca foi supervalorizada por reafirmar a ‘tradicionalidade’ local; mas, podemos questionar por que a agricultura não foi? Talvez isso resulte de políticas abrangentes que não consideram as particularidades regionais. Normalmente, caiçara são pescadores; porém Diegues (2005; 2001) já nos alerta que os

caixaras do litoral da mata atlântica paulista desenvolveram sua cultura voltados para a agricultura sendo que tal afirmação é corroborada nas memórias dos moradores da Ilha do Cardoso.

Em consossância, Leff (2003) nos alerta que o discurso do desenvolvimento sustentável em tempos de globalização induz nas sociedades locais um pensamento global

(...) que nada mais é que o discurso economicista do crescimento sustentável, quando o desafio da sustentabilidade é pensar nas singularidades locais e construir uma racionalidade capaz de integrar as diferenças, assumindo suas incomensurabilidade, sua relatividade e sua incerteza (p.15).

Ressaltamos que esta contradição entre fim da agricultura e valorização da pesca também está ligada a outros fatores como: maior rentabilidade econômica, maior troca comercial e grupos de solidariedade na produção.

Todavia, ao mesmo tempo em que as práticas agrícolas extinguiram-se, as pesqueiras sobreviveram e reinventaram-se, apesar das adversidades da eminente extinção/declínio populacional de determinadas espécies decorrentes da pesca em larga escala de navios pesqueiros próximos a área de Conservação ambiental. E, pela integração desses fatores, a identidade de pescador caiçara do PEIC é incorporada e enfatizada nas memórias sociais ao mesmo tempo em que a identidade de pescador caiçara é enfatizada por estas memórias, mas não o é pelos programas do PEIC.

## **Turismo**

Embora todos os planos de manejo tenham enfatizado o objetivo do Parque Estadual para o estímulo ao ecoturismo, as memórias dos moradores atribuem o seu desenvolvimento à demanda espontânea de moradores da região do Vale do Ribeira e ao início da especulação imobiliária. Essa interpretação pode ser um reflexo da distância entre gestão e moradores que marcou a fase inicial da criação do PEIC.

*“O turismo começou na década de setenta, mas muito lentamente. Jovens que vinham acampar e esse grupo não teve nenhuma propaganda por parte da comunidade. Foram os visitantes que propagaram e começou a crescer. E na década de oitenta começou a crescer com maior intensidade. Mas independente do Parque, aliás, tinha gente que chegava e nem sabia que era Parque.*

*O turismo apareceu independente do Parque e independente do loteamento. Eles[os especuladores] lotearam e venderam muitos lotes a partir de [19]54/55, mas em [19]62 teve o decreto do Parque e os caras que tinha comprado, venderam basicamente para operários de São Paulo. Imagina o cara lá em São Paulo: ‘Um lote na beira da praia!’ mostrando fotografia, os caras compraram, nem vieram ver. (...) Aí com a decretação [do PEIC] os caras pararam de pagar. Então quem tinha já o recibo de quitação pegou o documento do lote e quem não tinha não pegou, abandonou.”* (Edson)

A atual gestão participativa mostra que houve esforços para a divulgação do PEIC para fins de ecoturismo. As tabelas 3 (pág. 87) e 7 (pág.108) nos mostram que também foi discutido, de forma esporádica, nas reuniões do Comitê de apoio à gestão o tema de publicidade sobre o PEIC. O conteúdo dessas publicidades era divulgar as belezas naturais da Ilha, a infraestrutura para o recebimento dos turistas e a gestão comunitária do ecoturismo.

Os primeiros grupos de turistas tinham um perfil diferente do atual eram, principalmente, pescadores amadores. Com a divulgação do PEIC, hoje em dia além dos pescadores, o turismo é composto por jovens e famílias.

*“O turista vinha para pescar. Aquele turismo não era de banhista, o cara vinha para pescar. Passava o feriado, o fim de semana pescando, pegando pessoas daqui para pescar. Tinha gente que pegava isca, o camarão vivo para vender (...) não existia o turista pra curtir praia. Não tinha.*

*Só tinha essas [duas] pousadas que abrigavam os turistas. E depois com o tempo os turistas foram descobrindo isso daqui. Os turistas, as famílias vinham para cá*

*passar as férias. E começou a vir outro tipo de turista, que vinha para curtir a praia, a natureza. E aqui como é uma praia muito boa, em termos de limpeza, não tem esgoto na praia, não tem... a praia muito limpa, sossegada, não tem roubo. Não tem nada. Então o pessoal vem descansar mesmo, curtir os forrós e a praia, de dia na praia.” (José)*

Certamente, o aumento no fluxo de turistas interferiu na vida cotidiana. Ocorreu a capitalização da economia e maior circulação de produtos e culturas, como já foi abordado. Mas também houve a iminência da gestão desse fluxo: adequação do perfil, distribuição das condições de obtenção de renda pelos moradores tradicionais, educação ambiental tanto dos moradores quanto dos visitantes. O PGA alerta para o turismo desordenado no PEIC e aponta a necessidade de ordenamento, na fase 2 surgiram as primeiras iniciativas de ordenamento e, atualmente, o PEIC é um modelo de gestão comunitária do ecoturismo.

Vemos nas tabelas 03 (pág.83) e na tabela 07 (pág. 103) que a temática do turismo foi muito frequente nas discussões do Comitê, com menor frequência aparece o tema Educação Ambiental e Monitores Ambientais, respectivamente. Cabe ressaltar, que o Programa de educação ambiental é previsto tanto no PGA quanto na fase 2.

Por iniciativa própria e com estímulo da gestão, todas as casas têm as vagas para receber os turistas divididas democraticamente e isso é previsto no plano de manejo e controlado e fiscalizado pela AMOMAR e pelo Comitê.

*“(...) Quando começou a pintar o turismo, todo mundo dizia que era uma coisa boa; então a gente começou a se reunir para discutir o turismo. E quando eu digo se reunir, não pense que era uma assembleia que vinha a comunidade toda, era uma meia dúzia que topava vir conversar. Para ver qual [turista] nós queríamos, com quem a gente queria trabalhar. Eles não descartaram até hoje o pescador esportivo, (...) o caseiro já está com os dias contados porque as casas estão sendo demolidas. Daí ficou as duas categorias que deixam recursos. Que deixam problemas também, mas que deixam recursos. Tanto é que nós quando distribuímos as barracas, nós queríamos fazer –isso na gestão do antigo diretor– fazer duas áreas de camping comunitário grandes. Até a verba que a gente usou no projeto da água, estava prevista inicialmente para fazer estas áreas de camping comunitário; mas daí quando a gente fez a análise do lençol, chegamos a conclusão que, na assembleia, nós mudamos a prioridade, foi muito feliz a mudança.” (Edson)*

*“Do turismo foi legal! Depois que foi feito reuniões, que foi colocado regras, pelas quais cada morador que quisesse poderia ter o seu camping, por que antes as pessoas que vinham e acampavam em qualquer lugar. Não tinha limites, então era ruim! O pessoal não tinha noção, apesar que [atualmente] muitos não tem: jogam a latinha que bebem no chão. Mas na época, ninguém estava preocupado com isso. Eles vinham sujavam, depois iam embora. Os moradores catavam o que estava no seu redor [das moradias]. Então foi legal ter regras, limite de número de pessoas para entrar na comunidade. Isso foi muito bom, pelo menos parou aquela baderna...”* (Soraia)

Geraldo nos narra uma crônica do cotidiano sobre a organização do turismo:

*“Teve um tempo lá naquele canto, perto da escola, armaram sessenta barracas naquele lugar. Então o povo falou: ‘Meu Deus! Se só lá foram sessenta [barracas] e para cá quantas vão chegar? Mais de mil barracas!’ Daí começaram a controlar (...)”* Aqueles [turistas] que não sabiam, saiam do barco com a mochila e iam tudo para a praia. Chegando lá, ficavam em qualquer lugar (...) e aquela sujeira (...) Depois que começou isso aí [fiscalização ambiental], quando ia gente lá para a praia, já tinha gente para avisar: ‘Aqui você não pode acampar, porque agora tem uma lei que não pode assentar barraca em qualquer lugar’ e assim foi indo...” (Geraldo)

As lembranças de pobreza e dificuldade financeiras dos tempos remotos começam a ceder lugar àquelas de melhoria das condições de vida nas narrativas de todos os memorialistas:

*“Agora hoje mudou tudo, mudou muito demais. Depois que eu vim para cá nós tivemos uma felicidade tão grande. Por que lá, e verdade que a gente vivia de farinha, de peixe, quando dava. Mas nunca a gente podia ter o que a gente lisonjeava. Não tinha um armário, não tinha uma pia, não tinha um banheiro, não tinha nada nessa vida. Agora hoje não, hoje, graças a Deus, tem de tudo.”* (Aparecida)

*“(...) A sorte desse lugar aqui, desse povo aqui, é o turista (...) O cara tem que segurar o dinheiro que ganha pouco nesta época, [pois] o ano é comprido, [o dinheiro quem que durar] até chegar o outro tempo [de alta-temporada]. Se não fosse o turista, muitos não estavam aqui. Eles trazem muito dinheiro para o Marujá (...)”* (Geraldo)

*“Agora a transformação [da comunidade com] o turismo é o que eu sempre falo: naquela época era gostoso de se viver? Era, sempre foi bom morar no Marujá, sempre foi gostoso; mas se você se pensar, hoje há mais facilidades para se viver aqui porque o turismo veio contribuir.... Hoje em dia é difícil que não tem um barquinho, seja a diesel ou motorzinho de poupa e isso antigamente não existia. E isso não é luxo, é necessidade.”* (Bernardo)

Mesmo com todas essas possibilidades de melhoria nas condições de vida o turismo também era visto com receio, especialmente pela descaracterização da cultura caiçara e possíveis impactos ambientais:

*“(...) a nossa visão era que a entrada do turismo teria uma série de consequências, por exemplo, a primeira e mais grave, a descaracterização da cultura, segundo, a contaminação de lençol [freático], terceiro, a poluição ambiental com lixo e a visual também. E esta coisa do consumo foi muito forte no plano cultural e social. O impacto do turismo foi muito sério. Você imagina com o declínio da pesca, não podia fazer agricultura. Para poder viver, quando apareceu o turismo, todo mundo pensou: ‘O turismo é a bola da vez, é a chance!’” (Bernardo)*

Obviamente, a entrada do turismo exige uma readequação da rotina e hábitos dos comunitários. Os relatos destacam a necessidade de melhoria de infraestrutura, de educação ambiental e da alteração das relações de vizinhança, pois na época de veraneio a maioria dos comunitários centram-se nas práticas voltadas para o turismo as quais ocorrem dentro do núcleo familiar e do espaço doméstico. Acompanhem as narrativas.

*“No começo daqui o povo não era educado para trabalhar com o turista. Hoje em dia todo mundo já está acostumado com o turismo. Já está acostumado, já tem um recurso melhor, já tem um telefone em casa para comunicação. A pessoa já liga direto para você, o cara lá em São Paulo, já faz uma reserva. [Você] Já passa o preço. [Você] Já faz o transporte, dá uma agilizar um pacote só, incluído com o valor do transporte de Cananéia para cá. Então o pessoal está todo acostumado. Mexer com os turistas, conversar, sempre o pessoal pede informação, a gente dá informação, educa o turista sobre o lixo. Aqui em caso eu já falo para o turista, que pergunta alguma coisa, sobre a comunidade, sobre da cultura caiçara. Se levar uma cerveja pra a praia, não jogar a latinha, trazer, botar uma sacolinha. Separar o lixo, então a gente já dá uma... a gente cobra do turista para não jogar lixo nas trilhas.” (José)*

*“E eu acho que com o turismo vindo como veio, a gente vive mais como no verão. Não que seja ruim, a gente está trabalhando, é a época que a gente ganha dinheiro para viver no inverno, só que ninguém se vê. Por que [no verão] cada um está trabalhando na sua casa. Aí passa fevereiro ‘Nossa! Quanto tempo!’. Não que seja ruim, mas mudou! Todo domingo, quem cuida da igreja somos nós, as mulheres, e as mulheres todas têm pousada e fazem refeição. Então chega a época do verão, passou o natal, não existe mais celebração por que nós não tempo mais de ir lá. Depois do carnaval, nós voltamos com tudo. Então mudou tudo isso.” (Soraia)*

Com todas essas metamorfoses, podemos nos indagar qual a sua influência na identidade tradicional. Antes de mais nada, vamos dar ouvidos aos moradores.

*“(...) Mas tem o outro problema que a gente encara que é a identidade cultural do caiçara; por que se ele virar hoteleiro a identidade vai para o brejo. Aí essa é uma coisa que a gente está sempre pensando, sempre vira nas pautas de discussão (...) A*



*sociedade não é estática, é dinâmica. Mas o que justifica o morador tradicional morar em uma Unidade de Conservação é a sua cultura, o seu modo de vida. Então não pode perder este modo de vida, acho que dá para conciliar as coisas tranquilamente [turismo e modo de vida tradicional].” (Edson)*

*“A atividade econômica aqui é o turismo aliado com a pesca. Mas a gente sabe que a pesca está difícil, então hoje para sobreviver só da pesca é muito complicado. E o perfil do turismo que vem para cá mudou muito.*

*A identidade cultural é uma coisa que eles sempre falaram: ‘Nós vamos perder a identidade cultural’. Eu não vejo que a gente vá perder isso, com a criação do Parque, infelizmente, a gente já tinha perdido muita coisa. Porque as pessoas caiçaras foram impedidas de fazer as roças, foram impedidas de retiradas das canoas. Foram impedidas de várias atividades que hoje, com o plano de manejo autorizando, a burocracia ainda é muito grande. E autoriza com limites.*

*A primeira coisa do morador tradicional é ter as raízes aqui fincadas. E por raízes eu digo antepassados, formadores deste local, de conscientização, de luta pelo ideal e pela permanência disso (...)*

*Ser caiçara é isso, é viver em comunhão com o meio ambiente sem causar nenhuma agressão.” (Bernardo)*

Nessa dissertação defendemos a identidade cultural enquanto processo fluído e sujeito a transformações. A cultura não seria práticas, mas o que leva o sujeito a aderir, ou não, a elas. Neste sentido vemos que a natureza sempre foi a matéria-prima da atividade produtiva caiçara da Ilha do Cardoso; porém antes da transformação em Parque Estadual, o extrativismo era a atividade principal e, atualmente, a natureza serve como base para as atividades de ecoturismo. Portanto temos que mesmo que as práticas tenham metamorfoseado continuam tendo como núcleo central o pertencimento local e a forte relação e dependência com a natureza.

Segue a fala de Bernardo sobre a atual relação harmônica com a natureza:

*“Eu vejo que o turismo foi a forma de conciliar a vida dos caiçaras aqui dentro sem a agressão a natureza. Porque hoje, praticamente, a Ilha do Cardoso, as pessoas que vivem aqui não tiram nada de dentro daqui, do Parque da Ilha do Cardoso. Antes eles tiravam o mourão, tiravam a taquara, a caça, hoje não tiram nada. Hoje dá dó da gente ver palmitero clandestino acampando e tirando muito palmito...” (Bernardo)*

Muito além das imposições legais, essa transformação ao turismo também é uma adaptação ao mercado; pois é mais rentável e gera maior fluxo de capital. Pela análise

dessas três categorias, vemos estratégias de reconstrução das práticas produtivas fundadas não só no declínio das práticas agrícolas, mas principalmente em estratégias fundadas na conservação ambiental e no potencial produtivo dos ecossistemas, em especial o turismo. Desta forma, entre controvérsias e busca por alternativas produtivas e econômicas, há o predomínio de estratégias de valorização do ambiente natural e declínio de outras estratégias de manejo produtivo da biodiversidade.

Somado a isso as práticas produtivas desenvolvidas no interior da Ilha, assim como em demais regiões do litoral paulista, foram marcadas pela integração da comunidade humana ao sistema produtivo dominante, seja pré-capitalista ou já capitalista. Mesmo com as mudanças produtivas, parte das comunidades permaneceram no local mesmo após a estagnação ou declínio das atividades produtivas e econômicas. Elas nunca se isolaram do sistema econômico vigente, mas mantiveram uma relação de subordinação, pois a sua participação consistia no provimento de produtos de extrativistas, seja animal ou vegetal. Este contexto contribuiu para o aprofundamento do conhecimento do mar, mata e animais da região (LUCHIARI, 1995). A revisão do plano de manejo já considera a característica local de adaptação dos moradores aos diferentes fluxos econômicos.

O processo de produção de identidade ancora-se em determinado contexto histórico, social, cultural e político, de forma a construir um sujeito ligado ao seu tempo e ao seu espaço e que representa uma síntese dos jogos de poder. Quando estes contextos são transformados a identidade também passa por alterações. Assim, o caiçara do PEIC criou novas formas de apropriação da natureza; antes baseada na agricultura e pesca, agora a identidade cultural volta-se para o ecoturismo.

#### **4.3 Memórias de resistência**

Iniciativas de organização comunitária são comuns desde antes da proposta participativa que norteou a revisão do plano de manejo. Por ser uma comunidade insular e com poucos recursos, o apoio mútuo era além da solidariedade, mecanismo de sobrevivência. A lembrança de Edson nos narra o início das práticas organizativas, ligadas, principalmente, à melhoria das condições de vida.

*“Eu gostaria de não estar preocupado com organização comunitária, (...) eu gostaria de ser um caçara que fica na beira da praia, que vai pescar e que não tem que planejar muito; que amanhã, se o tempo não virar, eu vou fazer alguma coisa e assim por diante, era muito sossegado. E isso quebrou. Não só por conta do turismo, mas por conta da dinâmica de vida que vai mudando.*

*(...) Antes de [19]70, a gente fazia assembleia pra detectar problemas da comunidade, a gente descobria os problemas, discutia todos e colocava em números de prioridade. Tudo isso assim ‘Qual é o mais grave?’. Porque nós entendíamos que não adiantava fazer um tiroteio em cima de todos os problemas que não ia resolver nenhum. A gente pegava um por vez, e de certo modo é o que a gente ainda usa hoje (...) gente foi inventando, criando a partir da necessidade que a comunidade tinha.” (Edson)*

Essas formas de organização coletiva surgem como iniciativas de melhoria das condições de vida, frente à morosidade do Estado. É necessário encontrar meios de se criar condições dignas de vida. As memórias que narram o mutirão para a construção do sistema de abastecimento de água nas moradias são um exemplo desta afirmativa.

*“A gente não tinha água, tinha um pocinho que a gente tinha feito de tijolo. No tempo antigo, eu nem sei quanta idade a gente tinha... a gente pegava um pouco de água para enxaguar a roupa, e saia de pingo em pingo. (...) Para pegar água ia eu e a minha irmã – quando ela era viva, faz tempo que ela faleceu – lá no campo. Lá na bananeira, era lá que tinha água boa. (...) E depois teve esse pessoal que fez o encanamento, que puxou água lá no Morro (...) Agora a gente tem água dentro de casa, tem água no banheiro, tem água no tanque. Só tem que agradecer a Deus pelo o que ele fez.” (Ana)*

*“Nós fizemos um sistema de represamento, no manancial de água lá e fizemos uma rede adutora de seis quilômetros. Tudo em mutirão comunitário. Isso foi de [19]95 até [19]98 trabalhando (...) Aliás, a prefeitura no final ajudou (...) Me deu dinheiro, porque nós conseguimos os tubos com uma ONG alemã, e essa ONG alemã a filosofia deles era doar o recurso e vir pelo menos uma ou duas vezes participar dos mutirões e vieram. E nesta vinda, a prefeita contribui com dinheiro para pagar a alimentação deste pessoal. Mas foi o dinheiro desta ONG alemã e os mutirões comunitários. Cinquenta mutirões, você imagina seis quilômetros... e o projeto topográfico com a permissão do Parque que não poderia ter supressão vegetal, de pedra... E nós fizemos...” (Edson)*

*“Teve os mutirões, eles trabalharam com a gente, eram homens e mulheres, não era só homem não. E os velhos iam junto com enxada e com foice (...)”* (Geraldo)

A questão da energia elétrica e da construção do posto de saúde comunitário, como nos narram, respetivamente, Bernardo e Edson, também nos exemplificam a prática organizativa.

*“(...) Em [19]72, vieram com a implantação da energia elétrica, aqui no Marujá, com cabo, para beneficiar o [Núcleo] Perequê (...). Na época viviam 25 famílias de caiçara aqui, daí o padre se mexeu junto com o Edson, e foram para uma assembleia. Através das amizades descobriram que o valor que eles iriam gastar para fazer o cabeamento daqui até o Perequê seria três vezes mais do que se fosse lá por Cananéia. Daí bateriam na questão do porquê do interesse na época da CESP, de colocar energia para vinte e cinco famílias de caiçaras. (...) Já estava com picadão aberto aqui na mata, daí derrubaram e não veio.”* (Bernardo)

*“(...) Em [19]81, quando eu fui chamado para fazer o treinamento em saúde para atender a comunidade, uma das filosofias do projeto era que a própria comunidade construísse o prédio. Era no final do governo Maluf, nós não queríamos pegar um prego do estado. E aí foi muito difícil. Eu lembro que a primeira passada de chapéu que nós fizemos, nós arrecadamos 24 mil cruzeiros naquele tempo. Nós olhamos o dinheiro: ‘Não dá para fazer nada, não dá para começar nada’. E o que a gente fez, compramos tudo em cimento. Trouxemos um monte de saco de cimento, guardamos aí, pegamos areia do varadouro, aqui do próprio Parque a gente pegava areia. E construímos as lajotas de cimento (...) A gente construiu aquilo lá que deu uma montanha de blocos, de tijolos de cimento. Na outra passada de chapéu, pegamos mais cimento, cal e cimento. Depois eu consegui uma verba de um fundo para financiar a resistência de base (...) [a instituição] financiou uns 300 mil e tantos cruzeiros, que deu para comprar porta, janela, telha, o que nós não podíamos fazer; porque nós fizemos o prédio, telha, lavramos madeira, lavramos caibro (...)”* (Edson)

O cerne dessas práticas também está relacionado à luta pela permanência, como também nos mostram as lembranças de Edson sobre o momento em que o território da PEIC poderia passar para o poder da Marinha Brasileira, que poderia pedir a desapropriação dos moradores a qualquer momento:

*“(...) Quando a Marinha queria encampar a Ilha do Cardoso. A gente sabia que era a fim de implantar uma usina nuclear (...) Eles tinham um contrato que garantia a sua permanência até que eles precisassem da área [risos]. É um tiro no pé. E a gente descobriu isso. Eles andaram espalhando umas intimações para comparecer na capitania, na agência lá em Iguape. E eles entregaram dois / três em cada comunidade porque eles queriam a população desmembrada. Bem sacana (...) E o padre que era muito atuante, era companheiro nosso, falou o seguinte “você avisa para todo mundo e*

*vamos definir aqui uma data, e você convida toda a população e eu articulo com as autoridades que a gente pode contar”. Daí ele chamou três deputados (...) e chamou a imprensa e a gente marcou um dia para ir em Iguape. E nós articulamos aqui, eu saí a pé lá do Núcleo Perequê, fui até o Pontal, avisei todo mundo, casa por casa, arrumamos transporte e levamos quase 100%, uns 98% a caminho. Nós íamos para Iguape, mas o tenente soube(...) e ele veio para Cananéia. E queria nos receber uma sala da Colônia, em uma salinha que só ia caber um por vez. ‘Não, não vamos!’ Eu fiquei cercado lá para os caras não irem: ‘Nós temos um local amplo, um local aberto que cabe todo mundo’. Ele não teve alternativa, caíram na malha da rede que nós tínhamos armado, a imprensa, os deputados, tinha uma equipe de Justiça e Paz da arquidiocese de São Paulo(...) E lá a gente pregou ele na parede.” (Edson)*

Estes conjuntos de memórias sociais de resistência – a questão da Marinha, da energia elétrica, da construção do sistema de água e do posto comunitário – permeiam a vida do local. Elas têm o sentido da necessidade da organização e mobilização para a garantia de condições dignas de sobrevivência e vivência e sustentam as práticas atuais.

As memórias continuam nos mostrando que, inicialmente, a transformação em Parque Estadual e o primeiro plano de manejo, impactou a vida dos moradores somente no sentido das proibições: pouca ou nenhuma atenção foi dada para os moradores senão aquelas que restringiam seu modo de vida. Com as restrições e eminente perigo da expulsão, ocorreu uma iniciativa marcante e alicerce para a proposta participativa da revisão do Plano: a elaboração do ‘plano de manejo’ comunitário.

*“Até [a década de] setenta a gente não tinha nenhuma perturbação do ponto de vista de restrição ambiental, até porque em [19]62 a decretação do Parque a gente não sabia muito o que era [ a categoria de Parque Estadual]. Depois era tudo proibido, porque a legislação do Parque é bem rígida, mas não tinha fiscalização e não tinha esta repressão. Tanto era assim que 1993, a gente fez o plano de gestão comunitário aqui no Marujá para regularizar as coisas, fazendo o plano de gestão comunitário a gente colocou o que a gente fazia de manejo florestal enquanto caçara, falamos das moradias, das reformas, das atividades turísticas... Enfim toda a vida caçara estava escrita naquele documento.*

*[O plano de gestão comunitário] Não teve interferência do Instituto [Florestal], nós fizemos porque estava bagunçada a coisa dentro da própria comunidade e a gente queria viver dentro do Parque. A gente queria viver enquanto sociedade organizada dentro do Parque (...) Por que no início, em [19]62/[19]70, a gente achava que o Parque era uma coisa chata, que vinha restringir, mas depois a gente percebeu que o Parque era uma coisa boa por que a gente tinha uma estrutura legal para usar contra a especulação imobiliária, que pra mim era o que mais me aterrorizava (...) A gente várias vezes se colocou como aliado do Estado.” (Edson)*

Porém, muito embora a criação do PEIC tenha trazido a ameaça de expulsão, é, atualmente, vista como uma garantia da proteção do território frente a especulação imobiliária. São dois conflitos distintos: com a criação do Parque, eles podem ser expulsos; com a especulação, podem ser ainda mais marginalizados. A luta contra a especulação é interpretada como injusta, e podemos ver a partir das lembranças que o receio da invasão de ocupantes não-tradicionais está mais ligada à descaracterização do modo de vida do que à expulsão da comunidade tradicional do território.

*“(...)[Mas] o fato da criação do Parque garantiu a nossa permanência. Lógico que com lutas com o Estado para permanecer, mas se fosse contra os especuladores a luta seria injusta e a gente não conseguiria permanecer. Em qualquer lugar que você vê por aí é assim, a força imobiliária é muito forte, a pressão... Eles fazem de tudo, até ameaças para o caiçara sair dali (...)” (Bernardo)*

*“Então a gente fica pensando foi bom ter o Parque? Foi, porque eu acho que controlou, se não tivesse virado Parque, talvez, os turistas tivessem invadido. Aqui era do meu bisavô e naquela época eles não tinham, ninguém orientava, ninguém falava como funcionava, eles acabaram vendendo para a família Lopes e eles começaram a lotear e vender. E venderam, venderam, venderam, até um tempo atrás apareceu um cara procurando o que ele tinha comprado, ele tinha o lote.*

*Então se não tivesse virado Parque, com certeza o pessoal de fora teria invadido e teria, talvez, ficado que nem a Ilha do Mel, que os moradores foram indo para os fundos, para os fundos até que não aguentaram mais e foram tudo para a Ilha dos Valadares, que é do lado de Paranaguá e vivem lá muito... uma vida precária mesmo.” (Soraia)*

Não são esquecidos momentos em que a gestão considerou as práticas tradicionais, adequou-as ao zoneamento e diretrizes do plano de manejo. A lembrança de Edson é importante nesse sentido. Em primeiro lugar nos mostra que o primeiro plano de manejo sequer chegou ao conhecimento dos moradores e, em segundo lugar, que a autorização legal de práticas gera o sentido de cooperação com a gestão, o que antes não existia.

*“Em [19]84 a gente fez um arrozal comunitário aqui no Parque, com permissão do diretor. Era o seguinte, de [19]62 até 97 o Parque não tinha plano de gestão. E a gente fazia pressão, todo encontro que a gente ia com gente do Estado, a gente pressionava para que elaborasse o plano de gestão que dissesse o que pode, para quem pode, onde pode, etc... e eu até dizia para eles que a gente estava brincando de*

*esconde-esconde por que a gente fazia desmatamento, a gente fazia atividade de manejo florestal, fingia que não fazia e eles fingiam que não viam.” (Edson)*

O Comitê também surgiu como estratégia de inserção e participação na gestão.

*“(…) O Conselho é o reflexo de uma organização comunitária anterior. Tanto até que na reunião preparatória [oficina de planejamento do PGA], lá no Núcleo Perequê (...) a gente chegou com o plano de manejo comunitário do Marujá e com a boca aberta. Chegou falando, chegou cobrando, chegou pegando no pé deles. Não foi participativo porque eles quiseram. Mesmo.” (Edson)*

Porém, a função de conselheiro pode trazer conflitos para com a comunidade pois aquele que é consultado para aprovação ou não dos pedidos é visto como responsável pela decisão final. Este papel em muito influencia as relações de vizinhança, solidariedade e micropolíticas do local.

*“(…)[O Comitê] tem que ter treze membros, ou quatorze... tem a prefeitura, a polícia ambiental, o pessoal que representa o conselho, o diretor do Parque, que é quem vota. Tem treze, tem que ter sete votos a favor para ser liberado. A metade mais um. Se eu peço um negócio, os guardas-parques têm que vistoriar a área: onde fez a casa, onde está fazendo a casa.*

*(…) O representante do conselho é o ‘cristo’. É o cristo que vai ser ofendido no boteco ‘ Olha, é o cara que não apoiou’. Eu acho que a comunidade tem que respeitar a ideia do cara. Você tem que ter jogo de cintura. Tem que saber disser seus motivos: meu não [para o requerimento] é por causa disso.*

*(…) nós temos que apoiar as prioridades (....) O Conselho ajuda se for bem organizado. Se for assuntos que são necessários fazer.*

*(…) Eu acho bonito a comunidade trabalhar junto com o Parque (...) a gente ajudar o Parque e o Parque nos ajudar. Seria ótimo trabalhar junto, organizar o Parque, manter o Parque organizado. O que tiver irregular levar para lá e ter esse diálogo... é isso que a gente quer, vamos ver se consegue um dia. A gente não quer confusão com o Parque, a gente quer trabalhar junto.” (José)*

Mesmo com a proposta participativa incorporada ao plano de manejo, continuaram as reivindicações. Como pudemos observar essas demandas são levadas para a discussão no Comitê, acorda-se uma posição e encaminha-se para a decisão final no órgão responsável. Porém questões urgentes, como a retirada do lixo, manutenção do telefone e organização da alta temporada, são manejada pela associação dos moradores do Marujá, AMOMAR:

*“Reivindicar foi uma coisa que a gente fez tanto... Não paramos, não é uma coisa que ‘não vamos reivindicar mais nada’. Não, pelo ao contrário. (...) O que nós fizemos é não ficar com os braços cruzados. Por exemplo, a taxa de contribuição que a gente passa para a AMOMAR para ela fazer a sua gestão foi uma coisa que a nós tivemos que fazer. (...) nós precisamos ter fundo para fazer, para a comunidade viver. Então nos inventamos essa taxa de contribuição. Essa é a última coisa... [Mas] essas coisas continuam. Hoje em dia não tem mais, mas já tivemos reformas até construção de moradia para construir casa de morador que estava com dificuldade, hoje em dia não tem mais porque não pode construir. Mas para reforma já teve pelo menos três mutirões que a comunidade ajudou a levantar a casa do morador.” (Edson)*

*“A AMOMAR cuida da organização da temporada do verão, do transporte do lixo, do telefone [comunitário], do funcionário do telefone. Tem o tesoureiro, no verão cobra as taxas da pousadas e das áreas de camping... tem os mutirões da água, os mutirões da praia. Tudo isso tem que resolver (...) A Associação tem que organizar certinho a comunidade, correr atrás das prioridades da Ilha, manter a Ilha limpa, [organizar] o mutirão de praia, correr atrás desse barco para [retirar] o lixo, cobrar do Parque... (José)*

Não podemos esquecer também, a organização relativa às festas locais. Na Ilha do Cardoso, existem duas festas típicas: a festa da Tainha e a festa de São Vítor (santo padroeiro dos navegantes). A primeira festa é organizada pela AMOMAR e possui caráter turístico, ocorrem jogos durante o dia como futebol, vôlei, corrida de canoa durante o dia e forró a noite, há barraquinhas que comercializam comidas e bebidas para os visitantes das cidades vizinhas que vão prestigiar o evento durante todo o final de ano. Já a festa de São Vítor, possui caráter religioso de comemoração ao santo padroeiro, há procissão de barcos, missa e também festividades. Ambas as festas, duram cerca de três dias.

*“Nós organizamos as reuniões, as celebrações, ajudamos na missa e todo o ano a gente faz a festa do padroeiro que é o São Vítor. Todo o segundo final de semana de junho, que o dia dele é dia 15, e, às vezes, cai de dia da semana. E a gente faz isso há muito tempo, antes nem era eu quem fazia....*

*Só a mulherada que comanda com a igreja. É a mulherada; os homens não participam, alguns vão na missa (...) A gente tem muita dificuldade para organizar essa festa. Na sexta-feira, tem a celebração na igreja; depois tem leilão de prenda e as prendas são frangos. É assado o frango, nós assamos e é feito o leilão: quem dá mais leva o frango. Às vezes, não todo o ano, na sexta tem o fandango ou o forró mesmo e no sábado nós fazemos a procissão no canal com os barcos, todo o ano vem a escuna, e depois sai a procissão pela vila, sobe até a igreja e tem a missa. Depois da missa, continua o leilão dos frangos que sobraram da sexta. Nós convidamos times do Ariri,*



*do Pontal e tem o jogo, a criançada joga bola e nós fazemos bolo, cachorro quente, refrigerante, fazemos festa para eles, tem bingo.* (Soraia)

Além dessas iniciativas de organização comunitária, a memória social de resistência dos moradores também é marcada por aquelas oriundas da implantação do Parque Estadual. Bernardo nos narra a influência do antigo padre da paróquia local, a qual merece ser registrada nessa dissertação, na mobilização dos moradores para a luta pela permanência:

*“No início era um Parque sem regras, sem comando, onde as pessoas faziam o que queriam. Era Parque, mas as pessoas não sabiam nem o porquê de Parque. Havia ameaças, risco da saída dos moradores. Mas as pessoas foram se unindo através do João Trinta – que eu não tinha mencionado ainda – que uniu as pessoas e lutou contra a retirada.”* (Bernardo)

Este conjunto de memórias de resistência expostos nos mostram que a criação do Parque é interpretada dentro do binômio da proteção e restrição, o qual revela as tensões existentes a partir da criação do PEIC. Proteção frente às ameaças da especulação imobiliária e restrição a praticas extrativistas e, principalmente, da construção e/ou reforma das moradias.

As memórias mostram-nos também que a interpretação deste binômio contribui para que os moradores tomassem posição em sua mobilização política e social, organizando-se para assegurar sua permanência em condições dignas. O caiçara tradicional traduziu-se em um agente político parceiro e questionador das práticas político-administrativas e, acima de tudo, em um sujeito engajado na luta por seus direitos e tradições.

Muito embora esse engajamento tenha sido inicialmente paralelo ao PEIC, atualmente ele encontra no comitê de apoio à gestão uma importante forma de expressão pois é ligada à gestão oficial e legal do PEIC. Mesmo com seu caráter consultivo, os conselheiros tem direito a voz e voto e dado ao histórico da criação do

Parque esse é um ganho importante que, conforme dito anteriormente, necessita ser aprimorado. A participação e atuação do Comitê é um ganho pois é um espaço das memórias sociais construírem-se na gestão do PEIC em seu caráter dinâmico, construtivo e interativo.

## Capítulo 5

# CONSIDERAÇÕES FINAIS



Foto da vista do canal do Ararapira ao pôr do sol

Fonte: Acervo pessoal

A hipótese defendida nesta dissertação é que a memória social serve como sistema de significação dos modos de vida atuais, pois, diante das transformações político-administrativas, a memória social é construída e torna-se elemento central na reorganização da cultura da comunidade e conseqüentemente nas (re)construções identitárias.

A partir das teorias apresentadas sobre a memória social, da análise do processo de implantação das diretrizes político-administrativas do PEIC e das memórias dos moradores do Marujá, procuramos demonstrar que a memória social deste grupo tem servido como elemento de continuidade e de resistência porque é um instrumento de interpretação e construção do presente, de produção do 'novo' com conexão ao passado. Isto porque, se os significados atribuídos aos modos de vida na Ilha foram oprimidos por um significado adverso imposto pelo poder público com a criação do PEIC, por meio do atual processo participativo, há a consideração e construção das memórias sociais e assim a construção de um significado atual e novo dos modos de vida que considera a subjetividade dos moradores.

Neste contexto, destaca-se a importância da memória primeiramente, por ela fornecer um senso de fidelidade e continuidade entre os moradores locais; em segundo lugar, por possuir uma função normativa sobre o reconhecimento das práticas sociais; e, por fim, por dotar-se de uma função simbólica que constrói um mundo e um patrimônio comum aos comunitários, de forma a construir a historicidade e pertencimento ao local. Ou seja, a memória social ajuda a recrutar sujeitos ou grupos sociais a ocuparem determinadas posições, a se identificarem com determinados discursos de forma a se sujeitarem a determinadas significações que os tornam quem são.

De acordo com Jodelet (1999; 2004), a relação entre memória e identidade é sentida tanto no plano individual, permitindo um sentimento de continuidade, quanto no

plano coletivo, favorecendo um sentimento de pertencimento aos membros do grupo. É a memória, em sua relação com a estrutura social, que proporcionará o sentimento de continuidade dentro do tempo e de pertença dos indivíduos, ou seja, a memória pode servir como alicerce para a (re)construção da identidade.

Aparamos essas afirmações nas evidências empíricas encontradas na análise das memórias sociais dos moradores do Marujá na sua relação com as diferentes diretrizes político-administrativas. Em relação aos lugares, muito embora os meios de locomoção tenham sido alterados permitindo maior comunicação com centros urbanos e tenha ocorrido aglomeração das residências, embargos de casas de ocupantes e proibições a novas construções; constroem-se diferentes memórias sociais das antigas residências, das viagens à remo, das dificuldades e, principalmente, das formas de superação delas.

Já no que diz respeito ao trabalho, com o abandono gradual das práticas agrícolas, o aumento do comércio dos bens da pesca e ao incremento do fluxo e renda do turismo; as memórias sobre as práticas inexistentes e articulações para a adaptação ao novo sistema produtivo e econômico circulam pelos moradores.

Por fim, as memórias de resistência ligam as duas anteriores. As memórias sobre as diversas formas de resistência travadas, seja em momentos pontuais – como a possibilidade de incorporação do território do PEIC pela Marinha ou da construção do sistema de água, entre outras– ou em práticas mais longas – o Comitê, a AMOMAR, entre outras– alimentam a força na luta por continuar a existir em seu território.

Todas essas memórias são importantes, pois sustentam e demonstram além das tensões sociais que o território esteve submetido, que o caiçara do PEIC é capaz de resistir à dominação simbólica a qual esteve submetido nos primórdios da criação do PEIC e é capaz e digno de continuar a habitar seu território, lutando por seus direitos de

cidadão em harmonia com a natureza: reafirma-se o pertencimento. O novo é incorporado; porém sem negligência ao seu passado, mas sim, e, sobretudo, com respeito e consideração a ele.

Os mecanismos pelos quais a tradução da identidade opera são expressos pelas negociações travadas pelos caiçaras com as transformações da cultura em que vivem, sem ser completamente assimilados por elas e sem perder completamente sua identidade. Eles passam a carregar traços das culturas, das tradições de história e linguagem particulares pelas quais foram marcadas. Para a comunidade, há fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de retorno ao passado. As atas mostraram o empenho do Comitê pela manutenção e adaptação de práticas tradicionais buscando conciliar estas com os interesses de conservação e a legislação ambiental atuais. Assim, a memória social relaciona-se com as diretrizes político-administrativas na medida em que serve como sustento para as novas articulações identitárias que traduzem as tradições por ressignificar o passado e não criarem o 'outro' caiçara através da dominação e violência da cultura.

Concluimos que um importante caminho para a memória social estar presente nas diretrizes político-administrativas é, portanto, por meio das formas participativas de gestão, expressas primeiramente pela forma participativa de elaboração da revisão do plano de manejo e depois pela atuação do Comitê<sup>12</sup>. Pois as discussões presentes na gestão participativa revivem o passado que serve como alicerce na construção da sociedade, política e cultura e assim, conseqüentemente, das memórias sociais. E ao construir essas memórias, eles constroem enquanto sujeitos, ressignificando e rearticulando os modos de vida atuais.

---

<sup>12</sup> Ressaltamos que outras formas além do Comitê existem, como a AMOMAR e redes micropolíticas baseadas em afinidade e vizinhança, mas fogem do objetivo dessa dissertação.

Desta forma, muito embora tenha havido a negação do modo de vida local nos primórdios da criação do PEIC, houve a incorporação paulatina dos anseios, particularidades e subjetividade dos moradores pela gestão participativa, a qual ainda necessita ser aprimorada.

A organização comunitária existe mesmo antes da demanda da revisão do plano de manejo, sendo um mecanismo cotidiano de sobrevivência, porém a parceria com a administração do PEIC trouxe avanços importantes neste sentido, porque os conselheiros podem trazer e opinar sobre decisões do cotidiano comunitário, tornando-se representantes e construtores da identidade e memória local. E mais, para guiar esta participação ativa, os sujeitos elaboram significados para os acontecimentos que as circulam, desenvolvendo significados não apenas sobre as decisões e pareceres, mas sobre o que está acontecendo em seu território e o porquê está acontecendo. Neste processo as memórias sociais são, simultaneamente, expressas e construídas.

Ao não se considerar e construir a memória social na gestão de Unidades de Conservação há a negativa dos sujeitos que lá residem e cria-se um 'outro' sujeito caiçara, ou seja, o caiçara tradicional é completamente negligenciado e sua identidade é criada sob configurações alheias à sua subjetividade. Neste processo, pode haver o risco da extinção da cultura e transmutação da identidade de uma forma coercitiva e agressiva. A identidade tradicional pode ser extinta e não traduzida.

Porém, apesar da importância da participação na gestão por meio do Comitê, ressaltamos que este não é um fator por si só suficiente para assegurar a continuidade de sua identidade tradicional, através de suas identidades traduzidas. É neste ponto também que entra a defesa pela permanência. Ora, se estes moradores tem como núcleo central de sua identidade e de suas construções como sujeitos, o sentido de pertencimento ao local, a transferência do território da Ilha do Cardoso traria prejuízos psicossociais tais

como a extinção da cultura e o desenraizamento, pois esta cultura imaterial não encontraria mais sua base material e lugar de origem para desenvolver-se.

Os moradores esbarram nas restrições relativas à presença humana oriundas da categoria Parque Estadual e, portanto, surgem indícios da necessidade de recategorização de algumas manchas territoriais da Unidade de Conservação nas quais os moradores habitam e desenvolvem suas atividades econômicas para que as memórias, culturas e identidades possam sobreviver ( DIEGUES & NORAGA, 2005; DIEGUES, 2004).

Essa possibilidade de recategorização é amparada pela resolução da SMA-029/2010 que dispõe sobre estudos técnicos para subsidiar a alteração de limites e mudança de categorias de manejo de Unidades de Conservação, bem como sobre Termos de Compromisso a serem celebrados com os ocupantes de Unidades de Conservação até sua definitiva regularização fundiária, e dá outras providências. Esta resolução é um ganho importantíssimo para as populações tradicionais, pois abre margem para que, baseado em estudos técnicos, os gestores das UCs possam requerer a alteração de categoria de manchas territoriais das UCs habitadas por moradores tradicionais e outras populações de pequenos produtores de boa fé que ocupam áreas de forma mansa e pacífica tem sua permanência legalizada (SÃO PAULO, 2010).

Nestas condições, a proposta inicial das Unidades de Conservação poderem se tornar também lugares de memória tem indício de validar-se na medida em que a comunidade não só tenha sua permanência assegurada, mas também que participe democraticamente de sua gestão. Construindo lugares preservados onde se cristalizaram a memória de uma comunidade; locais onde grupos ou povos identificam-se ou reconhecem-se, possibilitando existir um sentimento de formação da identidade e



de pertencimento. Lugares onde a identidade tradicional possa viver e aceitar o novo e, assim, traduzir-se.

## 6. BIBLIOGRAFIA

ANSARA, S. A memória como ação social: relações, significado e imaginário. **Psicologia e Argumento**. Curitiba, v.22, n.37, p.63-5, 2004

\_\_\_\_\_. Memória coletiva e cidadania: resgatando a luta por direitos. **Cadernos de Psicologia**. Belo Horizonte, n.13, p.123-42, 2003

AGGER, B. **Cultural Studies as Critical Theory**. Londres/ Washington DC: The Falmer Press.

ALVAIDES, N. K. **De sem-terra a Sem Terra: memórias e identidades de um trabalhador rural assentado**. São Carlos: UFSCar/ Departamento de Psicologia, 2009. 115 p. Relatório de Iniciação Científica.

ALVAIDES, N. K; SCOPINHO, R. A. De sem-terra a Sem Terra: memórias e identidades. **Psicologia e Sociedade**, no prelo.

BALÉE, W. **Footprints of the Forest: Ka'apor ethnobotany** – the historical ecology of plant utilization by Amazonian people. New York: Columbia University Press. 1993, p.396.

BAILEY, R. et al. Development in the central African rainforest: concern for forest people. In: CLEAVER, K. et al. **Conservation of west and central African rainforest**. Washington: Banco Mundial, UICN, 1992, p.133.

BARTLETT, F. C. **Remembering: A study in experimental and social psychology**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1932.

BAPTISTA, G.C. Análise de políticas públicas, subjetividade e poder: matrizes e intersecções teóricas. **Psicologia USP**, vol. 23. n. 1, p-45-67, 2012

BERNARDES, A.G.; HOENISCH, J.C.D. Subjetividades e identidades: possibilidades de interlocução da Psicologia Social com os Estudos culturais. In: GUARESCHI, N.M.F.; BRUSCHI, M.E. (Org.) **Psicologia social e estudos culturais** perspectivas e desafios para uma nova psicologia social. Petrópolis RJ: Vozes, 2003. p.95-126.

BOSI, E. Cultura e enraizamento. In: BOSI, A. (Org.) **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987. p.16-41.

\_\_\_\_\_. **Tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. 219p.

\_\_\_\_\_. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 14ª ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2007. 484p.

BRASIL. Casa Civil, subchefia de assuntos jurídicos. **Lei n. 9.985** – Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, 18 julho 2000.

BRASIL. **Portaria Ministerial 139/94**. Cessão da Ilha do Cardoso da União para o Estado, 1994.

CARDOSO, T. A. **Subsídios para o manejo participativo da pesca artesanal da manjuba no Parque Estadual da Ilha do Cardoso**. 2004. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e recursos Naturais) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 242p.

DIEGUES, A. C. S. **Populações tradicionais em Unidades de Conservação** O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Documentos e Relatórios de Pesquisa, n. 1, março, 1993, 89p.

\_\_\_\_\_. **Etnoconservação da Natureza: enfoques alternativos**. In: DIEGUES, A. C. S. (Org.) **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec NUPAUB-USP, 2000, p 1-46.

\_\_\_\_\_. **Ecologia humana e planejamento costeiro**. 2º ed. São Paulo: Hucitec NUPAUB-USP, 2001, 290p.

\_\_\_\_\_. **O mito moderno da natureza intocada**. 4 edição. São Paulo: Hucitec, NUPAUB-USP, 2004.169p.

DIEGUES, A. C., ARRUDA, R. S. V. (Orgs.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176p.

DIEGUES, A. C., NORAGA, P. J. N. **O nosso lugar virou Parque** Estudo socioambiental do Saco de Mamangá – Parati – Rio de Janeiro. São Paulo: NUPAUB-USP, 2005, p.175.

DOS SANTOS, M. S. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas. **Revista brasileira de ciências sociais**. São Paulo, v.13, n.38, p.1-19, 1998.

EPELBOIN, S. Memória individual e memória social / coletiva: considerações à luz da psicologia social. **Memorandum**, v. 7, p.18-31. 2004. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos07/epelboim01.htm>. Acesso em 26/01/2012.

ESCOSTEGUY, A.C.D. Os estudos culturais e a constituição de sua identidade. . Em: GUARESCHI, N.M.F.; BRUSCHI, M.E. (Orgs) **Psicologia social e estudos culturais** perspectivas e desafios para uma nova psicologia social. Petrópolis RJ: Vozes, 2003. p.51-74.

FREITAS, M.F.Q. Contribuições da Psicologia Social e Psicologia Política ao desenvolvimento da Psicologia Social Comunitária. Os paradigmas de Silvia Lane,

Ignácio Martin Baró e Maritza Monteiro. **Psicologia e Sociedade**. Vol. 06, n. 01, 1996a. p.63-82

\_\_\_\_\_. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: Práticas da Psicologia em comunidades na década de 60 a 90, no Brasil. In: FREITAS, M.F.Q.; REGINA, H.; e outros (Orgs.) **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1996b. P.54 a 80

\_\_\_\_\_. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. **Psicologia Reflexão e crítica**. Vol. 11, n,1, 1998. p.175-189

FROCHTENGARTEN, F. **Memórias de vida, memórias de guerra: Uma investigação psicológica sobre o desenraizamento social**. 2002, 288p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. A memória oral no mundo contemporâneo. **Estudos Avançados** [online], v.19, n. 55, p.367-376, 2005. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/iea/revista/sumarios/suma55.html>. Acesso em 05/06/2012.

FURLAN, S. A. As Ilhas do Litoral Paulista: Turismo e Ilhas Protegidas. In: DIEGUES, A. C. (Org.) **Ilhas e Sociedades Insulares**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1997. p. 37-66.  
FURLAN, A. A. **As comunidades caiçaras na Ilha do Cardoso**. Uma leitura geográfica da paisagem. 2002, 166p. Dissertação (Mestrado em Geografia Física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GADELHA, C. **PROIBIDO TRABALHAR: problema socioambiental dos filhos da Ilha do Cardoso**. 2008, 339p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 17 edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. p.231.

GOIS, C.W.L. Psicologia Comunitária. **Universitas Ciência da Saúde**. Vol. 01, n.02. p. 277-297

GONÇALES FILHO, J. M. A letra via de Ecléa Bosí. **Psicologia USP**. vol.19, n.1, p.43-50, 2008.

GONÇALVES, M.A; PORTUGAL, F.T. Alguns apontamentos sobre a trajetória da Psicologia social comunitária no Brasil. **Psicologia Ciência e profissão**. Vol. 32, n. Esp., 2002. p.138-153

GONZALES-REY, F.L. Psicologia e Educação: desafios e projeções. In RAYS, O.A. (Orgs). **Trabalho pedagógico: realidades e perspectivas**. Porto Alegre: Sulina, 1999, p.102-117 .

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 188p.

\_\_\_\_\_. **O social na psicologia e a psicologia social** A emergência do sujeito. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes. 2009.182p.

GUARESCHI, N.M.F.; MEDEIROS, P.F.; BRUSCHI, M.E. Psicologia social e estudos culturais: rompendo fronteiras na produção de conhecimento. Em: GUARESCHI, N.M.F.; BRUSCHI, M.E (Orgs). **Psicologia social e estudos culturais** perspectivas e desafios para uma nova psicologia social. Petrópolis RJ: Vozes, 2003. p.23-50.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 4º edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2000a.102p.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade?. In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença** A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2000b.103-133p.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006. 224p.

HENNIGEN, I.; GUARESCHI, N.M.F. A paternidade na contemporaneidade: um estudo de mídia sob a ótica dos estudos culturais. **Revista Psicologia e Sociedade.** Belo Horizonte, vol.14, n.1, p.44-68, 2002.

JACOBI, P. R. Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. **Sociedade e Estado**, vol.18, no.1-2, p.315-338, 2003.

JODELET, D. Pensée et mémoire sociale. In: \_\_\_\_\_(Org). **Manuel de psychologie sociale** Paris: J.P. Petard Ed, 1999, p.111-159.

\_\_\_\_\_. **A memória social.** Palestra ministrada no auditório da Fundação Carlos Chagas. 2004. Disponível em: <http://vimeo.com/24053539>. Acesso em 05/06/2012.

JOHNSTON, E. The repeated reproduction of Bartlett's remembering. **History of Psychology** vol. 4, n. 4, 2001, p. 341-366.

KELLOG, R. T. Memory distortions. In: \_\_\_\_\_ **Fundamentals of cognitive Psychology**, California: SAGE publication, 2007 p.153-82.

LEFF, E. Geopolítica da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável: Economização do mundo, racionalidade ambiental e reapropriação da *natureza*. In: **Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: desafios teóricos e politico-institucionais.** MARTINS, R.C.; VALENCIO, N.F.L.S. (Orgs.). São Carlos: Rima, 2003. p.21-34

LUCHIARI, M. T. Turismo, natureza e cultura caiçara: um novo colonianismo? Em: SERRANO, C.; BRUHNS, H. (Orgs.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Papirus, Campinas. 1997.

MATTELART, A; NEVEU, E. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo: Parábola editorial, 2004. 215p.

MENDONÇA, A. L. F. **A ilha do Cardoso: O parque Estadual e os moradores**. 2000. 163p. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2000.

MIDDLETON, D.; BROWN, S.D. A Psicologia Social da experiência: a relevância da memória. **Pró-posições**, v.17, n.2, p.71-97, 2006.

MIGUEZ NAIFF, L; SÁ, C. P. De mãe para filha, o legado da exclusão social: um estudo de memórias autobiográficas. **Memorandum**, vol.13, p.88-99, 2007. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a13/migueznaiffsa01.htm>. Acesso em 05/06/2012.

NAIFF, L. A. M; SÁ, C. P.; NAIFF, D. G. M. Preciso estudar para ser alguém: memória e representações sociais da educação escolar. **Paidéia**, Ribeirão Preto, vol.18, n.39, p. 125-138, 2008.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Projeto história**, São Paulo, vol.10, dez, p.07-29, 1993.

OLIVEIRA, P. S. Memória e sociedade: ciência poética e referencia de humanismo. **Psicologia USP**, São Paulo, vol. 19, n. 1, jan/mar, p.51-58, 2008.

PECORA, A. R.; SÁ, C. P. Memória e representações sociais da cidade de Cuiabá, ao longo de três gerações. **Psicologia: reflexão e crítica**, vol.21, n.2, p.319-325, 2008.

POLLACK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, no.10, p.200-212, 1992.

RODRIGUES, C.L. **Limites do consenso** Territórios polissêmicos na mata atlântica e a gestão ambiental participativa. 2001. 279p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de filosofia, letras e ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SÁ, C. P. As memórias da memória social. In: \_\_\_\_\_ (Org.) **Memória, imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p.63-86

\_\_\_\_\_. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. **Psicologia reflexão e crítica**, Porto Alegre, vol.20, n.2, p.290/95, 2007.  
SÃO PAULO (Estado). **Decreto Estadual nº 40.319/62** – Dispõe sobre a criação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, em Cananéia, 3 julho 1962.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982. 156p.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto Estadual nº 25.341/86** – Aprova o regulamento dos Parques Estaduais Paulistas, 4 junho 1986.

SÃO PAULO (Estado), Fundação Florestal, Parque Estadual da Ilha do Cardoso. **Atas do comitê de apoio à gestão – PEIC**. Período março/1998 a dezembro/2011.

SÃO PAULO (Estado), Secretaria da Agricultura e Abastecimento – CPRN – Instituto Florestal. 1974. **Plano de Manejo para o Parque Estadual da Ilha do Cardoso**. Por: NEGREIROS, O.C. et al. São Paulo, Instituto Florestal, Boletim técnico, 56p, 1974.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria do Meio Ambiente (Gabinete do Secretário). **Resolução SMA 029 de 30 de março de 2010**. Publicada no DOE de 31-03-2010 seção i pág 105-106

SÃO PAULO (Estado) Secretaria do Meio Ambiente (Gabinete do Secretário, Instituto Florestal) & Fundação Florestal. **Plano de Gestão Ambiental – fase 1 do Parque Estadual da Ilha do Cardoso**. Por: MENDONÇA, A.L. et al., São Paulo, Instituto Florestal, 146p., 1998.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria do Meio Ambiente (Gabinete do Secretário, Instituto Florestal) & Fundação Florestal. **Plano de Gestão Ambiental – fase 2 do Parque Estadual da Ilha do Cardoso**. Por: OLIVA, A. et al, São Paulo, Instituto Florestal, 174p., 2001.

SILVA, J. L.; FERREIRA, P. A. O caso do Parque Estadual da Ilha do Cardoso- PEIC: os desdobramentos de uma unidade de conservação na perspectiva dos moradores tradicionais. In: A DIMENSÃO ESPACIAL DA EXPROPRIAÇÃO CAPOTALISTA SOBRE OS MUNDOS DO TRABALHO: CARTOGRAFANDO OS CONFLITOS, AS RESISTÊNCIAS E AS ALTERNATIVAS À SOCIEDADE DO CAPITAL, XII Jornada do Trabalho, 2011, Curitiba, **Anais....** Curitiba, p.1-24.

THONSOM, A. Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol.22, no.44, p.341-364, 2002.

THOMPSON, J.B. A metodologia da interpretação. In: \_\_\_\_\_, **Ideologia e cultura moderna** Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 6 edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1995. 357-421

VALÊNCIO, N.F.L.S.; PAULA, E.; SCOPINHO. **Entre controvérsias, tensões e restrições: desafios de processos de territorialização de grupos sociais vulnerabilizados em contextos socioambientais distintos**. Apresentação. VI Encontro Nacional ANPAS – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. 18 a 21 de setembro de 2012. Belém - PA

WHITAKER, D. C.A. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau – SP: Editora Letras a Margem, 2002. 256p.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.



## **7. ANEXO**

### **Anexo 01**

Resultado da oficina de planejamento para uso e ocupação do solo / critérios para a permanência  
como moradores no PEIC

<b>Relação com a moradia/ Tipo de morador</b>	<b>Mora no PEIC interruptamente</b>	<b>Morou no PEIC, mas mudou-se Possui rancho ou pomar e vínculo</b>	<b>Mantém moradia mas ausenta-se esporadicamente Trabalho ou educação</b>	<b>Não mora mais no PEIC</b>	<b>Não mora, mas explora comercialmente a moradia</b>
<b>Tradicional</b>	-Pode construir para descententes; -Pode permanecer; -Pode explorar lavoura, turismo e extrativismo; -Pode reformar ou melhorar a residência; -Não pode vender; -Pode ampliar (caso especial)	-Pode reformar ou melhorar; -Pode manter o que tem; -Não pode ampliar.	-Pode construir para descententes; -Pode permanecer; -Pode explorar lavoura, turismo e extrativismo; -Pode reformar ou melhorar a residência; -Não pode vender; -Pode ampliar (caso especial)	Deve sair	Pode explorar comercialmente com contrato temporário de concessão.
<b>Não tradicional Construção: antes 1962 Utilização: antes 1962</b>	-Pode construir para descententes; -Pode permanecer; -Pode explorar lavoura, turismo e extrativismo; -Pode reformar ou melhorar a residência; -Não pode vender; -Pode ampliar (caso especial)	-Pode reformar ou melhorar; -Pode manter o que tem; -Não pode ampliar.	-Pode construir para descententes; -Pode permanecer; -Pode explorar lavoura, turismo e extrativismo; -Pode reformar ou melhorar a residência; -Não pode vender; -Pode ampliar (caso especial)	Deve sair	Pode explorar comercialmente com contrato temporário de concessão.
<b>Não tradicional Construção: 1962/86 Utilização: 1962/86</b>	Pode ficar (submetendo-se à apreciação da comunidade) estendendo-se aos descendentes	Pode ficar (submetendo-se à apreciação da comunidade) estendendo-se aos descendentes ( se mais de dez anos)	Pode ficar (submetendo-se à apreciação da comunidade) estendendo-se aos descendentes	Deve sair	Pode explorar comercialmente com contrato temporário de concessão.

**Fonte: Adaptação anexo 01 do PGA: Resultado da oficina de planejamento para uso e ocupação do solo / critérios para a permanência como moradores no PEIC (s/p)**

<b>Relação com a moradia/ Tipo de morador</b>	<b>Mora no PEIC interruptamente</b>	<b>Morou no PEIC, mas mudou-se Possui rancho ou pomar e vínculo</b>	<b>Mantém moradia mas ausenta-se esporadicamente Trabalho ou educação</b>	<b>Não mora mais no PEIC</b>	<b>Não mora, mas explora comercialmente a moradia</b>
<b>Não tradicional Construção: antes 1962 Utilização: depois 1986</b>	Deve sair (com recomendação)	Deve sair (com recomendação)	Deve sair (com recomendação)	Deve sair	Deve sair (com recomendação)
<b>Não tradicional Construção: antes 1962 Utilização: 1962/86</b>	Pode ficar (submetendo-se à apreciação da comunidade) estendendo- se aos descendentes	Pode reformar/ melhoas sem ampliar	Pode ficar com o eu mora	Deve sair	Pode explorar comercialmente com contrato
<b>Não tradicional Construção: 1962/86 Utilização: depois 1986</b>	Deve sair	Deve sair	Deve sair	Deve sair	Deve sair
<b>Não tradicional Construção: depois 1986 Utilização: depois 1986</b>	Deve sair	Deve sair	Deve sair	Deve sair	Deve sair

Fonte: Adaptação anexo 01 do PGA: Resultado da oficina de planejamento para uso e ocupação do solo / critérios para a permanência como moradores no PEIC (s/p)

Observações e diretrizes:

1. A normatização desta matriz será posteriormente realizada de acordo com o zoneamento e no âmbito do Plano de Gestão Ambiental;
2. Permitir a reconstrução de casas destruídas pela natureza de moradores tradicionais;
3. Não ampliação das casas para quem já tem quartos e nem antes dos estudos e do plano decidido
  - Estudar a relação de oferta e avaliar a capacidade de suporte no sentido de planejar e implementar a ampliação de quartos para alojamento para aqueles que ainda não têm, ou têm menos;
  - Orientação da gestão no sentido de distribuir mais igualitariamente possível as oportunidades;
4. As construções de antes de 1962 devem ter prioridade para a indenização/acordos (os demais devem ser resolvidos na justiça);
- 5- Ampliação de construções se submetem às regras iguais às construções nas respectivas datas.

**Fonte: Adaptação anexo 01 do PGA: Resultado da oficina de planejamento para uso e ocupação do solo / critérios para a permanência como moradores no PEIC (s/p)**

## 8. APÊNDICES

### Apêndice 01 Álbum de retratos



**Balsa pública de transporte de Cananéia para a comunidade do Marujá- PEIC**

Fonte: acervo pessoal



**Cerco de pesca no canal do Ararapira**

**Fonte: acervo pessoal**



**Vista do canal do Ararapira rumo ao Marujá- PEIC**

**Fonte: acervo pessoal**



**Escuna de transporte de turistas**

Fonte: acervo pessoal



Bar e restaurante no trapiche de Marujá- PEIC

Fonte: acervo pessoal



Comunidade do Marujá- PEIC

Fonte: acervo pessoal



ALVAIDES,N.K; 2012

**Comunidade do Marujá– PEIC**

**Fonte: acervo pessoal**



ALVAIDES.N.K; 2012

**Casa adaptada ao turismo na comunidade do Marujá– PEIC**

**Fonte: acervo pessoal**





ALVAIDES,N.K; 2012

**Casa adaptada ao turismo na comunidade do Marujá – PEIC**

**Fonte: acervo pessoal**



ALVAIDES,N.K; 2012

**Pousada na comunidade do Marujá – PEIC**

**Fonte: acervo pessoal**



**Casa demolida na comunidade do Marujá – PEIC**

**Fonte: acervo pessoal**



**Barracão de pesca na comunidade do Marujá – PEIC**

**Fonte: acervo pessoal**



**Utensílios de pesca na comunidade do Marujá – PEIC**

**Fonte: acervo pessoal**



**Escola comunitária da comunidade do Marujá – PEIC**

**Fonte: acervo pessoal**



ALVAIDES,N.K; 2012

**Centro de visitantes da comunidade do Marujá – PEIC**

**Fonte: acervo pessoal**



ALVAIDES,N.K; 2012

**Posto de saúde da comunidade do Marujá – PEIC**

**Fonte: acervo pessoal**



**Posto de telefonia comunitário da comunidade do Marujá – PEIC**

**Fonte: acervo pessoal**



**Centro Comunitário da comunidade do Marujá – PEIC**

**Fonte: acervo pessoal**